

Introdução

I.1 Escolhendo o tema

Antes de iniciar a apresentação de minha pesquisa, faz-se importante destacar como foram percorridos os caminhos que me levaram até Vila Kennedy. Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, passei anos de minha formação acadêmica dedicando-me aos estudos relacionados à História Moderna. Contudo, há cerca de seis anos, uma experiência profissional em uma organização não-governamental colocou-me em contato com um novo horizonte de possibilidades de investigação: as favelas cariocas. Acompanhando as aulas sobre desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro, em um curso destinado a agentes comunitários¹, comecei a me aprofundar cada vez mais na temática do urbano e, em especial, das favelas.

Em uma das aulas desenvolvidas junto aos agentes comunitários, no ano de 2003, uma equipe que atuava no Morro dos Macacos, em Vila Isabel, relatou um breve histórico sobre a região, ressaltando que, bem ali, onde estávamos realizando nossos encontros – em uma das salas cedidas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro /UERJ –, havia uma favela que tinha o curioso nome de Esqueleto. A favela, segundo os agentes, deixara de existir há muito tempo, por ocasião da construção da UERJ, e seus moradores foram “mandados para lugares muito longe daqui”². Outros agentes, que, à época, eram moradores e atuavam em áreas próximas à referida universidade, como a Mangueira, também se lembraram da existência do Esqueleto. Passei, então, a sentir interesse em saber mais sobre a instigante descoberta e as primeiras perguntas começaram a surgir: como era morar na Favela do Esqueleto, por que os moradores foram removidos, em que época isso ocorreu, qual teria sido o destino das famílias?

¹ Refiro-me aos agentes comunitários da Secretaria Municipal de Habitação/SMH, que compõem a chamada Equipe de Participação Comunitária/EPC atuando em favelas e loteamentos de diferentes áreas do município do Rio de Janeiro, cujas localidades sofreram (ou ainda sofrem) intervenções urbanísticas da referida Secretaria, através de programas como o Favela-Bairro.

² Relato de uma agente comunitária atuante, à época, no Morro dos Macacos. Por serem moradores de favelas e loteamentos, além de importantes lideranças locais, os agentes comunitários possuem uma boa compreensão sobre o histórico das favelas onde atuam e, em alguns casos, de áreas adjacentes.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

A partir de então, iniciei uma breve pesquisa sobre a Favela do Esqueleto, que contou ainda com a importante contribuição dos conhecimentos de alguns colegas que estudaram na UERJ. A favela fora extinta durante o governo de Carlos Lacerda³, na década de 60, numa época em que as remoções de aglomerações populares desta natureza eram bastante comuns. Neste período, lançou seu programa de remoção, cujo objetivo era eliminar as favelas e transferi-las para outros locais, distanciando-as de áreas como o Centro e a Zona Sul da cidade. Para tanto, foi criada a Companhia de Habitação do Estado da Guanabara (COHAB-GB), em 1962 e, contando com verbas do governo norte-americano – através da United States Agency for Development (USAID) –, foram construídos conjuntos habitacionais como as vilas Kennedy, Aliança e Esperança, para onde foram removidos⁴ moradores de dezenas de favelas da cidade. Para saber mais sobre a política de remocionista de Carlos Lacerda, ver Valladares (1978).

A favela que recebera um nome tão curioso, Esqueleto, foi formada ainda nos anos 50, em volta do “esqueleto” de um prédio que seria o Hospital das Clínicas da então Universidade do Brasil. O hospital, no entanto, nunca foi terminado e, em seu lugar, foi projetado o campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. O ano era 1964, data da remoção do Esqueleto, época em que Lacerda governava o então estado da Guanabara. Neste período, juntamente com os moradores removidos do Esqueleto, famílias de outras doze favelas foram enviadas para áreas distantes dos locais originais de moradia, onde foram construídos os conjuntos acima citados.



Figura 1: Estrutura deu nome à Favela do esqueleto, anos 60.

Fonte: favelatemmemoria.com.br
Data de acesso: março de 2006



Figura 2: Remoção dos últimos barracos da Favela do Esqueleto, em 1965.

Fonte: favelatemmemoria.com.br
Data de acesso: março de 2006

³ Carlos Lacerda governo o Estado da Guanabara entre 1960 e 1965.

⁴ Para saber mais sobre a política de remocionista de Carlos Lacerda, ver Valladares (1978).

Todas as favelas removidas durante o governo Lacerda tinham sido formadas a partir de ocupações de terrenos de propriedade dos governos federal, estadual ou municipal. De acordo com dados extraídos do Censo Demográfico de 1960, a infra-estrutura das favelas do então estado da Guanabara era precária em relação a vários aspectos: “*abastecimento de água* (22,36% recebiam água em casa); *luz elétrica* (78,66% tinham luz elétrica própria ou puxada de terceiros); *instalações sanitárias* (56,03% tinham algum tipo de escoadouro)” (Gomes, 2003: 23).

A lógica das remoções, neste período, mostrava-se profundamente vinculada ao interesse de afastar o “problema” das favelas (Valladares, 2005). Verdadeiros entraves à conquista dos interesses do capital imobiliário e de outros segmentos ligados à classe média e às elites cariocas, as favelas deixaram sua condição de *invisibilidade* para, com o passar do tempo, adquirir contornos de *problema*, que, como tal, precisava ser solucionado ou, em outras palavras, eliminado (Valladares, 2005). Assim, as práticas de remoção de favelas foram adotadas com a intenção de “liberar” as áreas valorizadas da cidade ou mesmo as regiões que tinham projetos de intervenção urbanística – como no caso do projeto de reconstrução do campus da UERJ, em uma área até então ocupada pela Favela do Esqueleto. Remover, neste caso, significava afastar a indesejável presença das favelas (e dos favelados). E foi justamente em uma área bastante distante do centro e da zona sul da cidade, a zona oeste do Rio de Janeiro, que conjuntos como Vila Aliança e Vila Kennedy foram estrategicamente construídos para acomodar a população moradora nesta e em outras favelas. O “sertão carioca”, como era chamado à época, era uma área basicamente rural, com baixo nível de infra-estrutura e acesso a serviços primordiais, como os de transporte.

De um lado, as classes mais abastadas possuíam forte interesse em expurgar o problema da favela, retirando-a de seu convívio; de outro, o setor imobiliário acompanhava o crescimento da valorização de áreas ocupadas por favelas como a da Praia do Pinto, a Lagoa Rodrigo de Freias. Assim, as remoções representaram, para aqueles que as apoiavam, uma oportuna estratégia de afastamento das favelas para áreas distantes dos grandes centros econômicos e culturais da cidade. Em outro extremo, para os favelados, a política remocionista foi uma mudança na maioria das vezes

compulsória, ou seja, uma intervenção capaz de romper os laços de solidariedade e confiança construídos ao longo de gerações. Mas não só as redes de amizade e parentesco foram fragilizadas, pois também o foram as relações de trabalho (formal ou não) que sustentavam economicamente as famílias faveladas. Ao serem removidos estes moradores depararam-se com novos locais de moradia onde a precária infra-estrutura e a dificuldade de restabelecer os pequenos negócios somavam-se a outras dificuldades advindas do rompimento de suas antigas redes sociais constituídas.

Curioso destacar que pouco mais de um mês após minha descoberta sobre a ligação entre a política de remoção de favelas e a construção de conjuntos habitacionais como Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Esperança – todos construídos na década de 60 –, presenciei uma interessante conversa travada por um casal de meia-idade, que viajava no mesmo ônibus em que eu estava. O casal conversava sobre as dificuldades de se viver nos “dias de hoje”; realidade muito diferente, segundo eles, daquela vivida há algumas décadas atrás. A princípio, a conversa não parecia ter nada de novo, afinal, tem-se tornado cada vez mais comum ouvir este tipo de narrativa permeada de nostalgia e representações da memória, que operam através de uma espécie de idealização do passado, trazendo à lembrança dos indivíduos *flashes* selecionados a partir de interesses e circunstâncias diversos⁵. Seguindo minha viagem de ônibus, percebi que o simpático casal, cujas vestimentas e linguajar pareciam típicos de dois representantes da classe média, passou a lembrar da atuação de políticos que teriam marcado seu passado. Traçavam uma espécie de relação entre o fracasso e a incompetência dos políticos atuais na resolução dos principais problemas que afligem a sociedade – sobretudo aqueles vinculados ao crescimento da violência urbana – e o sucesso de administrações como a de Carlos Lacerda que teria, entre outras grandes realizações, criado em Vila Kennedy um verdadeiro “paraíso” para seus habitantes. Sabedora da forte ligação entre Lacerda e a classe média, nos anos 60, não me foi difícil entender por que aquela senhora que viajava comigo de ônibus mantinha lembranças tão positivas dos feitos do então governador do estado da Guanabara. Entretanto, é interessante notar como Vila Kennedy

⁵ Sobre os processos de construção e acionamento da memória, ver Pollak (1992).

foi retratada nesta conversa: um lugar de moradia digna, onde não havia, inclusive, analfabetismo à época de sua criação.

Embora ainda não o soubesse, naquele momento começava a se definir meu tema de pesquisa. Nascia assim meu interesse em estudar o maior conjunto habitacional construído pela administração Lacerda – com aproximadamente cinco mil casas – que, com o passar das décadas, passou a ser considerado como sub-bairro de Bangu, Zona Oeste do Rio de Janeiro. De 1964, data de sua inauguração, até os dias atuais, a Vila – como é chamada por muitos moradores – sofreu várias modificações que vão desde a mudança estrutural das pequenas casas originais, as chamadas “casas embrião”, que compunham o projeto de Vila Kennedy, até a conquista recente de importantes melhorias advindas da implantação de alguns equipamentos públicos e do incremento de sua infra-estrutura atual. Em seus pouco mais de quarenta anos de existência, o conjunto conheceu algumas alterações estruturais, da mesma forma que também se alterou a composição da população local, como se verá adiante.

A escolha de estudar um conjunto habitacional na atualidade explica-se por sua importância tanto social quanto acadêmica. Ao lado das favelas, dos loteamentos e de outras formas de habitação popular, os conjuntos habitacionais ocupam lugar significativo na história das políticas habitacionais, mas têm sido pouco explorados nos últimos 20 anos, sobretudo depois que o Banco Nacional de Habitação (BNH) interrompeu os financiamentos de pesquisas voltadas a tais conjuntos. De acordo com Luciana Lago, ao longo da última década:

“a exclusão social e a ilegalidade urbana foram “territorializadas” nas favelas, minimizando-se da cena acadêmica e política outros espaços representativos desse universo [da pobreza urbana], como as periferias metropolitanas e os loteamentos que as conformam, os quais, nos anos 70 e 80, apareciam como a expressão maior dos problemas urbanos” (Lago, 1993: 02).

A grande quantidade de estudos sobre favela, nas Ciências Sociais, em detrimento de outras formas populares de moradia, como os conjuntos habitacionais, também foi destacada por Lícia Valladares:

“Dos anos 1970 até os nossos dias, multiplicaram os trabalhos e pesquisas, resultado ao mesmo tempo, de uma agenda universitária explícita, das necessidades de planejamento e de uma política científica de estímulo à pesquisa que atribui uma atenção contínua à

pobreza urbana ou a temas e ela diretamente associados. A favela se tornou um tema da moda (...)” (Valladares, 2005: 119).

Assim, é possível afirmar que, atualmente, sabe-se menos sobre os conjuntos habitacionais do que sobre as favelas. Cabe destacar que não se deseja estabelecer graus de importância entre os estudos sobre as favelas e os conjuntos, mas sim reforçar a grande relevância do desenvolvimento de análises acadêmicas sobre os conjuntos habitacionais neste início de século, como forma de contribuir de maneira mais ampla para os conhecimentos acerca do urbano.

Mas Vila Kennedy, após quatro décadas de crescimento e transformações é atualmente um verdadeiro “complexo habitacional”. Surgido como conjunto popular habitacional, a região viu crescer a sua volta outras formas de habitação: conjuntos erguidos pela iniciativa governamental, loteamentos clandestinos e favelas. Em meio a esta variedade de tipos de ocupação do território, somam-se as mudanças estruturais – como o incremento de alguns equipamentos públicos – e as significativas alterações no perfil sócio-econômico da população local.

Apesar de suas peculiaridades sócio-territoriais, Vila Kennedy está inserida em um contexto urbano onde a violência alcança a todos – pobres ou ricos, intelectuais ou analfabetos, jovens ou adultos, tornando-se a principal fonte de insegurança, como ressaltado por Machado da Silva:

“Nas últimas décadas, em virtude de uma dramática intensificação da experiência coletiva de insegurança pessoal, as populações urbanas vêm dando atenção especial aos problemas de manutenção da ordem pública nas cidades brasileiras, enfatizando as dificuldades das agências de controle e repressão ao crime, mas envolvendo todo o processo institucionalizado de administração da justiça” (Machado da Silva: 2007:15).

Para o autor, os traficantes seriam uma espécie de “portadores” da violência urbana, estando o comércio de drogas fundamentalmente baseado na submissão pela força física que, aplicada de forma ilícita, ameaça tanto a integridade física quanto o patrimônio das pessoas.

Conhecida pelo senso comum como uma “favela perigosa”⁶, Vila Kennedy convive atualmente com uma imagem negativa de local violento, o qual se inspira cuidados ou mesmo se deve evitar.

Mas o conjunto habitacional de Vila Kennedy seria realmente violento, perigoso e/o favelizado? Ou a imagem de favela estaria associada à sua

⁶ Ver a respeito no item I.3.1 desta dissertação.

origem e ajudando a produzir efeitos no presente? Foram essas as indagações que me levaram a escolher estudar um conjunto habitacional – Vila Kennedy –, buscando analisar como a remoção e a violência incidem nas representações de seus moradores sobre o passado e o presente de Vila Kennedy. Nesta dissertação, buscarei problematizar a imagem negativa de Vila Kennedy à luz das representações de moradores locais com tempos de residência que variam de trinta a quarenta e quatro anos. A partir da análise desta, será possível testar a hipótese de que a associação de Vila Kennedy a uma favela conhecida pela atuação do tráfico de drogas se dá por meio da articulação de fatores que unem passado e presente. Por um lado, em um plano mais regional, o peso simbólico ou a marca deixada pela formação inicial do conjunto construído para abrigar famílias removidas de favelas; por outro, a presença de novas favelas, como a favela da Metral, surgidas nas franjas das áreas mais antigas de Vila Kennedy, seriam os principais fatores a contribuir com a associação da região a uma favela perigosa.

I.2 Hipóteses e questões de pesquisa

Ao eleger Vila Kennedy como *locus* de minha pesquisa, algumas considerações sobre a cidade e, conseqüentemente, sobre o urbano se revelaram fundamentais, pois as discussões em torno da temática urbana têm sido, há mais de um século, alvo de estudos das mais diferentes áreas de pesquisa. Todas elas possuem, sem dúvida, valiosas contribuições a oferecer à sociedade; contudo, cabe destacar que o que a elaboração sociológica tem de peculiar em sua forma de abordagem sobre a cidade é justamente o privilégio das características peculiares desta como uma determinada forma de associação humana.

Mas as discussões sobre o urbano e a cidade longe estão de terem chegado ao seu esgotamento. Para Castells (Velho (org.), 1987: 98), se existe um desenvolvimento acelerado da temática urbana, isto se deve à sua imprecisão, que permite reagrupar nesta rubrica, todo um conjunto de questões vividas, mas não compreendidas. A sociedade urbana, nestes termos, é uma forma específica de organização social e, portanto, o estudo de suas

características e leis torna-se um desafio às ciências sociais, pois sua análise exige o estudo dos domínios particulares das realidades do interior desta forma específica de organização.

Quando falamos de “sociedade urbana” não podemos entendê-la como uma mera constatação de uma forma espacial. A sociedade urbana, no sentido antropológico do termo, quer dizer um certo sistema de valores, normas e relações sociais possuindo uma especificidade histórica e uma lógica própria de organização e transformação. Dito isto, o qualificativo “urbano”, agregado à forma cultural assim definida, não é inocente, pois:

“trata-se (...) de conotar a hipótese da produção da cultura pela natureza ou, se preferirmos, de um sistema específico de relações sociais (a cultura urbana) por um determinado quadro ecológico (a cidade)” (Velho (org.), 1987: 100).

Compreendendo a cidade como “objetivação” do espaço social, as proximidades e distâncias sociais entre as diversas áreas que compõem a cidade são resultado de sua posição na (d)visão do mundo social. Segundo Ribeiro e Lago (2000), é necessário superar as tendências à naturalização e à substancialização da ordem social nas quais as metáforas espaciais possuem grande importância. Isto se explica pelo fato de tais tendências produzirem a ilusão de que as propriedades sociais de uma prática ou os atributos sociais de um grupo podem ser explicados por eles mesmos, sem levar em consideração que o real na sociedade é sempre relacional e, como tal, construído socialmente.

Neste grande mosaico de relações, posições e atributos, a cidade é muito mais do que um:

“amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc, algo mais também que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos(...). Antes a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e costumes organizados, inerentes a estes costumes e transmitidos por esta tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana” (Park *In* Velho, 1987: 26).

A cidade, ainda segundo Park, é o habitat natural do homem civilizado. Por esta razão, ela é uma área cultural caracterizada pelo seu próprio tipo cultural peculiar. Ela está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam, e a consequência disso é que a cidade possui uma organização moral

bem como uma organização física. As duas interagem mutuamente de modos característicos para se moldarem e modificarem uma a outra.

A estrutura da cidade possui suas bases na natureza humana, da qual é uma expressão. Essa enorme organização que se erigiu em resposta às necessidades de seus habitantes, uma vez formada, “impõe-se a eles como um fato externo bruto, e por seu turno os forma de acordo com o projeto e interesses nela incorporados” (Park *In Velho* (org.), 1987:29).

Questões como a densidade, o valor da terra, os aluguéis, a acessibilidade, a salubridade, o prestígio, a ausência de inconvenientes como o barulho, a fumaça e a sujeira são determinantes para a atratividade de várias áreas da cidade como áreas para o estabelecimento de diferentes camadas da população. Para Wirth, elementos como o local e a natureza do trabalho, a renda, as características raciais, étnicas, o status social, os costumes e os hábitos, gostos, preferências e preconceitos estão entre os fatores significantes para o processo de seleção e distribuição da população em locais mais ou menos distintos. Isto nos faz reafirmar que a política de remoções adotada pelo governador Carlos Lacerda, na década de 60, obedeceu a uma lógica de distribuição sócio-territorial consolidada, que primava pela incompatibilidade de necessidades e modos de vida antagônicos de diferentes segmentos da população que coabitavam uma localidade.

Ainda segundo Wirth, do mesmo modo, pessoas de “status e necessidades homogêneos, consciente ou inconscientemente, se dirigem ou são forçadas para a mesma área” (Wirth *In Velho* (org.), 1987: 103). Em seu texto “O urbanismo como modo de vida”, o autor afirma que as diferentes partes da cidade adquirem funções especializadas. A cidade, conseqüentemente, tende a parecer um mosaico de mundos sociais nos quais é abrupta a transição de um para o outro.

Estudar a cidade e o urbano é, sem dúvida um grande desafio àqueles que se lançam a desvendar seus símbolos e compreender suas especificidades. Afinal, a cidade e o modo de vida urbano representam muito mais do que normalmente consideramos – seu estatuto, organização formal, edifícios, trilhos de rua e assim por diante (Park *In Velho*, 1987: 26). Esses elementos, por si só, são meros dispositivos que fazem parte da cidade viva apenas quando se interligam a usos e costumes, que variam de região para

região, de acordo com as forças vitais existentes nos indivíduos e na comunidade. E são justamente estas forças vitais que pretenderei explorar em minha pesquisa de campo em Vila Kennedy.

Inicialmente, minha pesquisa esteve norteada pela hipótese de que as representações dos moradores de Vila Kennedy sobre a imagem de um local violento e favelizado estariam diretamente ligadas a dois principais fatores que integrariam *passado* e *presente* numa perspectiva negativa sobre a região. Por um lado, o peso simbólico de sua ocupação inicial teria contribuído ao longo dos anos para a associação do território à favela; e, por outro, a atual existência de favelas, como a Metral, em Vila Kennedy ajudaria a reforçar esta associação. Assim, seria a Metral, favela envolvida em vários episódios de violência noticiados pelos jornais, uma das principais (se não a principal) favelas a contribuir para a imagem negativa de Vila Kennedy. Contudo, será através das representações de antigos moradores, como já exposto, que os elementos que contribuem para a construção de tal imagem negativa serão analisados.

Importante destacar que os rumos de minha pesquisa contaram com um fator bastante revelador, capaz de reforçar a favela da Metral como um elemento cultural a ser considerado em meu trabalho de campo. Em outubro de 2007, uma notícia de jornal relatou a ocupação da favela da Metral por milicianos, como se pode ver abaixo.

Milícia expulsa tráfico da Favela da Metral

Noventa homens integram o grupo, que teria PMs, guardas penitenciários e bombeiros

Traficantes tentavam desde o fim do ano passado impedir que milicianos tomassem o controle da Favela da Metral, na Vila Kennedy, mas perderam a guerra há pouco mais de uma semana. A subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança recebeu informações repassadas pelo Disque-Denúncia de que milicianos tomaram o controle em grande parte da comunidade.

O comércio nos arredores da praça onde ficam o Posto de Policiamento Comunitário (PPC) da PM e os principais acessos à comunidade estariam sob controle dos milicianos. O grupo de milicianos seria composto por policiais do 14º BPM (Bangu), bombeiros e agentes penitenciários do Complexo de Gericinó. Os traficantes estariam planejando a tomada pela parte alta da comunidade, a mesma estratégia dos milicianos.

Segundo moradores, após várias tentativas de tomar a favela pela entrada principal, o grupo de milicianos surpreendeu os traficantes. Durante a madrugada, cerca de noventa homens fortemente armados entraram na comunidade pela parte dos fundos, que dá para uma mata, e chegaram até a entrada da favela. Não houve troca de tiros.

_ Dois dias depois, já não havia qualquer pichação dos traficantes ns muros _ disse uma moradora.

Os milicianos retiraram também as barreiras instaladas por traficantes em vários locais da comunidade para impedir que a polícia entrasse.

Célia Costa, 2ª Coluna, Jornal O Globo – 19/10/07.

A disputa pelo controle sobre o território da favela da Metral entre traficantes e milicianos e o domínio destes sobre a favela parecia abrir uma oportunidade para esta investigação. À época, formulei as seguintes questões que orientam a pesquisa de campo: a entrada da milícia na favela da Metral poderia ajudar a pôr em evidência as representações dos moradores acerca das favelas no entorno do conjunto? E qual o seu papel no reforço e/ou na manutenção da imagem negativa de Vila Kennedy como uma região favelizada, violenta e perigosa? Esta é a imagem dos moradores de “fora”. Contudo, cabem as perguntas: em que medida os próprios moradores de Vila Kennedy concordam com ela? E, se concordam, o que para eles geraria tal imagem sobre a região?

I. 3 Aspectos metodológicos da pesquisa empírica

Para a realização da presente pesquisa, foram mobilizados diferentes recursos e técnicas, como por exemplo: realização de trabalho de campo, a partir de entrevistas semi-estruturadas de caráter qualitativo; registro fotográfico das diferentes localidades, bem como do cotidiano em Vila Kennedy; e observação direta, principalmente na Praça Dolomitas, na Praça Miami e na paróquia Santo Cristo Operário.

Do ponto de vista metodológico, a presente pesquisa partiu do levantamento bibliográfico sobre o período das remoções de favelas e a construção de conjuntos habitacionais no Rio de Janeiro, dentre os quais Vila Kennedy. As informações coletadas sobre o referido contexto foram cruciais não só para a breve caracterização do conjunto em seus primeiros anos de existência, possibilitando assim melhor entendimento sobre as representações dos moradores entrevistados com relação ao viver na localidade em tempos anteriores, mas também para compreender melhor a experiência de viver na

cidade do Rio de Janeiro, morando em um conjunto habitacional como Vila Kennedy.

Contudo, a construção de uma rede de informantes local definiu-se como fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista o fato de que o campo me era quase que totalmente desconhecido até o início da pesquisa empírica. Através de um ex-colega de trabalho, realizei o primeiro contato com uma residente de Vila Kennedy, com aproximadamente trinta anos de idade, professora de História da rede municipal de ensino e moradora do local desde o nascimento. A partir dos primeiros contatos com esta informante, minha rede começou a ser formar, inicialmente bastante focada em moradores que possuíam algum tipo de engajamento com a Igreja Católica, através da paróquia Santo Cristo Operário (como será destacado no segundo capítulo desta dissertação). Mas, à medida que a rede se formava, pude entrar em contato com moradores que não eram tão diretamente envolvidos com esta igreja, visando recolher discursos mais heterogêneos que ampliassem minhas possibilidades de análise.

A pesquisa de campo, além de possibilitar e ampliar o contato com minha rede de informantes, foi fundamental para auxiliar na formulação de questões pertinentes ao tema e na escolha do referencial teórico que embasaria as análises pretendidas. Contudo, o contato prévio com a bibliografia anteriormente citada foi fundamental para a preparação para o trabalho de campo, realizado entre abril e junho de 2008, após uma pesquisa de campo exploratória em setembro e outubro de 2007.

As entrevistas, os registros fotográficos sobre o cotidiano local e as observações diretas constituíram-se em elementos igualmente fundamentais à análise das representações dos antigos moradores sobre a imagem negativa de Vila Kennedy na atualidade.

I. 3.1 Os primeiros passos em direção ao campo: você conhece Vila Kennedy?

A escolha de meu campo aconteceu muito antes de conhecê-lo de fato. Depois de lida parte da literatura especializada, comecei a buscar informações

iniciais sobre Vila Kennedy com amigos moradores da Zona Oeste. Alguns deles, residentes em bairros como Realengo e Campo Grande, referiram-se a Vila Kennedy como uma área perigosa, onde “a ‘chapa’ costuma[va] esquentar ...”⁷ por causa do “movimento”⁸. Outra fala recorrente era a de que a região era muito grande e que lá, assim como em muitas *favelas* cariocas, também tinha sua “zona sul”⁹. Um amigo de aproximadamente 50 anos, que conheci na UERJ durante o curso de Especialização em Sociologia Urbana, tinha informações sobre uma outra Vila Kennedy, aquela de sua adolescência, que conheceu quando era morador de um bairro da zona oeste e namorava uma jovem da “Vila”. Apesar de falar de um lugar pobre, meu amigo tinha lembranças muito positivas da época em que visitava os amigos e a namorada.

Todavia, com exceção de meu amigo que freqüentara a Vila Kennedy em “outros tempos” – como ele próprio costumava dizer –, a maioria dos discursos destes moradores de “fora” sobre a região trazia consigo, em maior ou menor grau, a idéia de uma área *favelizada*. Atualmente, vêem-se muitos conjuntos habitacionais (boa parte deles verticais – compostos por prédios –, outros como Vila Kennedy e Cidade de Deus, com sua estrutura horizontal – formado por pequenas casas) passarem por processos de deterioração de sua infra-estrutura, o que é visto pelo senso comum como um processo de “favelização”. Neles, ainda, a existência de tráfico de drogas ressalta a associação com a favela. Pode-se dizer, inclusive, que parte deste imaginário coletivo é construído e/ou reforçado por obras de ficção como o filme “Cidade de Deus”, que apresenta a trajetória de um conjunto que se torna favela.

Como moradora de subúrbio, sempre circulei por áreas próximas à minha residência e com características muito semelhantes àquelas que vi em Vila Kennedy. Entretanto, os bairros da Zona Oeste – mais especificamente Campo Grande, Bangu e Santa Cruz – nunca fizeram parte de meu itinerário constante. Como uma legítima moradora “de fora”, minhas referências sobre Vila Kennedy eram pouquíssimas. Sabia apenas que se tratava de uma área que ficava entre Realengo e Bangu e, de tempos em tempos, ouvia alguém se

⁷ Relato de um amigo que trabalhava comigo em uma organização não-governamental – ONG –, no período de 2003 a 2004, e residia no bairro de Realengo.

⁸ No Rio de Janeiro, a categoria “movimento” refere-se à presença do tráfico de drogas, geralmente atuante em territórios pobres da cidade.

⁹ A categoria “zona sul” refere-se, neste contexto, a uma área com melhor infra-estrutura e melhores casas dentro de uma região pobre e com poucos recursos. Note-se a homologia estabelecida entre Vila Kennedy e as favelas.

referir à região como violenta e perigosa devido ao tráfico de drogas. Foi praticamente instantânea minha associação de Vila Kennedy a uma favela, pois eu nem se quer conhecia sua origem como conjunto habitacional.

A esta altura, eu ainda não havia visitado Vila Kennedy, mas a visão construída em meu imaginário era muito similar a de uma favela. Chegada a hora de confrontar minha imaginação com a realidade, comecei a pedir a ajuda de amigos que pudessem me indicar algum morador de Vila Kennedy para que eu pudesse “entrar” no campo. Através do contato de meu ex-colega de trabalho cheguei então até minha primeira informante: moradora de Vila Kennedy desde o nascimento, a tímida, mas simpática professora de História, que tem por volta de seus trinta anos, aceitou me receber. Nosso encontro aconteceu em uma ensolarada manhã de sábado, na movimentada Praça Dolomitas – uma das duas praças principais da região.

Assim que descii no ponto de ônibus que havia sido indicado por minha informante, logo percebi que já estava em nosso local de encontro. A praça me causou muito boa impressão: arborizada, equipada com brinquedos bem conservados, quiosques, papeleiras, banquinhos etc. As pessoas circulavam tranquilamente e havia grande movimentação nos pontos de kombis, vans e ônibus. Minha “privilegiada” informante e colega de formação chegou logo depois de mim. Ela trazia vários materiais da pesquisa sobre a história de Vila Kennedy que havia feito como trabalho final de seu curso de Especialização em História na UFF. Naquele dia tive uma nova aula sobre a origem do conjunto. Trocamos alguns materiais, conversamos bastante e então fui convidada para dar uma pequena volta pelas ruas próximas à Praça Dolomitas, que fica do lado direito da margem da Avenida Brasil, sentido Campo Grande.

Enquanto circulávamos, tive a impressão de estar passando, em alguns momentos, por um bairro de subúrbio como tantos que já freqüentei como moradora da Baixada Fluminense. As ruas mais ou menos estreitas preservam pouquíssimas casas com arquitetura original – as chamadas “casas embrião”. Durante o breve passeio, observei algumas crianças brincando nos portões das casas, mães tomando conta dos filhos na calçada, vizinhos conversando com sacolas plásticas de supermercado nas mãos, bicicletas passado em ritmo lento, motos mais apressadas, muitos carros. Circulamos um pouco pelas áreas do entorno da referida praça. Nos “limites” – ou fronteiras – de Vila

Kennedy há, segundo minha primeira informante, outros conjuntos habitacionais criados posteriormente. Na ocasião, quase não percebi diferenças ou mesmo *fronteiras* (físicas ou simbólicas) facilmente observáveis, pois se tratavam de sutilezas, naquele momento, apenas “visíveis” para os “de dentro”. A uma distância relativamente curta de onde partimos – pois minha informante estava de carro – ficava a entrada do Complexo Penitenciário de Bangu I. A área, segundo minha informante, não é considerada Vila Kennedy e sim Bangu, mas na própria Praça Dolomitas, observei várias kombis com placas que indicavam a passagem pelo presídio.

Minha primeira visita a Vila Kennedy tinha sido bastante reveladora: conheci uma área do conjunto que contava com comércio razoavelmente diversificado; com um sistema de transporte coletivo que não se limitava aos ônibus, mas que se estendia às vans, kombis e moto-táxis; com ruas margeadas por algumas casas bastante pobres e outras nem tanto; com “pedaços” mais degradados; com duas escolas públicas de médio porte; com uma vila olímpica cheia de faixas e cartazes com propagandas de atividades esportivas. Conheci também a área de fronteira – de aparência visivelmente degradada – entre a parte mais “tranquila” e a parte onde começava a favela da Metral¹⁰. Como mencionado, para uma pessoa “de fora” como eu, as diferenças eram, a princípio, pouco perceptíveis a não ser pelo aumento da deterioração dos espaços considerados, de acordo com minha informante, como o início da favela da Metral.

I. 3.2 A pesquisa de campo

Depois de minha primeira visita a Vila Kennedy, acompanhada de minha informante, voltei ao campo para retomar minhas observações e realizar o trabalho. Mesmo estando só, o retorno à Vila não ofereceu dificuldades. Pelo contrário, minhas novas visitas foram bastante positivas à medida que pude observar melhor aquilo o que já tinha visto com minha informante, além de

¹⁰ Segundo minha informante, a favela da Metral recebeu este nome por conta da proximidade com uma fábrica com o mesmo nome também situada às margens da Avenida Brasil, sentido Campo Grande.

constatar outras questões igualmente interessantes sobre o campo. Sem as inferências de minha informante – que foram importantíssimas para minha pesquisa – pude direcionar meu olhar para os fragmentos que considerei mais relevantes e reveladores aos objetivos desta pesquisa.

O ponto de partida de minha pesquisa de campo foi a Praça Dolomitas, um importante ponto de passagem para moradores e visitantes que circulam por aquele lado¹¹ de Vila Kennedy ou mesmo se direcionam a ele para utilizar os meios de transporte disponíveis em suas “franjas”. Mas, além de sua importância como área de circulação, a praça também foi escolhida como lócus de minha investigação inicial pelo fato de concentrar moradores aos quais eu não teria tanta facilidade de acesso em um primeiro momento. Como uma área pública, por onde transitam moradores e pessoas “de fora”, a praça representou uma interessante vitrine de parte da vida social daquela localidade que ainda teria, de acordo com minhas expectativas, a capacidade de acolher uma pesquisadora sem chamar grande atenção dos que por ali passavam. Além disso, a Dolomitas fica há poucos metros da área em que minha informante havia sinalizado ser o início da favela da Metral. Outra questão que interferiu na escolha da praça para o início de minha chegada ao campo foi a perspectiva de encontrar maior facilidade na abordagem dos moradores, pois minha intenção era conversar com aqueles que estivessem sentados ou mesmo conversando sem demonstrar as posturas típicas de quem estava com pressa.

O meio de transporte escolhido para chegar a Vila Kennedy foi uma kombi que peguei na Avenida Brasil. Minha ansiedade em chegar logo ao campo não permitiu a espera de um ônibus que passasse pela Vila. A viagem foi rápida: cerca de quinze minutos separavam Deodoro, local onde peguei a kombi, e meu destino. Como estava indo contra o fluxo do trânsito, meu transporte contava com apenas três passageiros – eu e mais duas jovens senhoras –, além do motorista.

¹¹ Por ser dividido pela Av. Brasil, o conjunto de Vila Kennedy possui dois lados, o que fica à margem da avenida no sentido Centro da Cidade e o que se situa à margem que dá acesso à Zona Oeste. A categoria “lado”, além de utilizada por mim para situar a localidade onde se iniciou o trabalho de campo, também é uma categoria nativa, que será melhor explorada ao longo de minha dissertação. O Anexo I deste trabalho apresenta um mapa de Vila Kennedy para melhor localização da área escolhida.

A praça, de tamanho médio, possui equipamentos públicos (quiosques, brinquedos, orelhões, bancos de cimento etc) e abriga várias barraquinhas onde os camelôs vendem desde biscoitos e doces até verduras e frutas. A quantidade de alimentos desta natureza à venda, indicam que bem próximo deve haver regiões agrícolas capazes de suprir a região. Estrategicamente posicionadas as barraquinhas dividem espaço com os pontos de ônibus, vans, moto-táxi e kombis – estas últimas em maior número. O trânsito de pedestres se mostrou bastante intenso: pessoas vindas do outro lado da Av. Brasil que passam por um pequeno túnel que fica debaixo de uma espécie de viaduto¹²; estudantes da rede pública municipal e estadual cruzavam a praça; mães acompanhado os filhos até a escola passavam apressadamente; trabalhadores em geral caminhavam ou mesmo esperavam seus transportes; donas-de-casa carregando sacolas de supermercado iam e vinham; idosos observando a movimentação sentavam-se à sombra das várias árvores etc.

A praça possui vários quiosques que vendem lanches e, embora estivessem fechados quando de minhas visitas, o número destes indica que, além de ser uma área de grande circulação, é também uma área de lazer, onde as pessoas se reúnem com frequência. Além dos carros que passavam pelas estreitas ruas no entorno da praça, havia também alguns microônibus, pequenos caminhos que abasteciam o comércio local, motos e um considerável número de bicicletas. Ao redor da tranqüila praça, que me ofereceu vários espaços agradáveis para minhas observações ao abrigo do sol, encontrei várias lojas, tais como: casas lotéricas, lanchonetes, salões de beleza e barbearias, papelarias, supermercado, locadoras de vídeo, açougues, bares (“biroscas”), farmácia. Apesar de possuir uma extensão considerável, a praça estava bastante limpa naquele dia, uma terça-feira. Além do comércio e do movimentado vai-e-vem de pedestres, carros, motos e bicicletas, pude observar que a praça possui ao seu redor um posto policial, indicando a existência de um tipo de policiamento de caráter mais ostensivo.

Como alguém “de fora”, realizei minhas observações e anotações sempre atenta à possibilidade de estar sendo observada. Talvez pelo grande fluxo pessoas ou mesmo por minha aparência ser a de uma estudante eu não

¹² Neste trecho, a Av. Brasil recebeu uma elevação que permite com que seja possível ter acesso, de carro e a pé, aos dois lados de Vila Kennedy sem precisar haver o uso do retorno que fica na altura de Bangu.

tenha despertado grande atenção. Outra possibilidade, porém, é a de eu ter sido observada sem que tivesse me dado conta. Durante minha permanência pude perceber que, raramente apareciam jovens com postura típica de “olheiros”¹³. No entanto, dois grupos de jovens com uniformes da rede municipal de ensino passaram animadamente empunhando instrumentos musicais, indicando que estavam a caminho de algum ensaio em sua escola.

A maior parte das pessoas utilizava a praça como local de passagem. Contudo, um grupo composto por homens que variavam entre 25 e 60 anos concentrava-se debaixo de um grande quiosque com mesinhas para jogos. Nas mesinhas para quatro ocupantes, os homens jogavam carta e contavam ainda com atentos observadores que passavam pelo local. A maior parte das mulheres que vi na praça não se dedicavam a nenhuma atividade fixa, mas usavam a Dolomitas como local de passagem. Jovens senhoras, estudantes, idosas: todas atravessavam a praça, mas quase não paravam em nenhum ponto.

Poucas crianças brincavam na praça quando de minhas observações, o que me indica que possivelmente boa parte das crianças da região encontrava-se em seu horário escolar. Alguns idosos (homens) sentavam-se em bancos à sombra das árvores ou dos quiosques. Poucos conversavam entre si, pois pareciam estar mais acostumados a observar o ritmo acelerado daqueles que cruzavam a Dolomitas em direção aos mais variados destinos.

Realizei minhas entrevistas nesta praça, na paróquia Santo Cristo Operário de Vila Kennedy, no centro comunitário denominado “Obra Kolping” e nas residências dos entrevistados. Realizados entre março e junho de 2008, a parte mais substantiva dos encontros com os informantes possibilitou a realização da pesquisa empírica, que contou ainda com um período de inserção inicial ao campo, ocorrida entre setembro e outubro de 2007.

As primeiras entrevistas qualitativas, concentradas na Praça Dolomitas, buscaram moradores de Vila Kennedy com faixa etária a partir dos quarenta anos, pois esta estratégia poderia aumentar as chances de abordar residentes mais antigos, que pudessem oferecer relatos mais substanciais sobre o viver

¹³ A categoria “olheiros” refere-se a pessoas envolvidas com o tráfico de drogas de uma região. Em sua maioria, os olheiros são jovens rapazes que têm a incumbência de monitorar as áreas próximas aos locais onde ocorre o tráfico. No caso de Vila Kennedy, a presença destes personagens estaria intimamente relacionada à presença do tráfico de drogas na região.

em Vila Kennedy, associando suas percepções inclusive ao passado. Posteriormente, ampliei meu leque de entrevistados residentes nas três glebas originais do conjunto. Foram realizadas treze entrevistas¹⁴ com moradores que residem em Vila Kennedy entre trinta e quarenta anos. Destes entrevistados, dez possuem entre quarenta e cinco e oitenta anos de idade, enquanto que três possuem faixa etária entre vinte e cinco e trinta anos. Para tanto, foi elaborado roteiro¹⁵ com perguntas semi-abertas para orientar as entrevistas.

I.4 Estrutura da dissertação

A presente dissertação está estruturada em três capítulos, que apresentarão a rica e complexa dinâmica de Vila Kennedy nos dias atuais, mas que buscam em seu passado importantes pistas para a compreensão do presente.

No primeiro capítulo, intitulado “Vila Kennedy: origem e formação”, será apresentado o cenário sócio-político que vai desde o período que antecede a construção dos conjuntos habitacionais até o período de remoção das favelas cariocas. Nesta parte da dissertação, a discussão sobre a história das favelas na cidade do Rio de Janeiro e da experiência dos parques proletários fornecerá um painel de como as favelas foram percebidas como um “problema político” a ser resolvido e afastado com as remoções.

Já no segundo capítulo: “A Vila Kennedy de outros tempos”, aspectos como a chegada das primeiras famílias ao conjunto, a importância das redes de solidariedade e da vizinhança na construção das relações sociais e o papel da Igreja Católica na ormação de lideranças políticas em Vila Kennedy serão tratados como forma de conhecer o processo de formação da região a partir das experiências das famílias de removidos.

No terceiro capítulo, denominado “E a favela, onde fica?” serão abordados temas atuais do viver em Vila Kennedy, buscando compreender, através das representações dos informantes, como se opera a divisão sócio-

¹⁴ Sobre o detalhamento das entrevistas, ver Anexo 1 desta dissertação.

¹⁵ O referido roteiro encontra-se no Anexo 2.

territorial na região, além de problematizar o lugar das favelas na complexa dinâmica que envolve a tríade violência, tráfico de drogas e ação da milícia.

Na conclusão, serão apresentadas considerações sobre as hipóteses levantadas e sobre os temas surgidos durante a pesquisa de campo. Nela, os aspectos que envolvem as representações dos moradores sobre a imagem negativa de Vila Kennedy na atualidade serão problematizados, sem que haja a intenção de serem esgotadas as discussões em torno do assunto.

Capítulo 1 VILA KENNEDY: ORIGEM E FORMAÇÃO

“A cidade se embebe como uma esponja dessa que refluí das recordações e se delata (...) Mas a cidade não conta com seu passado: ela o contém como as linhas das mãos, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, sarradelas, entalhes, esfoladuras.”

Ítalo Calvino

1.1 Antecedentes da construção dos conjuntos habitacionais: favelas e parques proletários

Em várias partes do mundo a questão da habitação popular tem sido alvo de inúmeros estudos, tanto nas Ciências Sociais quanto nas áreas ligadas ao urbanismo e ao planejamento. No Brasil, entretanto, tais pesquisas encontram-se voltadas sobretudo à busca de soluções para o problema do déficit habitacional – que, há mais de um século, aflige nossa sociedade – e ao conhecimento das questões advindas da relação entre as oportunidades de acesso à moradia popular e a estrutura (desigual) de “apropriação da cidade”.

Inevitavelmente, ao se abordar a temática da habitação popular em nosso país, torna-se necessário tocar no fenômeno das favelas. Nas palavras de Alba Zaluar e Marcos Alvito: “Falar de favela é falar da história do Brasil desde a virada do século passado [século XIX]” (Zaluar & Alvito, 2004). Todavia, cabe ressaltar que, em sua origem, a favela esteve diretamente associada a outro tipo de habitação popular que, no século XIX, foi considerado o *locus* da pobreza, local de moradia das “classes perigosas” – trabalhadores pobres, “malandros”, “vagabundos” etc – e antro da promiscuidade, do crime e das doenças contagiosas: o cortiço. Considerados como um verdadeiro “inferno social”, os cortiços cariocas eram vistos como “ameaça à ordem social e moral (...)”. Percebido[s] como espaço propagador da doença e do vício, era[m] denunciado[s] e condenado[s] através do discurso médico higienista (...)” (Valadares, 2005: 24). Segundo Licia Valladares, estudos sobre os cortiços do Rio de Janeiro demonstram que este tipo de habitação popular pode ser

considerado como o “germe” da favela. Alvo de intensas campanhas contra sua existência – e permanência na cidade – os cortiços foram sendo demolidos e, após sua gradual destruição, a favela passou a aparecer como o novo espaço geográfico e social associado à pobreza.

Contudo, cabe ressaltar que o fenômeno da existência da favela é anterior ao próprio aparecimento de sua categorização, surgida a partir da segunda década do século XX para designar uma modalidade de habitat pobre. Antes mesmo, porém, o cenário político abrigava uma jovem República que pensava os rumos a serem adotados por sua capital – o Rio de Janeiro –, que recebeu a importante incumbência de ditar os caminhos a serem seguidos pelos demais estados da federação. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, orientados pelos preceitos positivistas de ordem e progresso, muitos dos técnicos – engenheiros, médicos etc – chegados ao poder:

“(…) do espírito de república guardavam no máximo alguma preocupação com o bem público, desde que o público, o povo, não participasse do processo de decisão. O positivismo, ou certa leitura positiva da República, que enfatizava, de um lado, a idéia de progresso pela ciência e, de outro, o conceito de ditadura republicana, contribuía poderosamente para o reforço da postura tecnocrática e autoritária” (Carvalho, 1989: 35).

Em meio às vigorosas disputas políticas que, nos primeiros anos do século XX, davam o tom do regime republicano no Brasil, a pobreza – embora indesejada – ganhou notoriedade diante de um período também marcado por intensas transformações econômicas e sociais. Carlos Lessa destaca que a pobreza se tornou visível diante:

“(…) [das] grandes distâncias sociais e [d]a concentração de renda, riqueza, direitos e poder [que] foram preservadas no interior de uma estrutura social resistente à mudança. Complacente com as segregações, o tecido social não alterou sua urdidura. As elites multiplicadas mantiveram seus padrões de vida sustentados na riqueza patrimonial e na disponibilidade de mão-de-obra barata” (Lessa, 2000: 291).

Em meio a um cenário urbano – composto por grandes cidades brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo – marcado por disputas ideológico-políticas e por reivindicações e ações repressivas, as camadas populares formaram uma variedade de organizações operárias¹⁶, geralmente frágeis, para protestar contra sua situação de precariedade e pobreza. Grupos

¹⁶As organizações operárias existentes no início do século XX, apesar de frágeis, foram possíveis, em grande parte, graças à política de imigração adotada pelo governo republicano neste período, que objetivava fomentar a nascente indústria brasileira, apoiando-se em trabalhadores oriundos de países cuja industrialização encontrava-se em situação

ligados a correntes socialistas e anarquistas, associações de operários católicos, entre outros tipos de organização, buscavam unir os trabalhadores na defesa de seus interesses. Contudo, a maioria dos pobres urbanos do eixo Rio-São Paulo permanecia fora do alcance de sua influência. Neste contexto de efervescências, além das organizações de operários também ganhavam destaque as revoltas, que despontavam como outra forma de organização popular bastante comum no início do século XX. Estas revoltas¹⁷ preocupavam as elites de então, pois representavam uma espécie de ameaça às estruturas política e econômica do país.

Os trabalhadores urbanos pobres da então capital federal, que habitavam precárias moradias – os cortiços – desprovidas de sistema sanitário eficiente, representavam outra ameaça preocupante aos setores ligados à elite, pois carregavam consigo a possibilidade do contágio de doenças que não respeitavam as barreiras de classe. Assim, entra em cena o movimento sanitarista – que ganhara importância já em fins do século XIX –, promovendo o que Chaloub (1996) chamou de “culpabilização das populações pobres urbanas”. Inclui-se neste contexto, sobretudo, ex-escravos e seus descendentes, além de suas formas de habitação, principalmente representadas pelos inúmeros cortiços que se amontoavam nas estreitas ruelas do centro da cidade, ainda no início da primeira década do século XX. Consideradas insalubres, tais moradias foram percebidas como verdadeiros focos de epidemias, como a varíola e a febre amarela.

Pode-se observar, desta forma, que a associação entre pobreza, insalubridade e contágio de doenças ajudou a formar parte do imaginário social daquele período. Mesmo após a política de demolição dos cortiços e a conseqüente expulsão de seus moradores para outras áreas igualmente precárias, como as franjas de morros próximos ao centro da cidade, os pobres continuaram a ser associados à insalubridade, ao contágio de doenças, à

mais consolidada, como os países da Europa. Entretanto, para alguns teóricos do pensamento social brasileiro, profundamente influenciados pelas teorias racistas do século XIX, a chegada de imigrantes, sobretudo europeus, trazia consigo a possibilidade de “branquear” a população. De acordo com tal concepção, a predominância do “elemento branco” na composição genética dos descendentes de cruzamentos inter-raciais geraria, através da miscigenação, um povo, um “tipo nacional” com fenótipo branco europeu. Sobre a questão da idéia de raça e racismo no pensamento social brasileiro, ver Pereira (2005, dissertação de Mestrado) e Seyferth (1996).

¹⁷ Dentre as revoltas populares desencadeadas no início do século XX, no Rio de Janeiro, podemos destacar a Revolta da Vacina, que, em 1904, uniu setores populares na luta contra a obrigatoriedade da vacinação. Para saber mais sobre a Revolta da Vacina, ver Carvalho (1989), Chaloub (1996) e Sevcenko (1984).

promiscuidade, à vagabundagem etc. Nas primeiras décadas do século XX, jornalistas, médicos, engenheiros e homens públicos ligados à gestão da capital deixam de se preocupar com os insalubres cortiços, passando as favelas a ocupar lugar de destaque nos debates públicos sobre o futuro da capital e, conseqüentemente, do país. Para elas é transferido:

“(...) o postulado ecológico do meio como condicionador do comportamento humano, persistindo a percepção das camadas pobres como responsáveis pelo seu próprio destino e pelos males da cidade, dando a perceber que o debate sobre a pobreza e o habitat popular – já desde o século XIX agitando as elites cariocas e nacionais – fará emergir um pensamento específico sobre a favela do Rio” (Valladares, 2005: 28).

Só após a ferrenha campanha contra os cortiços, foi despertado o interesse pela favela como “um novo espaço geográfico e social que despontava pouco a pouco como o mais recente território da pobreza” (Valladares, 2005: 26).

A partir do Plano Agache¹⁸, as favelas ficaram oficialmente registradas como áreas de habitações irregularmente construídas, sem arruamentos ou acesso a serviços como os de abastecimento de água e luz. Junto a esta precariedade urbana, resultante do descaso do poder público e da pobreza de seus moradores, fortaleceram-se as imagens da favela como *lócus* da carência, da ausência, “(...) do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade, o “outro” distinto do morador civilizado da primeira metrópole que o Brasil teve” (Zaluar & Alvito, 2004: 08).

Ainda de acordo com Alba Zaluar e Marcos Alvito, as favelas tornaram-se “(...) uma marca da capital federal, em decorrência (não intencional) das tentativas dos republicanos radicais e dos teóricos do embranquecimento¹⁹ (...) para torná-la uma cidade européia.” (2004: 07). Mas a capital federal nunca se tornou, segundo os autores, de fato européia, graças também à criatividade cultural e política, à capacidade de luta e organização dos favelados em cem anos de sua história. Para Carlos Lessa, tal “resistência” pode ser pensada através do fato de:

“a favela permit[ir] montar uma alegoria integral da criatividade da pobreza, que desenvolve a malha urbana, cria soluções arquitetônicas

¹⁸ O Plano Agache é a denominação popular do plano de remodelação urbana da cidade do Rio de Janeiro elaborado, ao final da década de 1920, por Alfred Donat Agache, por solicitação do então Prefeito da cidade, Antônio Prado Júnior.

¹⁹ Sobre as teorias racistas difundidas entre fins do século XIX e início do XX, ver obras clássicas do pensamento social brasileiro que, a partir de teorias baseadas no branqueamento (ou embranquecimento) da população, influenciaram parte da produção intelectual brasileira até meados do século XX. Como importantes representantes das teorias racistas deste período, conferir Nina Rodrigues e Silvío Romero.

e métodos construtivos e que institui códigos de direito alternativo. (...) Produz e autoconsome suas criações culturais. A pobreza em uma cidade urbanizada e pouco proletarizada desdobra-se, na esfera da geração de renda e ocupação com variadas estratégias e táticas predominantemente individuais. (...) Desenvolve as relações de vizinhança e operacionaliza um coletivo complexo e coeso na zona residencial” (Lessa, 2000: 297-298).

Assim, pode-se perceber que a distância social responsável pela separação entre o mundo popular carioca e a elite da cidade, sobretudo no cenário da Primeira República, foi capaz de retardar a ingresso das favelas na agenda das políticas públicas. Tal invisibilidade política gerou barreiras no plano societal: herança do período escravocrata, ainda muito viva e presente, tanto na memória quanto nas práticas sociais da atualidade.

Retomando as colocações de Lícia Valladares, a *descoberta* da favela foi logo seguida por sua designação como *problema* a ser resolvido pelo governo. Assim, o problema, que devia ser administrado e controlado, acompanhou os principais acontecimentos políticos da primeira metade do século passado. Neste período, destaca-se o governo de Getúlio Vargas que, a partir da Revolução de 30, inicia uma nova fase para as representações das classes populares e, desta forma, também das favelas. Durante o primeiro governo Vargas (1930-1937), a moradia do pobre começa a ser concebida como uma ameaça à coesão social por estar inserida em uma sociedade marcada pela não vinculação de alguns grupos ao “mundo formal” regido pela disciplina do trabalho. O historiador Boris Fausto ressalta o caráter centralizador do governo Vargas, chamando atenção para o esforço de aproximação com as camadas populares, sem abandonar a idéia do controle social. Destaca Fausto:

“um dos aspectos mais coerentes do governo Vargas foi a política trabalhista. Entre 1930 e 1945 ela passou por várias fases, mas desde logo se apresentou como inovadora com relação ao período anterior. Teve por objetivos principais reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso do governo” (Fausto, 2001: 187).

Vargas, contrariando as orientações político-culturais claramente simpatizantes do modelo europeu, instaurou, logo após a Revolução de 1930, um forte sentimento de nacionalismo. Cabe ressaltar que os direitos sociais de cidadania foram concedidos àqueles com ocupação formal no mercado de trabalho e portadores de carteira profissional. Segundo Marcelo Burgos, no governo Vargas a única política habitacional voltada à população de baixa

renda, organizada em 1933, beneficiava apenas os empregados de ramos de atividades cobertas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões – os IAPs. O autor ressalta, ainda, que “a restrição ao direito de voto dos analfabetos e aos direitos sociais dos que estavam fora do mercado de trabalho formal explica a invisibilidade política das favelas até então.” (Burgos, 2004: 27). Tal restrição assenta-se sobre a idéia de “cidadania regulada”²⁰ que, desenvolvida no governo Vargas, ajuda a explicar a adoção, no plano social, de uma legislação voltada ao atendimento de algumas demandas trabalhistas (unicamente voltadas aos setores mais produtivos ligados ao mercado formal) e a montagem de uma estrutura corporativa que atrelava os sindicatos ao Estado. Mas, desta forma, Vargas assegurava a aproximação com as classes populares, trazendo a classe trabalhadora, ainda que tutelada, para a esfera pública.

De acordo com Santos (1979), a política adotada por Vargas com relação à classe trabalhadora permitiu, a partir de 1930, a abertura da ideologia “laissez-fairiana” que contou ainda com a criação de:

“um espaço ideológico onde a interferência ativa do Estado na vida econômica não conflita[va] com a noção, ou a intenção, de promover o desenvolvimento de uma ordem fundamentalmente capitalista” (Santos, 1979: 75).

Para Santos, a política econômico-social do período esteve profundamente relacionada à noção de “cidadania regulada”, cujas raízes encontravam-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional. Em resumo, eram considerados cidadãos:

“todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas e definidas* por lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por extensão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade” (Santos, id ibid).

Àqueles cujas ocupações não eram legalmente reconhecidas restava a condição de pré-cidadãos. A associação entre *cidadania* e *ocupação* proporcionou as condições institucionais necessárias à posterior origem dos conceitos de *marginalidade* e de *mercado informal de trabalho*, onde estariam incluídos todos os trabalhadores desempregados, subempregados, empregados instáveis e mesmo os empregados estáveis que ainda não possuíam suas ocupações regulamentadas.

²⁰ Sobre a noção de “cidadania regulada”, conferir Santos (1979).

Durante o Estado Novo, que se inicia em 1937, o governo trabalhou ideologicamente para desarticular as classes em processo de ascensão como portadoras de interesses. Para o historiador Lincoln Penna, este período assistiu a uma espécie de despolitização da sociedade, cujo efeito mais perverso atingiu em cheio os trabalhadores. Como estratégia de fortalecimento, o Estado Novo procurou atrair os trabalhadores através de:

“recursos que iam de medidas compensatórias – a maioria transformada em legislação trabalhista – ou por meio de mensagens de sentido dúbio, típicas de regimes autoritários, tais como aquelas em que se procura demonstrar que numa sociedade “sadia” não há lugar para interesse de classes” (Penna, 1999: 188).

A articulação trabalho / riqueza e trabalho / cidadania, realizada pelo governo Vargas em pleno processo de desenvolvimento capitalista, foi profundamente marcada pela regulamentação das profissões, pela adoção da carteira de trabalho e pela atuação dos sindicatos públicos. De acordo com Santos (1979), estes três parâmetros passaram a definir a noção de cidadania e os direitos dos cidadãos eram decorrência dos direitos das profissões e estas só existiam via regulamentação estatal. O instrumento jurídico comprovante do contrato de trabalho era, pois, a carteira profissional que se tornou “em realidade, mais que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico” (Santos, 1979: 76).

A pobreza passou a ser alvo das atenções das elites brasileiras que, após o término da I Guerra Mundial, começaram a encará-la [a pobreza e, conseqüentemente, os pobres] como elemento negativo ao desenvolvimento econômico e cultural do país. Assim, a intervenção do Estado foi percebida como fundamental para a resolução do “problema”. A necessidade de organização do mercado de trabalho e a eliminação da pobreza passam a ocupar, desta forma, lugar de destaque na agenda de ações do poder público. Diante na noção de “cidadania regulada”, a intervenção estatal se processou a partir da montagem de uma estratégia apoiada em princípios político-ideológicos, cujo foco principal seria a valorização do trabalho (formal). O controle social exercido pelo Estado contava fundamentalmente com a construção de um indivíduo “cidadão/trabalhador”, que assumisse a responsabilidade por sua riqueza individual e pela riqueza da nação (Gomes, 1982:152). A carteira profissional, instituída em março de 1932, passou a ser o

grande “trunfo” dos operários, insistentemente lembrada pelos ideólogos do Estado Novo. Como aponta Lincoln Penna:

“A cidadania do trabalhador estava na posse deste documento, e de preferência devidamente assinado pelo empregador. Por outro lado, a importância da carteira era medida não apenas no *status* simbólico do trabalhador, mas também em suas atividades sindicais (...)” (Penna, 1999: 188).

Assim, o governo Vargas elegeu o trabalhador (formal) como elemento-chave ao processo de aproximação com as classes menos abastadas. O que pensar, então, sobre o destino dos pobres que não estivessem “adequados” à lógica do trabalho e, conseqüentemente, à sua disciplina reguladora? Não estavam estes contemplados pelas ações governamentais, mas, ao contrário, representavam um entrave (problema) a ser controlado e administrado pelo Estado. Os benefícios ofertados pelo poder público, neste período, não se encontravam ao alcance de todos, mas criavam, sobretudo, a sensação de que, cooperando – ou melhor, enquadrando-se nos critérios que orientavam a noção de “cidadania regulada” – , os trabalhadores vinculados ao mercado de trabalho formal teriam finalmente atendidas suas aspirações de bem-estar social. Aos demais, excluídos do mercado formal – regido pela legislação trabalhista de então –, restavam as ausências, lacunas de uma existência indesejada pelas elites, alvos da ação de laços clientelistas voltados à obtenção de votos.

O regime de Vargas retomou a temática higienista que atribuía às más condições sanitárias das moradias populares a proliferação de diversas doenças oportunistas. Afirmava-se, neste período, que a propriedade de sua moradia, além de uma alimentação adequada eram legítimas aspirações dos trabalhadores (Valladares, 2005: 50). Para Getúlio Vargas, a família constituía a célula política de base e a questão da moradia, uma questão maior²¹.

Na origem do clientelismo político desenvolvido nas favelas a partir da década de 30, a política de Pedro Ernesto²² voltou-se prioritariamente à construção de escolas e hospitais. Sua abordagem sobre a questão social era bastante semelhante àquela desenvolvida pelos reformadores progressistas do

²¹ Licia Valladares (2005:50) ressalta que, de acordo com Gomes (1999), “o regime assumia que muitas doenças em nossas cidades se propagavam pelas más condições de higiene das moradias populares, o que tornava o trabalhador revoltado e ‘preguiçoso’” (Gomes, 1999:62).

²² Pedro Ernesto foi nomeado prefeito da cidade do Rio de Janeiro, no período entre 1931-1936. Em pouco tempo sua ação política o fez ser amplamente reconhecido como “médico dos pobres”. Tal associação possui relação direta com o caráter populista do governo Vargas, que esmerou-se na construção de sua imagem como guia ou ainda “pai dos pobres”.

início do século XX, nos Estados Unidos. Para estes, a ajuda aos pobres deveria ser uma responsabilidade pública com o intuito de minimizar o estigma da inferioridade e da dependência que frequentemente caracterizam o assistencialismo. Diante deste contexto, o então médico e prefeito Pedro Ernesto inaugurou um novo tipo de relação com os favelados: relação esta baseada em práticas populistas – sempre voltadas à articulação entre cidadania e ocupação formal – perfeitamente adequadas ao regime instaurado por Vargas. Todavia, faz-se importante ressaltar que, mesmo após o afastamento de Pedro Ernesto do poder, tendo em vista a não aprovação de Vargas com relação à crescente popularidade do médico junto às camadas pobres da população, a perspectiva higienista dos discursos anteriores permaneceu, mas com uma nova dimensão: desta vez, a do reconhecimento de fato da existência das favelas e da necessidade de melhorar as condições de vida dos favelados.

Tal reconhecimento se deu, de maneira geral, através da elaboração do texto do Código de Obras de 1937 – que vigorou até 1970. Em seu capítulo XV, que trata da “Extinção das Habitações Anti-Higiênicas”, havia uma parte especialmente destinada às “favelas”. Através do artigo 349, o Código de Obras destacava, por exemplo: a proibição de novos casebres ou ainda da execução de obras de melhoria ou da expansão nos já existentes, além da aplicação de multas por ocasião da constatação de cobrança de aluguel de casebres ou do solo. Ao analisar as precárias condições de existência das favelas e o entendimento do poder público de então com relação às mesmas, Burgos ressaltava que o Código de Obras de 1937 da cidade registra a situação marginal das favelas cariocas: por serem consideradas “aberrações”, não deviam constar do mapa oficial da cidade. Assim, como já destacado, o referido código propunha a eliminação das favelas, ao mesmo tempo em que proibia novas construções - ou ainda a execução de melhorias nas moradias já existentes. O parágrafo 9º do Artigo 349 ressaltava ainda:

“A Prefeitura providenciará como estabelece o Título IV do capítulo XIV deste decreto para a extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação do tipo mínimo” (Valladares, 2005: 55).

Apesar das ambigüidades apresentadas, o Código de Obras de 1937 parece ter inaugurado juridicamente uma nova era com relação às favelas, assim como Pedro Ernesto havia inaugurado politicamente um novo período, em que

pouco a pouco se impunha a necessidade de administrá-las (Valladares, 2005: 53).

Como solução para o problema representado pelas favelas, o Código de Obras sugeriu a construção de habitações proletárias para serem vendidas a pessoas reconhecidamente pobres. Surge, neste contexto, a proposta de *parques proletários*, construídos a partir do início dos anos 40. Assim, pode-se perceber que a “descoberta” do problema da favela aparece ao poder público como:

“(...) incômodo que causava à urbanidade da cidade, o que explica o sentido do programa de construção dos parques proletários, que [tinham] por finalidade, acima de tudo resolver o problema das condições insalubres das franjas do centro da cidade, além de permitir a conquista de novas áreas para a expansão urbana” (Burgos, 2004: 27) [grifo meu].

A abordagem sanitaria do “problema” pode ser claramente percebida ao verificarmos que o primeiro plano oficial voltado às favelas da cidade foi elaborado pelo então diretor do Albergue da Boa Vontade, o médico Vítor Tavares Moura²³, a pedido da Secretaria Geral da Saúde do Distrito Federal. As medidas sugeridas por Moura revelam o caráter autoritário e excludente das propostas pensadas para as favelas no período. No entanto, tal característica não surpreende se a entendermos como parte de uma concepção embasada na idéia de “cidadania regulada”. Neste sentido, Burgos nos alerta:

“Pré-cidadãos, os habitantes das favelas não são vistos como possuidores de direitos, mas como almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória – eis a representação que emoldura a experiência dos parques proletários” (Burgos, 2004: 28).

Os mecanismos utilizados nos parques para controlar seus moradores iam desde a exigência de atestados de bons antecedentes até o registro no posto de polícia, sem contar com as lições de moral direcionadas aos residentes diariamente (Leeds, 1978).

O próprio nome “parques proletários” dava o tom de valorização do trabalhador, do operário: marcas de uma administração que buscava imprimir sua pedagogia civilizatória, lembrando as palavras de Burgos, através da disciplina do trabalho e de mecanismos de controle ligados a este universo.

²³ Nascido no interior de Pernambuco, em 1893, o médico Vítor Tavares Moura teve sua trajetória no Rio de Janeiro ligada à assistência da população pobre. Tornou-se um dos primeiros membros da administração municipal a propor e implementar, mesmo diante das limitações dos estudos da época, um projeto de remoção das favelas. Integrado à política social do governo, o médico Tavares Moura desenvolve duas frentes de atuação com relação à pobreza: uma, de caráter assistencialista imediato, era desenvolvida através do Albergue da Boa Vontade; a outra proposta de atendimento aos pobres está na origem dos Parque Proletários. Para maiores detalhes sobre a atuação de Vitor Tavares Moura, conferir Medeiros (2002).

Segundo Valladares, a iniciativa dos parques não foi uma simples operação de alojamento provisório das famílias faveladas em moradias que apresentassem situação sanitária adequada. O objetivo dos parques era dar assistência e educar seus moradores para que os próprios fossem capazes de modificar suas práticas, comumente associadas a condutas que poriam em risco sua saúde física e moral. Valladares acrescenta que:

“As moradias dos parques proletários eram consideradas provisórias, um habitat de transição para assegurar a integração posterior dos habitantes à vida urbana. Esses parques também compreendiam dispensários, escolas, centros sociais, equipamentos esportivos, creches e um posto de polícia” (Valladares, 2005: 62).

Diante de um contexto sócio-político onde a possibilidade de questionamento do *establishment* por parte das “classes perigosas” deveria ser contida com ações de rígido controle estatal, os parques foram concebidos como espaços que dariam a seus moradores noções básicas de “civildade”²⁴, além de funcionarem como elemento privilegiado do processo de construção da imagem de Getúlio como protetor dos trabalhadores. Tal figura ganhou forma no imaginário popular através das inúmeras cerimônias que enalteciam os feitos da administração Vargas, bem como do emprego intensivo dos meios de comunicação na promoção e divulgação de suas ações (Fausto, 2001). Não poderia ser diferente com relação aos parques: um dos mais importantes palcos para o fortalecimento da figura do “pai dos pobres”. Nas suas cerimônias de inauguração dos mesmos, além dos discursos inflamados voltados aos trabalhadores e suas famílias, Getúlio chegava, em alguns casos, a receber as chaves de uma das residências, como se algum dia fosse utilizá-la. Assim, podemos afirmar que as estratégias de *marketing* para a promoção da figura de Vargas foram amplamente utilizadas, extrapolando os discursos radiofônicos, as cerimônias em comemoração ao dia do trabalhador e chegando aos palanques de inauguração dos parques proletários.

²⁴ Segundo Elias (1994), o conceito de “civilização” – que dá origem às idéias de “civilizado(a)” e “civildade” – refere-se a uma grande variedade de fatos que vão desde o nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir igualmente ao tipo de habitação ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição adotada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Em resumo, não haveria nada que não pudesse ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Contudo, Elias ressalta que as várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas ou não revelam que o conceito de civilização expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Tal conceito resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou ainda a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com a palavra “civilização”, a sociedade ocidental procura descrever o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão do mundo, entre outras coisas.

As noções de “civilidade” que buscavam ser disseminadas através dos parques estavam profundamente atreladas a mecanismos de controle, tais como os ressaltados por Foucault (1986) com relação à prática da “vigilância hierárquica”. Para seu sucesso, ressalta-se a necessidade de uma arquitetura:

“que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir o controle interior, articulando e detalhando – para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aqueles que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferece-los um conhecimento, modifica-los” (Foucault, 1986: 154-155).

A concepção arquitetônica dos parques obedeciam a esta lógica de controle como forma de conduzir à submissão de seus residentes através de uma disciplina típica do mundo do trabalho.

Entre 1941 e 1943, foram erguidos três parques proletários: o da Gávea, o do Leblon e o do Caju. Durante o período, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, então entregue a Henrique Dodsworth, elaborou um projeto de higienização das favelas, cujo objetivo era transferir temporariamente suas populações para alojamentos, enquanto se construía nos locais casas de alvenaria definitivas (Valladares, 1978: 22-23). Foram então destruídas quatro favelas, sendo moradores transferidos para os três parques proletários construídos especialmente para receber tal população de origem favelada. Nos parques, foram alojadas cerca de oito mil pessoas: número bastante reduzido se levarmos em consideração que as estimativas da época apontavam aproximadamente trezentas mil pessoas residindo em favelas no então Distrito Federal.

Embora planejados para abrigar os moradores provisoriamente, sob a promessa de que os mesmos poderiam retornar a áreas próximas de seus antigos locais de moradia assim que estivessem urbanizadas, os parques acabavam envolvendo um tempo de permanência muito maior. Deles, boa parte das famílias só sairia bem mais tarde, geralmente expulsa por conta da valorização imobiliária em seus bairros. Outro aspecto contrário à concepção original dos parques foi o fato de que “(...) anos mais tarde, esses parques

proletários passaram a ser considerados favelas²⁵” (Valladares, 1978: 23). Além de não conseguir cumprir a meta de possibilitar o retorno ao terreno anteriormente ocupado pela favela, o programa acabou restrito aos três parques, não alcançando parte significativa da população favelada do então Distrito Federal.

A criação dos parques proletários, empreendimento progressista para a época, representou, segundo Valladares (1978), “a ampliação das bases de sustentação de uma política populista e autoritária”. Os parques foram a primeira tentativa de uma política habitacional, durante um período em que vigoravam as práticas policiais tradicionais contra as favelas: incêndio das mesmas e prisão de seus moradores. Em seu caráter centralizador, as práticas de controle sobre tais famílias parecem ter sido, na prática, compensadoras para o governo, à medida que convergiam plenamente com as intenções políticas que determinaram a criação dos parques proletários. De acordo com Leeds (*apud* Valladares, 1978):

“A autoridade da administração [dos Parques Proletários] era absoluta. Todos os moradores tinham cartão de identificação, que apresentavam ao guarda noturno, encarregado de fechar os portões às 22h. Às 21 horas, o administrador falava por alto falante, comentando os acontecimentos do dia, servindo-se da ocasião para pregar lições de moral que julgasse necessárias”.

Os parques simbolizavam, desta forma, a política adotada por Vargas em relação aos favelados, durante seu primeiro governo. Esta política combinava controle, “consciência social” – diretamente ligada ao que Burgos (2004) chamou de “pedagogia civilizatória” – e culto à figura de Getúlio.

Se, por um lado, a experiência dos parques trouxe desagradáveis desdobramentos, como demonstrado pelos exemplos citados acima, por outro, produziu um outro efeito inesperado ao colocar em contato o Estado e os excluídos. A novidade deste encontro deu ensejo:

“(…) a um processo embrionário de organização dos moradores das favelas, preocupados com a generalização dos parques. Era evidente que o autoritarismo da pedagogia civilizatória ensaiada e a precariedade das instalações (concebidas como provisórias) não faziam dos parques uma idéia atraente para os moradores das favelas, razão pela qual criaram, ainda em 1945, as comissões de moradores, inicialmente no Morro do Pavão / Pavãozinho (...) como forma de opor resistência a um suposto plano da prefeitura de remover todos os moradores para os parques” (Burgos, 2004: 28).

²⁵ Na lista de favelas do recenseamento de 1950, contava, curiosamente, o Parque Proletário da Gávea. Segundo Valladares (2005: 69), o Parque, concebido como solução provisória para o realojamento de favelados, oito anos mais tarde passou a ser considerado um fracasso, pois o que poderia ter sido uma alternativa tornou-se um equivalente à favela.

Tempos depois, favorecidos pela restauração da ordem democrática, tais comissões formulariam, pela primeira vez, uma pauta de direitos sociais referentes a problemas de infra-estrutura de suas áreas. A partir de uma reação popular frente à ameaça de perderem suas casas e redes sociais – constituídas após anos de convívio –, diante da intervenção do poder público através do projeto de remoção de favelas, os moradores das favelas começam a se constituir como atores políticos, organizando-se nas uniões de trabalhadores favelados muito embora a Constituição de 1946 ainda mantivesse a restrição do voto dos analfabetos.

1.2 Da invisibilidade à condição de “problema político”²⁶: os caminhos percorridos até a política de remoção de favelas

Nas décadas iniciais do século XX, as favelas passaram a ser “vistas” e encaradas como um problema. O que fazer da favela era a pergunta que acirrava o debate em torno daquilo que, já nos anos 1920, foi denunciado como “lepra da esthetica” (Pimenta, *apud* Valladares, 2005: 36). Nos anos 30, no entanto, a discussão foi retomada através do Plano Agache para remodelação e embelezamento da cidade do Rio de Janeiro, seguido pelo Código de Obras de 1937. Assim, a questão do habitat popular, fortemente estruturada pelo discurso médico-higienista e pelas concepções positivistas, tornou-se um dos principais temas que ajudariam a traçar os rumos da capital da República. Afinal, desde o início do século passado, o descompasso entre a construção de moradias e o crescimento populacional alarmava estudiosos, cientistas, políticos, jornalistas entre outros.

De “descoberta” a “problema” que precisava ser “administrado e controlado” (Valladares, 2005) as favelas (e seus moradores) passaram a ser melhor conhecidas, através de censos e estudos encomendados pelo governo. Uma nova etapa foi alcançada com o Recenseamento Geral de 1950, realizado pelo governo federal através do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e

²⁶ O termo “problema político” foi utilizado por Marcelo Burgos no texto *Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro*. Em sua análise, Burgos aponta a década de 60 como o período onde as favelas serão entendidas e tratadas como uma questão política, à medida que aumentavam as negociações entre o Estado e as lideranças dos moradores de favela, diante do evidente processo de organização política dos moradores de favelas.

Estatística. Pela primeira vez, através do Censo Demográfico, era possível conhecer a população das favelas e suas condições de vida, além de comparar a população do Distrito Federal em sua totalidade.

De forma inédita, o Censo de 1950 apontou nas favelas uma população ativa, predominantemente trabalhadora, ligada através de ocupações diversas aos principais ramos da atividade econômica desenvolvidos no Distrito Federal. A partir de então, passam a ser questionados oficialmente:

“(...) os discursos anteriores sobre a preguiça e a ociosidade dos habitantes das favelas, assim como a análise do Censo da Prefeitura de 1948, lembrando que, neste último, a categoria dos inativos era muito mais importante, 65%, ou seja, quase dois terços. Mas essa categoria reunia mulheres e crianças exercendo atividades domésticas não remuneradas, e não apenas os homens adultos inativos” (Valladares, 2005: 70).

O Censo Geral de 1950 se diferenciou sobremaneira do censo realizado em 1948 não apenas pela precisão das categorias utilizadas e dos dados produzidos, mas também pela qualidade de sua interpretação, devida, em grande parte, à condução de Alberto Passos Guimarães, que iniciou a discussão metodológica da própria categoria favela. Ao contrário do censo realizado dois anos antes, só de favelas, no caso do Recenseamento Geral, tornou-se necessária uma definição mais precisa, na medida em que mostrava-se fundamental distinguir o que era favela e o que não. Diante dos dados colhidos, o representante do IBGE responsável pelo Censo de 1950, Alberto Passos Guimarães, chegou a afirmar categoricamente que a população favelada não era composta por marginais, como sustentado pelo discurso oficial até então, mas por aglomerados urbanos integrados regularmente à vida social.

Importante destacar que, entre meados dos anos 40 e início dos anos 50, vê-se o surgimento de uma espécie de impulso organizativo dos moradores de favela ante a intervenção do poder público – como ressaltado no item anterior deste primeiro capítulo. A preocupação diante deste novo comportamento de parte das camadas populares residentes em favelas fez surgir o *slogan* conservador que afirmava ser necessário “subir o morro antes que os comunistas desçam” (Burgos, 2004). Em pleno contexto de pós-segunda guerra, a Igreja Católica desempenhou papel de destaque com relação às favelas no cenário brasileiro. A Arquidiocese do Rio de Janeiro e o poder público municipal, criaram, em 1946, a Fundação Leão XIII, que visava

oferecer uma alternativa às ações anteriormente desenvolvidas pelo Estado Novo de Vargas. Tendo sua presença fortemente marcada pela atuação junto às favelas, no referido período, a Igreja, através da Fundação Leão XIII²⁷, propunha:

“Ao invés do conflito político (...) o diálogo e a compreensão; ao invés da luta pelo acesso a bens públicos, o assistencialismo; no lugar da crítica, a resignação; em vez do intelectual orgânico, a formação de lideranças tradicionais” (Burgos, 2004: 29).

A partir dos anos 50, deu-se início ao estabelecimento de ligações mais contundentes entre as favelas cariocas e a esfera política. Em paralelo, pôde-se observar um outro tipo de movimentação, aquela representada pela aproximação entre os intelectuais oriundos das classes médias e os moradores de favelas, particularmente os sambistas, através da valorização do capital cultural dos setores populares. Segundo Vianna (2002), Blaise Cendrars, personagem central da vida artística de Paris, possuía profundo interesse pelas “coisas negras em geral” e pelas “coisas brasileiras”, tendo descrito, em 1952, o grande compositor negro Donga da seguinte maneira:

“Era um negro de raça pura²⁸, de tipo daomeano perfeito, com um rosto redondo como uma lua cheia, de um bom humor constante e uma graça irresistível. Ele tinha o gênio da música popular. Era autor de centenas de sambas” (Vianna, 2002: 103).

Através do olhar desses intelectuais, a favela (e seus moradores) passava a contar também com uma identidade positiva, ampliando seu contato com a cidade. Vianna cita as palavras de Donga, que valorizavam a interação entre “morro” e “asfalto” a partir do diálogo entre a cultura popular e os setores médios da sociedade: “Não tem nada disso. Depois é que o samba foi para o morro. Aliás, foi para todo lugar. Onde houvesse festa nós íamos” (2002, prefácio).

A politização do problema da favela acabou por exigir uma espécie de reordenamento da atuação pública e da Igreja Católica em relação às favelas. Assim foram criados, em 1955, a Cruzada São Sebastião – por iniciativa desta Igreja – e, em 1956, o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERFHA) – através do governo municipal. Ambos

²⁷ De acordo com Valladares (1978), a Fundação Leão XIII, de órgão religioso, passou a autarquia do Estado, ligada à Secretaria de Serviços Sociais, a partir de 1962. Durante alguns anos, foi o único organismo oficial responsável pelas favelas do Rio de Janeiro, a quem se submetiam, inclusive, as associações de moradores.

²⁸ A discussão sobre “raça” não será contemplada neste trabalho, dados seus limites e escolhas anteriormente apresentados. Contudo, para maiores informações sobre a discussão de “raça” no contexto brasileiro, bem como sobre o processo de transformação do samba em “música nacional”, ver Vianna (2002).

os casos demonstravam a necessidade premente de se alcançarem iniciativas que combinassem controle político a uma pauta mínima de direitos sociais diretamente relacionados a questões de infra-estrutura. Contudo, apesar da atuação concomitante do Estado e da Igreja Católica, em 1957, foi criada pelos próprios moradores de favela uma entidade autônoma, a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal, que tinha como objetivo lutar por melhores condições de vida para os mesmos, através das organizações de base e ação coletiva.

Para Burgos, a presença deste novo interlocutor indica que:

“(...) a categoria *favelado*, originalmente forjada para identificar negativamente os excluídos e justificar as ações civilizatórias arbitrárias do Estado e da Igreja, estava sendo requalificada. Com a presença informal no mercado de trabalho e, portanto, desconectada da luta operária, a categoria *favelado* empresta uma identidade coletiva aos excluídos, dando-lhes maior possibilidade de lutar pelos direitos sociais” (Burgos, 2004: 30-31).

Diante da demonstração de capacidade organizativa dos moradores de favela, a atuação do Estado foi reorientada no sentido de admitir que as negociações devessem passar a ocorrer no campo da própria arena política. A intermediação direta da Igreja Católica já era, no final dos anos 50, criticada por alguns setores da burocracia pública como assistencialista e paternalista.

Ao analisarmos o processo de organização dos moradores de favela, sobretudo a partir da década de 60, torna-se fundamental destacarmos algumas especificidades que envolvem o monopólio do acesso, controle e manipulação tanto dos contatos e decisões políticas, quanto dos recursos econômicos. A detenção dos capitais político e econômico por determinado grupo de moradores na favela é responsável, segundo Machado da Silva (1967), pela formação de uma “burguesia favelada”. As formas de controle político-eleitoral vigentes fora da favela – o personalismo carismático, as palavras de ordem demagógica etc – foram substituídas ou mesmo reforçadas internamente

“pela influência e pelo prestígio derivados de relações pessoais de caráter mais ou menos íntimo (...) Tudo indica que a ‘burguesia favelada’ [fosse] formada pelos indivíduos que, na estratificação da sociedade global, ocupam as mais altas posições, considerada a população da favela” (Machado da Silva, 1967: 40).

Muito embora a categoria *favelado* começasse a conhecer alguma modificação por parte do poder público, – não sendo apenas representada por idéias negativas ligadas ao passado – o entendimento acerca do papel e da posição dos moradores de favela não foi de todo alterado, sobretudo pela ótica

do Estado. O momento histórico exigia algumas readequações por parte dos governantes, que começavam a incorporar ações de negociação junto aos favelados. Entretanto, a idéia de *falta*, de *carência* e de *incapacidade* destes moradores ainda orientava boa parte do discurso e das ações governamentais, como pode ser observado no depoimento do então Secretário Municipal de Agricultura, por ocasião do estudo sobre as favelas cariocas realizado em 1958, pelo jornal *O Estado de São Paulo*. Afirmava o Secretário Geraldo Moreira:

“(...) o papel das autoridades [públicas] é esse: dar apoio moral a essa gente, dar-lhes responsabilidade moral. (...) Mas, a grande maioria da população favelada é auto-suficiente, carecendo tão somente de orientação, apoio e boa vontade das autoridades” (Moreira, *apud* Burgos, 2004: 31) [grifo meu].

O discurso acima demonstra que, ainda no final da década de 50, por mais avanços que se tenham sido observados, no campo da aproximação entre o Estado e os moradores de favela – a partir da possibilidade de luta e reivindicação de alguns direitos sociais –, torna-se fundamental destacar que permanecia ainda bastante viva a dimensão salvacionista do poder público como ente capaz de *dar* à população aquilo o que ela necessitava e que não possuía capacidade de alcançar por meios próprios. Este Estado “provedor” aparecia ainda diretamente ligado à missão de “orientar” tais segmentos da população, servindo como “apoio” aos necessitados que careciam, inclusive, de “boa vontade” por parte das ações do poder público. É possível perceber, desta forma, que a população favelada continuava a ser encarada através da lógica da *ausência*, destacando-se de maneira bastante evidente sua condição de necessitados de “responsabilidade moral”, desprovidos de convivência com os ideais e os costumes típicos de sociedades “civilizadas”.

A longevidade do “problema da favela” no Rio de Janeiro expressa a (di)visão da sociedade carioca, embasada, sobretudo, na histórica separação entre a favela e a cidade. De acordo com Ribeiro & Lago (2000):

“Desde o início do século [passado], com efeito, as favelas vêm sendo apresentadas como pertencendo a um outro mundo social e cultural, como se fossem ‘uma cidade à parte’, como já escrevia Olavo Bilac” (Ribeiro & Lago, 2000: 02).

A afirmação sobre a separação entre o “mundo da favela” e o “mundo da cidade” pode ser observada através de representações que, em diferentes períodos da história, trazem consigo uma visão da favela pautada sob a ótica das *ausências*:

“As favelas – criação genuinamente carioca, não observada em nenhuma outra cidade, mesmo no Brasil – não constituem puramente impiedoso crime contra a estética, elas são particularmente uma grave ameaça à tranqüilidade e à salubridade públicas.

Erigidas contra todos os preceitos de higiene: sem água, sem esgoto, sem a mínima parcela de limpeza, sem remoção de lixo; são como largas sentinas cobertas de dejetos e dos demais resíduos da existência humana, amontoados de imundícies e podridões respastando nuvens de moscas, infiltrando nos quarteirões da cidade toda a sorte de moléstia e de impurezas.

Desprovidas de qualquer espécie de policiamento, construídas livremente de latas e frangalhos em terrenos do Patrimônio Nacional, libertadas de todos os impostos, alheias a toda ação fiscal: são excelente estímulo à indolência, atraente chamariz de vagabundos, reduto de capoeiras, vallacoitos de larápios que levam a insegurança e a intranqüilidade aos quatro cantos da cidade pela multiplicação dos assaltos e dos furtos” (Ribeiro & Lago, 2000: 02; Trecho do discurso “Para a remodelação do Rio de Janeiro”, pronunciado pelo médico Mattos Pimenta, um dos inventores do “problema da favela”, no Rotary Club, outubro de 1926).

“Agglomerado Subnormal (favelas e similares) é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...), ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, bem como carente, em sua maioria de serviços públicos essenciais” (Censo Demográfico 2000, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

Examinando-se as intervenções realizadas nas favelas do Rio de Janeiro, até a década de 60, observa-se que todos os projetos concebidos e levados à execução orientavam-se, basicamente, por duas esferas de ação: a da *extinção* ou a da *introdução* de melhorias nas favelas. Para Valladares: “com exceção dos parques proletários, projeto bastante importante na época, todas as outras operações tiveram pequeno alcance” (1978: 24). Assim, nenhuma das ações destinadas às favelas, até os anos 60, conseguiu realizar plenamente suas intenções, não tendo chegado a uma solução de real melhoramento ou mesmo de extinção definitiva das favelas.

No Brasil, o foco dos estudos acadêmicos e das políticas públicas de habitação destinados à população pobre esteve, durante bastante tempo, associado à “marginalidade”. Segundo Zaluar: “em conseqüência disso, surgiu a idéia de que bastaria remover a população favelada para moradias adequadas de baixo custo que o problema de sua “incorporação” à sociedade moderna estaria resolvido” (Zaluar, 2000: 64). No Rio de Janeiro, onde atingiu níveis inigualáveis – se comparado ao resto do país – o projeto de erradicação de favelas iniciou-se com a construção dos parques proletários, no começo dos anos 40, mas só veio a firmar-se como política sistemática de remoção de favelados para áreas distantes do centro da Cidade e da Zona Sul, na década

de 60. O governo de Carlos Lacerda (1960-65), lançara o programa de remoções com o objetivo de eliminar as favelas e transferir suas populações para os distantes conjuntos habitacionais, especialmente construídos para este fim.

1.3 O governo de Carlos Lacerda e a política de remoção das favelas no Rio de Janeiro (1960-1965)

As eleições de 1960 ocupam ainda hoje um lugar especial no quadro eleitoral brasileiro. Foi a última vez que se indicou, por voto direto, o presidente da república, antes de ser instaurado o longo regime de ditadura militar, que duraria pesados vinte e nove anos em nosso país. Ainda naquele ano, o eleitorado carioca demonstrou sua preferência aos candidatos da UDN²⁹ / União Democrática Nacional: Jânio Quadros para presidente da república, Milton Campos para vice e Carlos Lacerda para governador do recém criado estado da Guanabara. Contudo, enganam-se aqueles que acreditam que Lacerda venceu a campanha com larga vantagem: a disputa pelo primeiro mandato do governo da Guanabara foi acirrada, pois Lacerda venceu por estreita vantagem de votos – apenas 2,3% – em relação a Sérgio Magalhães, candidato da coligação PTB/PSB, e a Tenório Cavalcanti, do PST, que de maneira surpreendente alcançou mais de 220 mil votos naquela eleição.

Carlos Frederico Werneck Lacerda³⁰ pertenceu a uma geração de políticos cuja atuação foi marcada por um intenso e conflituoso debate ideológico. Profundamente dedicado à militância na Aliança Nacional Libertadora, Lacerda sequer chegou a formar-se em Direito. Todavia, um artigo de sua autoria sobre o Partido Comunista Brasileiro, publicado em 1939, teria sido o estopim para seu afastamento do círculo intelectual e político formado por escritores e jornalistas de esquerda. A partir de então, o antigo vínculo com os setores de esquerda transformou-se em “(...) um forte sentimento anticomunista, associado ao antigetulismo trazido dos anos de militância

²⁹ Sobre o campo político e os partidos que marcaram o cenário de disputas no período em que o Rio de Janeiro deixou a posição de Distrito Federal e passou à condição de estado da Guanabara, conferir Motta (2000, 2001 e 2004).

³⁰ O nome de Carlos Frederico Werneck Lacerda foi uma homenagem a Karl Marx e Frederic Engels. Para maiores informações sobre a trajetória política de Lacerda, ver Motta (2000, 2001 e 2004).

esquerdista (...)” (Motta, 2000). Ao longo de sua trajetória política, o anticomunismo e o antigetulismo passaram a ser duas das maiores marcas que definiram a identidade política de Carlos Lacerda, figura que ocuparia a liderança de um espaço tradicionalmente reservado aos integralistas ou aos militares radicais (Motta, 2001: 122).

Se, por um lado, Lacerda ficou conhecido por sua perseguição a comunistas e getulistas, por outro, o heroísmo também marcou sua carreira política. Vereador mais votado das eleições de 1947, renunciou ao mandato após um ano de exercício do cargo por se colocar de maneira contrária à decisão da Lei Orgânica que retirou da Câmara Municipal o poder de avaliar os vetos dos prefeitos. Tal ato foi lembrado anos mais tarde, em 1954, quando Lacerda foi eleito deputado federal carioca mais votado. Logo em seu primeiro discurso, o então deputado retomou o sacrifício da renúncia passada como forma de reforçar o ato heróico que julgava ser embasado por princípios morais e éticos. O heroísmo constituiu elemento central à construção de seu carisma, fator que ajuda a explicar o processo de construção da figura de Lacerda como líder político.

Ao lado de sua trajetória individual e geracional, outros elementos contribuíram para a liderança que Lacerda viria a ter: o caráter “politizado” da população do Rio de Janeiro e a nacionalização da política carioca. Envolvido por uma das mais fortes tradições da capital federal, Lacerda acreditava que: “(...) política era o poder em cena, o espetáculo a ser seguido pelo resto do país; político era o tribuno, cujo discurso deveria ser capaz de conduzir um público sempre mobilizado” (Motta, 2004: 91).

Nos anos 50, Carlos Lacerda tornou-se um dos principais pontos de convergência da crise política que marcou o período, conquistando dois epítetos que viriam a marcar sua imagem dali por diante: o “corvo” e o “demolidor de presidentes”. Dono de uma oratória brilhante, viu crescer a força de sua voz e de sua imagem: armas políticas que passaram a ser encaradas como verdadeiras ameaças ao governo, tanto que foram tomadas medidas para impedir sua fala pela televisão ou pelo rádio. Voraz perseguidor do então

presidente, em agosto de 1954³¹, Carlos Lacerda sofreu um atentado que acabou por se transformar em golpe fatal ao já fragilizado governo Vargas. Em novembro do ano seguinte, foi a vez do *tombeur de présidents* liderar o movimento que tentou impedir a posse de Juscelino Kubitschek. Na Câmara dos Deputados, onde permaneceu de 1955 a 1960, Carlos Lacerda foi teve uma marcante atuação, sendo considerado “(...) o tribuno implacável, temido pelos rivais e adorado pelos seguidores (...)” (Motta, 2000: 37).

Através da UDN, Lacerda lançou sua candidatura ao governo do ex-Distrito Federal, que se transformou em estado da Guanabara. Como candidato a governador, passava a ter o desafio de aliar a arte da retórica política – que dominava muito bem – com o saber administrativo – no qual era apenas um novato. Em sua campanha ao governo do jovem estado, adotou o lema “reconstruir a cidade e formar o estado”, explorando exaustivamente “(...) a questão da transferência da capital para Brasília como demonstração de desamor do governo federal pela ‘cidade maravilhosa’(...)” (Gomes, 2003: 03).

Os desafios eram muitos e Lacerda precisava demonstrar ao eleitorado carioca que, além de seu incontestável carisma, possuía habilidades suficientes para dominar as atividades rotineiras da administração pública. Afinal, era a primeira vez que o político se lançava a um cargo do Executivo. Para esta importante tarefa, Lacerda contou com a fundamental ajuda do veterano publicitário Emil Farhat, que lhe indicou o caminho a ser trilhado: “Você não é mais candidato à Câmara Municipal. Largue o bordão. Pegue um tijolo e diga ‘vou construir’” (Dulles, *apud* Motta, 2000: 38) [grifo meu]. Assim, a candidatura de Lacerda ressaltava três metas prioritárias, a saber: abastecimento de água, ordenação do espaço público e educação. Suas propostas enfatizam a função do Rio de Janeiro como “cabeça do país”, deixando clara sua concepção que diferenciava estadualização de provincialização (Motta, 2004: 137).

A campanha para o primeiro governo da Guanabara trazia preocupações bastante particulares a seus candidatos. Uma das temáticas mais importantes para o período foi a necessidade de construir uma relação de

³¹ Ainda em 1949, Lacerda funda seu próprio jornal, denominado *Tribuna da Imprensa*, de onde comandou implacável campanha contra o segundo governo Vargas (1950-54). Importante veículo de comunicação no cenário carioca, a *Tribuna da Imprensa* também funcionava como um instrumento político para as intenções de Lacerda.

identidade como novo estado que havia acabado de perder, pelo menos de direito, o lugar de capital que ocupou por mais de um século. Sabedor da importância desta questão, Lacerda lançou mão de uma estratégia que privilegiou o tratamento de tal identidade, sendo este um dos grandes pontos-chave para sua a vitoriosa campanha. Daí seu esforço em provar que sua principal preocupação como governador residiria no enfrentamento dos problemas da “Guanabara nascente”, como costumava proferir em seus inflamados discursos. Embora não negasse a importância das “bandeiras nacionalistas”³², Lacerda preferiu voltar-se a outro ponto crucial para o eleitorado carioca de então: a conquista da autonomia política. A perda da efetiva condição de capital, lamentada por muitos, deveria ser recompensada pela conquista da autonomia política do novo estado. Assim, o candidato udenista alertava que era necessário preservar o espaço político carioca para os cariocas.

O vigoroso debate em torno da questão da autonomia ligava-se à discussão sobre a perda da posição de capital do país. Segundo Motta, “para a Guanabara continuar a ser capital de fato do país, seu futuro governador deveria ter uma estatura nacional, capaz de fazer a indispensável ponte entre a política estadual e a nacional” (Motta, *op cit.*: 137). O discurso de Lacerda estruturava-se com base nesses temas. Atacava um de seus adversários à candidatura do governo da Guanabara – Tenório Cavalcanti –, criticando sua política vinculada a Duque de Caxias, como não sendo capacitado à condição de governador do estado que havia sido cidade-capital do país por mais de um século. Assim, Lacerda sintonizava-se com parte do eleitorado carioca e, ao mesmo tempo, preparava o terreno político de acordo com suas aspirações ao governo federal.

Mas a campanha de Lacerda inspirava outros cuidados tão importantes quanto os já mencionados: burlar a grande resistência que os setores populares sustentavam em relação a seu nome. Não por acaso, o lugar escolhido para o início de sua campanha foi a 15ª Zona Eleitoral, o então chamado “sertão carioca”, área que hoje corresponde à parte da Zona Oeste

³² Segundo Motta (2004), Lacerda não desconhecia a importância das discussões em torno do nacionalismo. Mas esta, porém, seria uma de suas principais armas de ataque contra seu então adversário político, o também candidato ao governo da Guanabara, Sérgio Magalhães, acusado por Carlos Lacerda de ser demasiadamente preocupado com o “imperialismo norte-americano”.

constituída por bairros como Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. Para Motta (2000), era preciso levar em conta que a 15ª Zona Eleitoral concentrava o maior número de eleitores do estado, quase cem mil votantes. E, para a inquietação de Lacerda e seus correligionários, esta expressiva massa de eleitores não se encontrava tradicionalmente ligada à UDN. Resultados eleitorais anteriores indicavam uma expressiva redução da votação de Lacerda nos chamados bairros populares: em áreas como Copacabana e Leme – com cerca de noventa e cinco mil votantes – Lacerda obteve cinqüenta e quatro mil votos, enquanto que nas áreas de Campo Grande, Santa Cruz e Realengo – com aproximadamente noventa e oito mil votantes – o candidato da UDN alcançou pouco mais de vinte mil votos.

O tímido desempenho eleitoral de Lacerda nos povoados subúrbios representou a necessidade de investir na aproximação com tais eleitores: “Lacerda, o político nacional, precisava agora ancorar suas bases na política local (...)” (Motta, 2004: 140). Era constante a preocupação do candidato com relação ao distante eleitorado. Distância esta representada tanto pelo afastamento geográfico das regiões habitadas por tais eleitores como pela forte resistência demonstrada ao nome de Lacerda (e da UDN): rejeição vinculada, em grande parte, ao controle hegemônico de políticos populistas locais contrários ao partido de Lacerda. Após os entusiasmados comícios em áreas cuja aceitação do político alcançava altos níveis, como Ipanema e Botafogo, Carlos Lacerda, que não se esquecia de suas fragilidades, lançava a seguinte indagação a seus assessores: “E da Praça da Bandeira pra lá?”³³

Embora empenhado em minimizar a rejeição do eleitorado suburbano e dos redutos proletários, Lacerda não viu seus esforços serem bem-sucedidos neste campo. Mas este não foi o único fator que levou Lacerda à quase derrota, em uma disputa extremamente acirrada para o governo da Guanabara. Outro elemento ameaçava os objetivos do candidato udenista: o recrudescimento da tradicional polarização do eleitorado carioca em torno da oposição Lacerda versus anti-Lacerda. Nas palavras de Motta, pela primeira vez, “(...) a posição do amado e do odiado político estava diretamente em jogo em um pleito majoritário” (Motta, 2000: 49).

³³ Brunini *apud* Motta (2000: 47).

O candidato da UDN tinha aceitação elevada entre as classes média e alta, em detrimento de sua receptividade entre as classes menos abastadas. Picaluga e Couto sustentam que “a campanha para governador empreendida por Carlos Lacerda dirigiu-se prioritariamente para a classe média, e muito secundariamente para os setores populares” (cf. Bruinini *apud* Motta, 2000: 48). As dificuldades enfrentadas pelo político udenista diante da hostilidade dos eleitores das zonas suburbana e rural – fortes redutos eleitorais dominados pelo então PTB – não chegaram a ser vencidas. Em localidades como Santíssimo e Bangu, a presença do udenista era recebida ao som de “Aí vem o assassino de Vargas” (*Id Ibid*).

Longe dos pobres e bem aceito pelas classes mais favorecidas economicamente – vide a expressiva votação obtida pelo candidato em áreas habitadas por setores da classe média – Lacerda encarava o governo da ex-capital federal não só como coroamento de sua longa trajetória política na cidade, mas sobretudo, como ponte de passagem que o conduziria à presidência da república. Assim, para Lacerda, tornar-se o primeiro governador da Guanabara era uma grande aposta política que mostraria sua capacidade para a tão importante tarefa de conduzir o país.

Ao avaliar os fatores que contribuíram para o resultado favorável a Lacerda nas urnas, Motta (2000) analisa o cenário sócio-político de então. Um dos elementos apontados por Motta para sua vitória foi o fato de mais de um candidato compor o campo do anti-lacerdismo. A diluição do campo da forte oposição contra Lacerda impediu a radicalização da campanha, que poderia vir a ser tornar uma disputa entre “ricos” e “pobres”, “entreguistas” e “lacerdistas”. A autora considera a candidatura de Tenório Cavalcanti pelo PST como elemento que contribuiu de maneira expressiva para a vitória de Lacerda. O candidato da Baixada, embora duramente atacado por Lacerda como incapaz de governar a Guanabara, possuía forte apelo junto aos moradores dos subúrbios cariocas, retirando, desta forma, quantidade significativa de votos de Sérgio Magalhães, candidato da coligação PTB/PSB.

Mas, além da influência da candidatura do “Homem da Capa Preta” de Caxias, outros fatores auxiliaram no desfecho favorável a Carlos Lacerda, entre eles a ênfase conferida por Sérgio Magalhães aos grandes temas nacionais. Segundo Motta: “Apesar de o componente nacionalizador ser um dos

elementos definidores do campo político carioca, é importante reconhecer que se tratava, naquele momento, da primeira eleição do novo estado” (Motta, 2000: 52). Se, por um lado, o candidato petebista conseguia trazer à cena a discussão sobre o imperialismo e o subdesenvolvimento: por outro, dava a Lacerda a possibilidade de ataque a suas propostas, ressaltando a necessidade premente de discussão dos problemas locais do jovem estado. Além dos distintos caminhos políticos trilhados por ambos os candidatos – um atendo-se às questões nacionais e outro destacando as demandas locais –, outro elemento diferenciava Sérgio Magalhães e Carlos Lacerda de maneira marcante: o capital político acumulado em função das competências políticas de cada um dos políticos cariocas. Nas palavras do próprio candidato do PTB: “Existia uma diferença no tipo de discurso, porque ele [Lacerda] era um homem literário (...) e eu era um homem que tratava mais dos problemas” (Couto, *apud* Motta, *Id Ibid*). A vitória de Lacerda mostraria, assim, parte de uma tendência tradicional do campo político carioca em valorizar a figura do tribuno carismático em detrimento de outras habilidades e formas de conhecimento.

Todavia, o carisma de Lacerda, associado a uma imagem vibrante e a uma oratória envolvente, tinha um alvo especialmente suscetível: o eleitorado feminino, cujo voto não era obrigatório naquele período. Sabedor da importância desta fatia do eleitorado carioca, Lacerda e o jornal *Tribuna da Imprensa* iniciaram uma campanha de chamamento das mulheres ao engajamento político dentro de papéis tradicionalmente ocupados pelas mesmas: professoras, enfermeiras, mães e esposas. Embora não se saiba exatamente o peso do voto feminino para a vitória de Lacerda, torna-se possível destacar que o candidato teve uma aceitação bastante significativa entre as mulheres, especialmente entre aquelas oriundas das classes médias e altas.

Por fim, podemos ressaltar que o resultado positivo alcançado por Lacerda nas eleições para o primeiro governo da Guanabara também esteve associado à vitória de Jânio Quadros à Presidência da República. De acordo com Motta: “(...) não há como negar (...) o impulso positivo que a avalanche janista teve sobre a candidatura de Lacerda”. (Motta, 2004: 53) Diante dos resultados obtidos pelo candidato que tinha como um dos símbolos de sua campanha uma vassourinha que iria varrer a corrupção do país, Carlos

Lacerda utilizou-se estrategicamente da idéia – muito comum ainda na atualidade – de que a eleição do governador e do presidente de um mesmo partido seria a garantia de mais recursos para o novo estado.

Vencida a eleição Lacerda, tinha diante de si a importante tarefa de transformar a ex-capital em um estado federado e, para tanto, ressaltava a necessidade de montar uma nova máquina administrativa compatível com as novas demandas, além de colocar em execução suas promessas de campanha. Em paralelo com a implantação da nova máquina administrativa, Lacerda voltou-se à implementação de seu “pano de metas” baseado em três grandes pilares: abastecimento de água, ampliação do sistema escolar e ordenação do espaço urbano. Esta última meta foi de suma importância para o tema em análise, pois representou o pano de fundo das transformações urbanas promovidas pelo governo Lacerda. Nestas, tiveram destaque especial sua política de remoção de favelas e a conseqüente construção dos conjuntos habitacionais especialmente planejados para abrigar as famílias das favelas removidas.

O governo Lacerda ficou marcado pela personalização do governo, centralizando em sua figura boa parte das decisões mais importantes. Além disso, o primeiro governador da Guanabara tornou-se conhecido por seu estilo de marcar presença junto à população, procurando, como fez questão de destacar à Tribuna da Imprensa, em dezembro de 1960, “não se isolar nos gabinetes” (Motta, 2004: 56).

No campo administrativo, as primeiras medidas visavam desconcentrar o serviço público, possibilitando aos moradores o acesso mais facilitado, – em seus próprios bairros ou em localidades próximas a eles – aos serviços oferecidos pelo estado. Assim, foram criadas as Regiões Administrativas – RAs – que passaram a abrigar vários órgãos da administração estadual. A partir de meados de 1961, foi inaugurada a I Região Administrativa que, não por acaso, foi sediada em Campo Grande. O início da experiência das regiões administrativas pelo “sertão carioca” não foi uma escolha aleatória, pois representava a possibilidade de tornar a administração de Lacerda mais visível e próxima do eleitorado responsável por seu menor índice de votação. Assim, Lacerda continuava, mesmo após ter vencido as eleições, preocupado em aproximar-se destes eleitores. A indicação do diretor do maior hospital de

Campo Grande como administrador da I RA “(...) teve igualmente o intuito de assinalar a presença de um agente do poder público estadual junto à população local” (Motta, 2004: 57).

Segundo Gomes (2003), Lacerda realizou inúmeras obras de infraestrutura, durante seu governo: a abertura de túneis para a melhora do acesso à zona sul e ao centro da cidade, construção de vias expressas para desobstruir o trânsito, construção da Rodoviária Novo Rio, urbanização do Aterro do Flamengo, ampliação da capacidade de abastecimento de água com o término da construção da adutora do Rio Guandu e melhorias na rede de esgotos. Lacerda parecia ter cumprido à risca os conselhos do homem que cuidou do *marketing* de sua campanha política ao primeiro governo da Guanabara, quando orientou o político a dizer: “vou construir”.

Para levar à cabo suas metas de governo Lacerda necessitava de um considerável manancial de recursos, que chegou às suas mãos através de duas grandes fontes financiadoras: o governo federal e os empréstimos externos. Com relação ao financiamento internacional, cabe destacar que o ferrenho anticomunismo de Lacerda favoreceu sobremaneira o acesso a empréstimos advindos de agências estrangeiras, sobretudo norte-americanas. Outro aspecto que também contribuiu para o reforço da posição de Lacerda como receptor de recursos norte-americanos foi a ascensão do “esquerdista” João Goulart à Presidência da República, após a polêmica renúncia de seu antecessor Jânio Quadros. Além disso, o primeiro governo do estado da Guanabara teve início logo após a vitória da revolução socialista de Cuba³⁴, em 1959. Fato que exigiu um reordenamento de toda a política externa norte-americana com relação ao contexto da América Latina. Assim, em 1961, foi criado, durante a reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), um programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina denominado *Aliança para o Progresso*.

Apesar de o governo da Guanabara ter tido acesso a um significativo volume de recursos externos, os repasses eram realizados parceladamente, de

³⁴ De acordo com Eduardo Galeano, quando Fidel Castro dirigiu-se ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, nos primeiros tempos da Revolução Cubana, para reconstruir as reservas de divisas estrangeiras esgotadas pela ditadura de Batista, ambos organismos lhe responderam que primeiro devia aceitar um programa de estabilização que implicava, como em todas as partes, o desmantelamento do Estado e a paralisia das reformas de estrutura. Para saber mais sobre a política norte-americana junto aos países da América Latina, ver Galeano (2002).

acordo com o cronograma de execução das obras. Desta forma, os empréstimos externos aplicados na Guanabara, através do programa de assistência da *Aliança para o Progresso*, foram de grande importância à realização de ações planejadas pelo governo Lacerda, mas “(...) a Guanabara enfrentou o grosso das despesas de 1961 e 1962 com receita gerada no próprio estado” (Motta, 2004: 61).

Na perseguição das metas prometidas ainda no período de sua campanha ao governo do novo estado, Lacerda precisava vencer o desafio de aumentar o número de vagas nas escolas públicas e de melhorar o sistema de abastecimento de água. Mas foi a meta de intervenção no espaço urbano carioca uma das iniciativas mais polêmicas do então governador. A remoção de favelas – como apontado anteriormente – não foi uma novidade do governo Lacerda. Contudo, a partir da década de 60, o governador que pretendia reordenar o espaço urbano carioca lançou, efetivamente, um programa de remoções, “(...) cujo objetivo era eliminar as favelas e transferir suas populações para outros locais.” (Valladares, 1978: 24). Criou-se, em 1962, a COHAB-GB que, contando com as verbas da *United States Agency for International Development* – USAID –, construiu conjuntos habitacionais especialmente projetados para receber as famílias das favelas removidas. E foi justamente neste contexto de remoções que o governo Lacerda ergueu os conjuntos Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Esperança.

Para justificar as remoções, Lacerda sustentava que “seria um crime contra a população carioca desperdiçar os recursos que a exploração de pontos tão valorizados da cidade poderiam permitir” (Azevedo, 1999; 95). Segundo o então governador do estado da Guanabara, o Morro do Pasmado daria lugar a um empreendimento hoteleiro e a favela do Esqueleto, à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde futuramente “os filhos dos favelados poderiam estudar” (*Id Ibid*). Mais de quatro décadas depois, resta-nos constatar que, infelizmente – mas não de maneira incompreensível –, o acesso às universidades públicas continua sendo uma realidade muito distante para boa parte dos jovens moradores das favelas de nossa cidade.

Despontando no cenário carioca como um “problema político” (Burgos, 2004), as favelas cariocas representavam um verdadeiro impecilho ao projeto lacerdista de reordenamento do espaço urbano no estado. Mas a dimensão

política das favelas precisava ser levada em conta e, para tanto, a partir de 1960, o Serviço de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERFHA) passou a fazer parte da Coordenação de Serviços Sociais do Estado da Guanabara. Sob o comando de Arthur Rios, o SERFHA buscou a aproximação com as favelas, estimulando inclusive a formação de associações de moradores onde as mesmas inexistiam. Na prática, de acordo com a análise de Burgos (2004), a ação do poder público apenas acenava com a substituição da Igreja Católica pelo Estado. Em resumo, no lugar da estratégia de formar lideranças tradicionais, o Estado passava a oferecer uma alternativa com resultados mais imediatos através da cooptação destas lideranças. Contudo, a ação do SERFHA não duraria muito tempo. Interrompido com a demissão de Arthur Rios pelo governador Carlos Lacerda, que reconhecia na experiência do Serviço marcas da gestão de Negrão de Lima, foi criada a Companhia da Habitação Popular – COHAB.

Enquanto o Estado procurava a melhor forma de negociação com a população favelada, as lideranças dos moradores de favelas continuavam a avançar em sua estrutura organizacional. Mas a resposta do Estado não tardou a chegar. A reestruturação da Fundação Leão XIII que, em 1963, se desligou da Igreja Católica, passando à condição de autarquia do Estado, teria grande importância no sentido de exercer uma vigilância mais acirrada da vida política das favelas.

Para além de sua preocupação com o futuro das organizações políticas nas favelas cariocas, o governo do estado da Guanabara tinha a intenção de intervir no espaço urbano que envolvia diretamente as favelas. Inicialmente, o governo Lacerda atuou em duas frentes simultâneas: a urbanização e a remoção. Por um lado, urbanizou algumas poucas favelas e, por outro, removeu várias outras construindo, entre 1962 e 1965, com a ajuda do financiamento norte-americano, os conjuntos habitacionais anteriormente citados.

Se o deslocamento de favelas não foi uma invenção do governo Lacerda, também não era inédita a intenção de transferir as populações faveladas para áreas próximas a zonas industriais. Logo no primeiro ano de governo, Lacerda propôs o estabelecimento de duas áreas industriais: uma situada às margens da Avenida das Bandeiras (atual Avenida Brasil) e outra,

em Santa Cruz – bairro que fazia parte da área rural conhecida como “sertão carioca”, atual Zona Oeste do Rio de Janeiro –, onde deveriam se instalar indústrias pesadas, como a Companhia Siderúrgica da Guanabara (COSIGUA).

Na década de 60, a Guanabara possuía muitas favelas que se localizavam em regiões importantes da cidade, como a Zona Sul:

“(…) área mais valorizada de uma cidade espremida entre o mar e a montanha, cuja desocupação interessava sobremaneira ao capital imobiliário, que aí via oportunidades de investimento altamente lucrativo” (Motta, 2004: 62).

Além disso, eliminar as favelas também significava a possibilidade de construir, em larga escala, conjuntos habitacionais para atender a uma população estimada em mais de 300 mil pessoas: “(...) empreendimento que poderia reativar esse setor da economia responsável pela criação de milhares de empregos” (*Id Ibid*).

Parece-nos impossível negar a importância que a especulação imobiliária teve no processo de remoção de favelas durante o governo Lacerda. Contudo, além do interesse manifestado pelo capital imobiliário, outros interesses também estiveram em jogo e ajudaram a definir o cenário de remoções. Trata-se daquilo o que Motta (2004) chamou de “interesses da cidade”. Mostradas pela imprensa como aglomerados urbanos que

“(…) atrapalhavam o cotidiano da vizinhança de classe média, e que cuja permanência era incompatível com a evolução urbana da cidade, as favelas deveriam ser erradicadas em nome dos ‘interesses de utilidade pública’” (*Id Ibid*).

Para os favelados, a remoção representava o rompimento dos laços de vizinhança e solidariedade, além do afastamento das áreas onde pulsava a vida econômica e na qual estavam integrados formal ou informalmente. Em outras palavras:

“O deslocamento para áreas distantes dos locais de trabalho, a deficiente oferta de transportes, a ruptura dos laços de sociabilidade desenvolvidos na favela de origem e a péssima qualidade das casas oferecidas seriam, segundo Perlman (1977), as principais razões da reação dos moradores das favelas às remoções” (Burgos, 2004: 34).

Enquanto poucas favelas como a Vila da Penha, Jacarezinho, Rocinha e Salgueiro foram parcialmente urbanizadas, muitas outras sofreram processos de remoção. Suas famílias foram removidas para conjuntos habitacionais, como no caso de Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Esperança. Deve-se considerar que, por um lado, do ponto de vista dos favelados, a remoção representava o afastamento da vizinhança e das oportunidades de trabalho

(formal ou não). De outro, a promessa de terem casa própria e de desfrutarem de infra-estrutura básica (água, esgoto, luz, calçamento) exercia forte apelo. Além disso, aos removidos havia a promessa de empregos em áreas próximas como Santa Cruz, onde seria implantada uma zona industrial. Em Vila Kennedy, seria instalado:

“um centro artesanal e serviços comunitários, incluindo fábrica de costura, lavanderias, granjas, padaria, creche, escolas, clube com quadras de esporte e até piscina, tudo administrado pelos moradores em regime de cooperativa” (Azevedo, 1999: 95).

Entretanto, ao chegarem às novas residências, os moradores encontravam apenas o esqueleto de suas casas. Sem banheiro, revestimentos ou acessórios primordiais como pias, os removidos deparavam-se com a distância que separava as promessas feitas da realidade imposta.

Além disso, a perspectiva de morarem em subúrbios distantes e de virem trabalhar em fábricas assustava os moradores das favelas: “esta conversão da mão-de-obra dos serviços terciários ou informais para o trabalho fabril é uma tônica na história urbana, bem como a apreensão e a reação ao fato” (Gomes, 2003:9).

Vale lembrar que, já em 1948, com a publicação de uma série de reportagens do então jornalista Carlos Lacerda, a preocupação com as favelas assumiria posição de destaque no campo das discussões ideológicas. Segundo Valladares (1978), apesar de sua não concretização, a “Batalha no Rio” pode ser encarada como um elemento importante na antecipação do viés autoritário e repressivo de controle do problema da favela pelo Estado. Anos mais tarde, esta tendência se manifestava de maneira concreta no projeto lacerdista de remoção de favelas.

1.4 Remover favelas e construir conjuntos habitacionais: Vila Kennedy e outras “vilas”

Vimos no item anterior que a década de 60 foi marcada, no âmbito da política habitacional, pela inauguração de uma nova forma de tratamento das favelas, cujo objetivo central era a eliminação das mesmas. Com seu programa

de remoções, o governo do estado da Guanabara criou, em 1962, a COHAB-GB que, contando com verbas da USAID, construiu as vilas Kennedy, Aliança e Esperança.

Interessa-nos salientar também que as questões derivadas da pobreza dos trabalhadores urbanos em países subdesenvolvidos e a sua conseqüente marginalidade (econômica e social) foram, em certa época, pensadas através da equação pobreza-marginalidade-favela. A idéia central, tanto nos estudos acadêmicos, quanto nas propostas de políticas públicas destinadas às populações pobres, estava diretamente ligada ao entendimento de que o crescimento urbano no Brasil se deu graças a um aumento do processo de urbanização que não foi, contudo, acompanhado pelo crescimento industrial. Neste contexto, o foco dos estudos e das políticas voltava-se à habitação, sendo a marginalidade entendida como “um problema físico-ecológico: o das favelas” (Zaluar, 2000: 64). A partir desta concepção, surge a idéia de que o “problema” poderia ser solucionado com a remoção da população favelada para moradias de baixo custo, “incorporando”, assim, tal população à sociedade moderna.

Mesmo levando-se em consideração os inúmeros interesses que uniam diferentes setores das classes média e alta em torno da aceitação das remoções como medida que resolveria o “problema” da favela, há que se destacar que as políticas públicas adotadas neste período também levavam em consideração as demandas, os interesses e as reivindicações dos trabalhadores pobres como meio de evitar tensões sociais capazes de desarticular a ordem estabelecida. Como aponta Zaluar (2000), tais interesses resultaram na construção de “(...) 173.324 habitações populares entre 1964 e 1969; 65.633, entre 1970 e 1974 e 469.599, no período 1975-78” (Zaluar, 2000: 65).

Outro importante aspecto a ser destacado é que a estratégia política que orientava a construção das casas populares variava muito de acordo com as oscilações políticas e com a natureza do regime político. Em outras palavras, pode-se dizer que nos períodos autoritários – como à época em que o conjunto de Vila Kennedy foi construído em que o voto dos favelados perdeu parte de sua importância –, a política de remoção compulsória foi levada à cabo quase sem restrições.

Os primeiros conjuntos construídos, de acordo com o plano inicial do então secretário de planejamento Raphael de Almeida Magalhães, deveriam ser, em sua grande maioria horizontais, isto é, constituídos de casas, cujos módulos iniciais mínimos representavam a aplicação prática da idéia de construção de casas a custos reduzidos que poderiam ser modificadas pelos próprios moradores. Este era o projeto das chamadas “casas embrião”. Em discurso de 1962, com o intuito de demonstrar as medidas que o estado da Guanabara vinha realizando, Lacerda apresentava o projeto:

“Para a construção de casas, o esquema de nosso projeto é modesto (...) vamos, simplesmente, urbanizar certas áreas, dotando-as de arruamento, galerias pluviais, luz, água e esgoto, em zonas quanto possível acessíveis a meios de transporte. Nessa área, vamos fazer lotes de 8 por 15 metros. Em cada lote, vamos construir pequenas de casas de um aposento, cozinha e banheiro. O projeto comporta a expansão desta casa, desde que o morador queira construir ele próprio, ou por sua conta o restante, até três quartos e uma varanda” (Lacerda, 1962 apud Capellão, 1991:16).

Foram comprados terrenos na área de maior concentração operária do Rio de Janeiro (Bangu) e em Jacarepaguá, bairro com ligações com a zona norte e a zona sul. O conjunto de Cidade de Deus ficaria destinado aos favelados da zona sul, enquanto que os conjuntos próximos a Bangu abrigariam, em grande parte, os favelados do eixo da Avenida Brasil e da zona norte. Para Zaluar, neste plano inicial não havia a preocupação em tornar o sistema de habitação popular uma dimensão lucrativa para o estado. Em parte, isto se explica pelo fato de o empreendimento contar com recursos da USAID. O retorno esperado era de cento e vinte vezes 15% do salário mínimo, ou seja, “(...) a casa seria comprada por cento e vinte prestações cujo valor ficaria vinculado ao salário mínimo local” (Zaluar, 2000: 67).

Retomemos o discurso proferido por Carlos Lacerda, no qual o então governador explicava funcionamento da parte financeira do programa:

“Cada casa será vendida com terreno, rua, luz, água e esgoto, um aposento, cozinha e banheiro, com dez anos de prazo, com uma amortização mínima de 15% sobre o salário mínimo, o que equivale atualmente a cerca de Cr\$ 2.100,00. Amanhã, aumentando o salário mínimo, aumenta a importância de cada mês, mas a proporção será sempre a de 15% sobre o salário mínimo. O dinheiro assim pago reverterá para a construção de novas casas e assim o morador estará pagando a sua casa e ajudando a financiar a casa de mais uma família favelada. Quando o morador de um barraco melhor sair para uma casa, o que está no pior barraco passará para este melhor, mas sempre que sair um, será demolido um barraco” (Lacerda, 1962 apud Capellão, 1991:16-17).

Lacerda ressaltava o que seria o aspecto positivo da “co-participação” dos moradores no sistema, ao mesmo tempo que reafirmava a necessidade de

eliminação das favelas, através da progressiva “demolição dos barracos”. No fragmento do discurso acima citado, pode-se perceber que a fala do então governador buscou envolver a população favelada na política habitacional executada. O papel dos moradores como novos proprietários foi ressaltado em sua dupla importância: por um lado, o pagamento das casas representaria a melhoria das condições de vida do mutuário (e de sua família); por outro, a quantia paga ao longo dos anos reverteria para a “ascensão” de outros moradores de favelas, que passariam igualmente a habitar em condições dignas de moradia.

Apresentada como solução racional para “problema da favela”, a construção dos conjuntos habitacionais conviveu com perspectivas e promessas que, no mais das vezes, não puderam ser constatadas na prática. Esta distorção entre o que era previsto pelos projetos iniciais dos conjuntos e a realidade vivenciada por muitos moradores pode ser percebida no caso de Vila Kennedy: infra-estrutura precária, distância dos locais de trabalho, dificuldades no pagamento das prestações etc. Todavia, é necessário ressaltar que as remoções cumpriram seu objetivo de afastar as favelas de muitas áreas de interesse para as camadas médias e altas, além do setor imobiliário, ao mesmo tempo em que acabaram resultando em um processo de não-fixação de muitos dos moradores removidos para os conjuntos habitacionais, ajudando a formar, segundo Valladares (1978), novas aglomerações em outras regiões da cidade.

Como mencionado anteriormente, Vila Kennedy foi o maior conjunto habitacional construído pela administração Lacerda. Com aproximadamente cinco mil casas³⁵, foi inaugurado em 1964. Com o passar das décadas, Vila Kennedy passou a ser considerada sub-barro de Bangu, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Ao longo deste período, Vila Kennedy sofreu várias modificações que vão desde a mudança estrutural das pequenas casas originais, as chamadas “casas embrião”, que compunham o projeto original, até a conquista recente de melhorias com a implantação de alguns equipamentos públicos e do incremento de sua infra-estrutura atual. Em seus pouco mais de quarenta anos

³⁵ Segundo Valladares (1978:24), a construção das vilas (Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Esperança) constituíam-se exclusivamente de casas (de cinco tipos diferentes, de 30m² a 47m²), totalizando, respectivamente, 5.069, 2.187 e 464 unidades.

de existência, o conjunto conheceu algumas alterações estruturais, da mesma forma que também se alterou a composição da população local.

A seguir, mapa de Vila Kennedy:

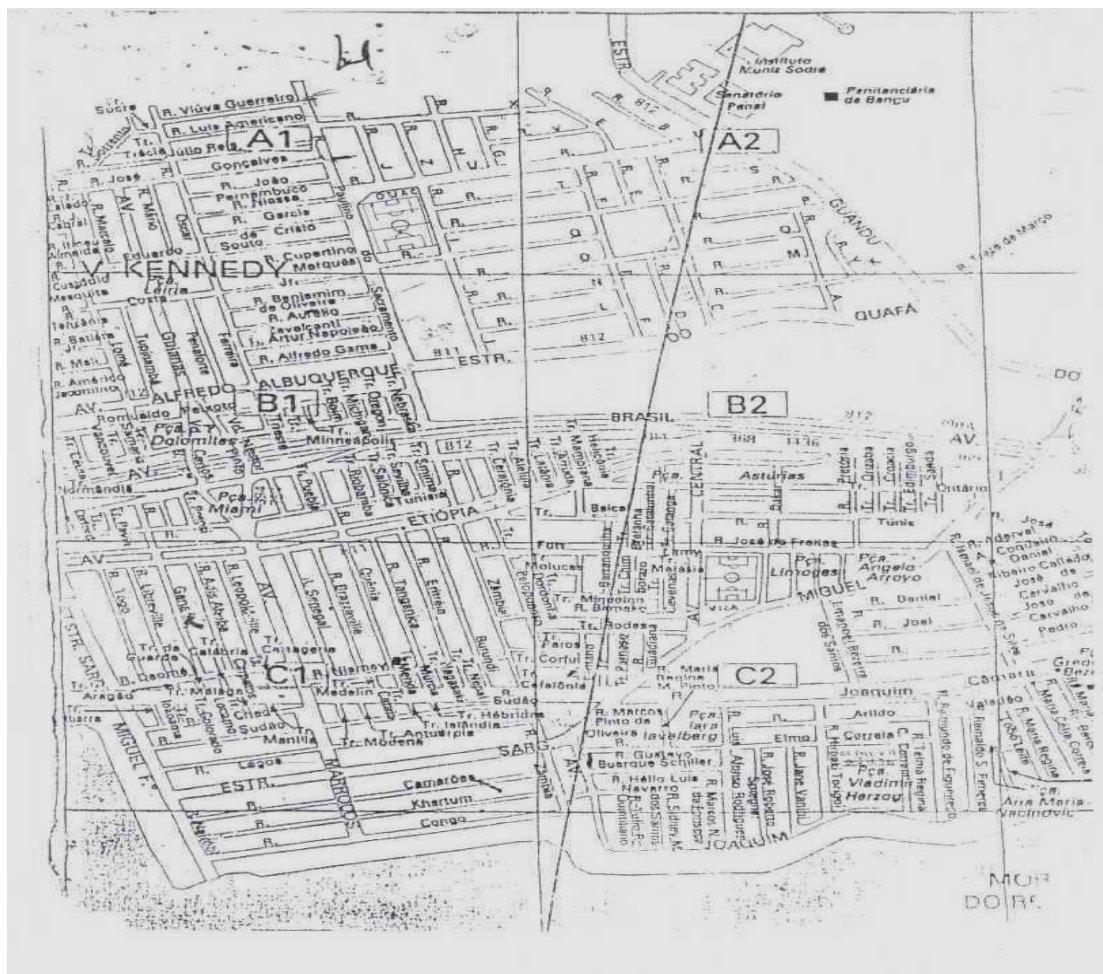


Figura 4: Mapa de Vila Kennedy
 Fonte: site www.vilakennedyonline.com.br
 Data do acesso: março de 2003

Projetado para abrigar pouco mais de cinco mil casas, o conjunto foi formado por três glebas que compunham o projeto original³⁶ e para onde foram enviados, quando de sua inauguração, cerca de vinte quatro mil habitantes.

O gráfico demonstra a origem dos moradores para Vila Kennedy³⁷.

Gráfico 1 Favelas removidas para Vila Kennedy (% moradores)

³⁶ As três glebas projetadas para formar o conjunto podem ser observadas no Anexo II deste texto de qualificação.

³⁷ O Anexo IV apresenta o mapa com as favelas cariocas removidas para Vila Kennedy, nos anos 60.

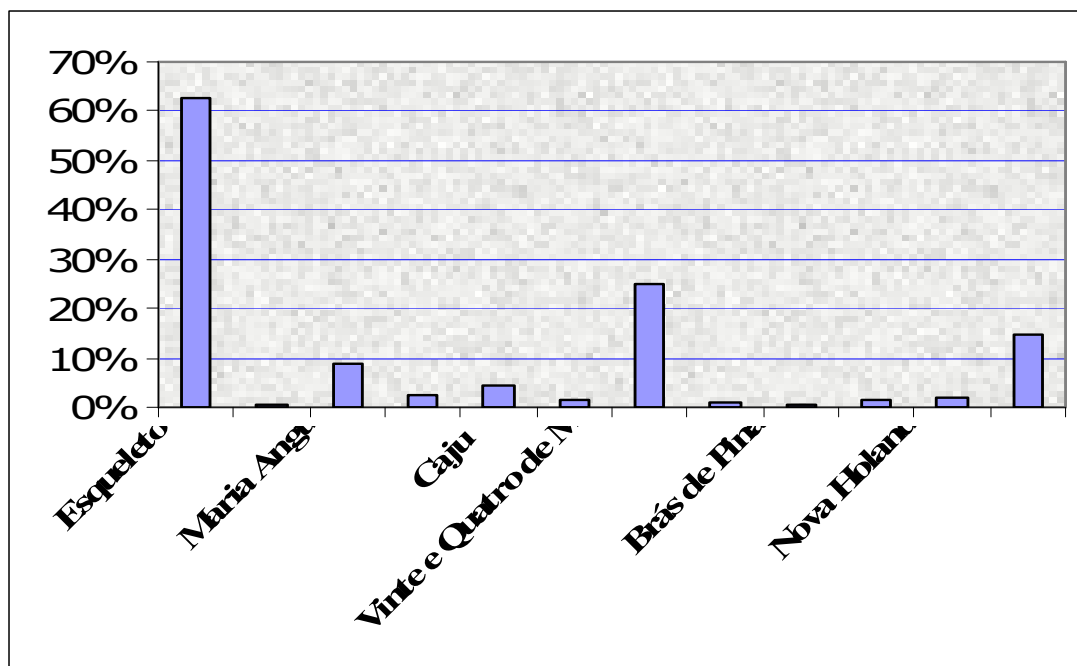


Figura 4: Percentual de moradores removidos para Vila Kennedy
 Fonte: COHAB, 1965, *apud* Capellão, 1991.

Com o passar do tempo, muitas famílias oriundas das favelas removidas foram deixando o conjunto habitacional, que passou a receber moradores com perfil sócio-econômico diferenciado. Tal fenômeno não foi um privilégio de Vila Kennedy, mas um processo conhecido por todos os conjuntos, à época da inserção dos moradores no Sistema Financeiro de Habitação/SFH. Afinal, mesmo com todas as medidas administrativas e burocráticas que buscavam minimizar os efeitos dos atrasos de pagamentos das prestações das casas, parte significativa dos moradores dos conjuntos habitacionais demonstrava dificuldade de mantê-los em dia. Esta dificuldade pode ser observada nos dados fornecidos por Lícia Valladares, sobre a situação de pagamento das prestações no total de conjuntos habitacionais da COHAB, em 1974:

“93% dos mutuários estavam em atraso. Entretanto, apenas 56% eram de fato inadimplentes (...). Este total de inadimplências revela, porém, que mais da metade dos mutuários da COHAB mantinha, efetivamente, uma situação de pagamento irregular” (Valladares, 1978: 73).

Assim, o que se assistia nos conjuntos habitacionais era a substituição progressiva das populações originais (leia-se, faveladas) por outros residentes voluntários. Tratava-se de “pessoas com melhor situação financeira, e que acediam ao SFH não mais via instituições competentes, mas através de uma transação direta com o mutuário, de quem compravam os direitos da habitação” (Valladares, 1978: 17).

A mobilidade residencial foi uma das características apresentadas pelos conjuntos habitacionais, que viram o perfil de seus moradores sofrer alterações ao longo do tempo, pois boa parte dos moradores removidos de favelas – e mesmo aqueles indivíduos oriundos de outras localidades – não se enquadravam nas premissas concebidas pelo programa de acesso à casa própria nos anos 70. Como ressalta Valladares:

“a operacionalização do SFH foi concebida sem levar em consideração as características sócio-econômicas das camadas populares, no caso, moradores de favelas” (1978: 109).

Além das questões econômicas evidenciadas pela dificuldade em manter os pagamentos em dia, fatores como a distância dos locais de trabalho, a desarticulação das redes de parentesco e solidariedade e a precária rede de infra-estrutura ajudaram a aquecer o processo de mobilidade residencial em Vila Kennedy, como em outros conjuntos habitacionais construídos no mesmo contexto. Assim, assistia-se a uma mudança no perfil dos residentes dos conjuntos expressa pela saída de muitos mutuários que, levados pelas mais diversas contingências, tendiam a deixar a nova moradia, seja voluntária (quando sublocavam ou vendiam seus direitos) ou compulsoriamente (quando os atrasos no pagamento causavam o despejo). Segundo Valladares (1978), essas pessoas voltavam para outras favelas ou se instalavam nas periferias, em pequenos lotes ou em áreas semi-urbanizadas. Em outras palavras, podemos destacar que:

“aqueles que não voltavam à favela não deixavam também, em certo sentido, de fechar o círculo: passavam a aumentar o cinturão periférico da metrópole, área onde praticamente inexistia uma infra-estrutura básica de serviços e onde as condições de habitabilidade eram precárias” (Valladares: 1978, 17).

O entendimento pelo governo estadual de que os pobres poderiam pagar as prestações de suas novas moradias alimentava o projeto de construção dos conjuntos habitacionais. No entanto, foi grande a dificuldade de os mesmos manterem os pagamentos em dia. Os níveis de inadimplência associados às dificuldades sócio-econômicas enfrentadas pelos moradores levaram à modificação do perfil dos moradores ao longo dos anos (Valladares, 1978).

Segundo Gomes (2003), os depoimentos de Carlos Lacerda e de sua secretária de Serviços Sociais, Sandra Cavalcanti, sobre o entusiasmo das mulheres ao visitarem os conjuntos contrastava com a dura realidade da

redução na renda familiar de boa parte dos removidos. Além das dificuldades econômicas, outros problemas relacionados à precariedade dos serviços públicos eram enfrentados pela população dos conjuntos. No caso de Vila Kennedy, a situação dos moradores não era diferente:

“As crianças eram as maiores vítimas de doenças crônicas: verminoses, diarréias, anemias e doenças de pele. A tuberculose, a hepatite e a meningite também alcançavam índices altos. As doenças decorriam da desnutrição e da situação sanitária: o esgoto, sobrecarregado com a chegada de maior número de moradores, refluiu para dentro das casas e o valão que corta toda a Vila demorou mais de dez anos para ser dragado” (Gomes, 2003: 25).

O acesso às escolas também foi prejudicado, pois, na época de sua inauguração, Vila Kennedy ainda não possuía escolas em funcionamento. Outros problemas eram o comércio pouco desenvolvido, além da única fábrica que veio a se instalar tempos depois nas imediações – recusando-se a empregar os moradores locais –, marcando a vida da população que não se livrava da “má fama das favelas”. (Gomes, 2003: 25-26). Outra grave questão enfrentada pelos residentes de Vila Kennedy foi a deficiência dos meios de transporte: as linhas eram escassas, os ônibus eram poucos e precarizados, além de terem seu trajeto bastante prejudicado pela ausência de asfalto na Avenida Brasil.

Interessante destacar que o plano inicial da Secretaria de Planejamento para as populações removidas não se restringia à construção dos conjuntos habitacionais, prevendo também a construção de estações da Estrada de Ferro Central do Brasil, bem como a distribuição de quatro gêneros alimentícios básicos (arroz, feijão, carne-seca e farinha). Segundo Zaluar (2000), a idéia era manter inalterados os preços de outros alimentos durante um ano pelos supermercados da COCEA, órgão estadual destinado a administrar esta rede e intervir no comércio varejista e atacadista dos gêneros de primeira necessidade. No entanto, “as estações de Vila Kennedy e Vila Esperança nunca foram construídas. Os supermercados da COCEA tiveram certa duração: instalados em 1963, foram desativados e entregues à rede privada em 1965” (Zaluar, 2000: 67-68).

Diante de tantas dificuldades, a mobilidade residencial tornou-se uma das primeiras grandes características dos conjuntos habitacionais, que não conseguiram fixar a população à qual foram destinados. Nas palavras de Valladares (1978), muitos residentes “passaram suas casas”, ajudando a

configurar um novo perfil de habitantes nos conjuntos: novos residentes vindos de diversos subúrbios e demais áreas periféricas da cidade apresentavam um perfil econômico um tanto diferenciado, pois, em muitos casos, dispunham de capital inicial para a compra das casas e futuras reformas.

Com o passar dos anos, a fisionomia dos conjuntos habitacionais mudou. Fato também observado em Vila Kennedy, que teve a quase totalidade de suas casas modificada a partir de melhorias realizadas pelas novas gerações de moradores que fixaram residência na “Vila”. No capítulo a seguir, analiso a Vila Kennedy de meados dos anos 60 ao 80, retratada pelas lembranças de antigos moradores. As memórias destes residentes enriquecerão as informações obtidas através da literatura sobre o período e permitirão painel sobre a história de Vila Kennedy. Entretanto, como passado e presente se ligam através destes *flashes* de lembrança, permitirão também conhecer parte das relações sociais estabelecidas nesta localidade mais de quatro décadas após sua inauguração.

Capítulo 2 – A VILA KENNEDY DE OUTROS TEMPOS

O presente capítulo examinará, através dos relatos de antigos moradores de Vila Kennedy, aspectos relacionados à vida dos mesmos em seus antigos locais de moradia, antes da chegada a Vila Kennedy e à vida das primeiras famílias no local: os principais problemas enfrentados, as redes de vizinhança e de solidariedade que então se formaram e a atuação da Igreja Católica na formação de lideranças políticas da região.

Importante destacar que não tenho a pretensão de esgotar os temas abordados, dada sua amplitude e sua complexidade. Descrevendo aspectos relacionados ao universo social e político de Vila Kennedy em seus primeiros anos de existência e desenvolvimento, buscarei traçar um painel da região e de seus moradores, tendo como base a análise dos depoimentos dos entrevistados, moradores das três glebas³⁸ originais de Vila Kennedy e a literatura utilizada no capítulo anterior.

Cabe ressaltar que, seguindo o pensamento de Portelli, estou compreendendo que:

“Representações e ‘fatos’ não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem” (Portelli *apud* Passos & Delgado, 2006:120).

A intenção de analisar aspectos relacionados à vida dos moradores que vieram para Vila Kennedy entre meados e fins dos anos 60 explica-se pela hipótese que orientou a estruturação de minha pesquisa: a marca deixada pelo processo de remoções ajudaria a explicar, em parte, a atual imagem da região como uma área favelizada. Desta forma, compreender como estes moradores vivenciaram a experiência da remoção e qual o peso da origem favelada (de boa parte das primeiras famílias a habitar o conjunto) atribuído pelos entrevistados em relação ao processo de consolidação de Vila Kennedy constituem elementos caros a minha pesquisa.

³⁸ Vila Kennedy foi planejada, originalmente, com três glebas (vide mapa de Vila Kennedy, na Introdução desta dissertação). Com o passar dos anos, além das três áreas citadas, Vila Kennedy passou a conviver com outros conjuntos construídos também por iniciativa do governo (como o Conjunto do Quafá e o Conjunto Sargento Miguel Filho), além da formação de outras áreas em suas franjas como favelas e loteamentos. A composição atual das áreas em Vila Kennedy será melhor apresentada no Capítulo 3.

Como visto no capítulo anterior, o processo de chegada das famílias aos conjuntos habitacionais contemporâneos à Vila Kennedy foi bastante explorado pela literatura das Ciências Sociais (Valladares, 1978), sobretudo nos anos 70. De acordo com as pesquisas realizadas, tal como em Cidade de Deus, Vila Aliança e outros conjuntos, as famílias de removidos para Vila Kennedy saíam de seus locais de origem – onde quase sempre já possuíam suas vidas enraizadas – e se deparavam com uma realidade bastante nova em diversos aspectos. Esta novidade gerava impactos econômicos e sociais e colocava os moradores diante de problemas (e adaptações) a serem administrados, na maioria das vezes, por eles próprios.

Segundo fontes da época, boa parte dos moradores removidos para Vila Kennedy vinha da favela do Esqueleto, sendo seguida por moradores removidos de outras favelas situadas nos subúrbios – algumas delas às margens da Avenida Brasil, como é o caso da extinta favela Maria Angu – e outras em menor número situadas na Zona Sul (vide Gráfico 1 do Capítulo 1). Nesta pesquisa, busquei entrevistar moradores mais antigos em Vila Kennedy. Assim, das treze entrevistas realizadas, oito foram concedidas por moradores removidos na década de 60; duas, por moradores residentes em áreas suburbanas e vindos para Vila Kennedy após o casamento; e três³⁹, por moradores que nasceram e foram criados em Vila Kennedy.

2.1 De onde vim e para onde vou: os caminhos percorridos até Vila Kennedy

As narrativas sobre os primeiros anos de Vila Kennedy quase sempre vinham acompanhadas de lembranças sobre os locais de origem daqueles que chegaram ao conjunto há quatro décadas. A maioria dos entrevistados, residentes em áreas de Vila Kennedy consideradas originais – ou seja, as três

³⁹ As entrevistas destes moradores serão analisadas apenas no 3º capítulo, pois, embora residam em Vila Kennedy há três décadas, não vivenciaram seus primeiros anos. Suas informações sobre o período – ora em análise – são oriundas de histórias contadas por pais e avós.

glebas⁴⁰ que compunham o conjunto à época de sua inauguração – foi removida de favelas das zonas sul e norte. Contudo, foram entrevistados também moradores de áreas suburbanas da cidade, como Pavuna e Marechal Hermes, que vieram para Vila Kennedy não em situação de remoção: mulheres que acompanharam seus maridos na vinda para o conjunto em situação bastante diferente daquela vivenciada por moradores retirados de favelas como Babilônia, Esqueleto e Maria Angu. As diferenças e semelhanças entre os discursos de removidos e não removidos serão melhor destacadas ao longo deste capítulo.

Antes mesmo ou, em paralelo às lembranças sobre a Vila Kennedy de outros tempos, a quase totalidade destes moradores entrevistados teceu comentários sobre a vida em seus antigos locais de residência. Interessante destacar que o grupo de removidos dava maiores detalhes de suas vidas nas favelas de origem, se compararmos àqueles moradores residentes em áreas suburbanas da cidade.

“Lá [favela do Esqueleto] era uma beleza, era uma maravilha, perto do emprego, tudo fácil, comércio, tudo... aí nós viemos para cá com a promessa de que ia a universidade [UERJ] ser para os nossos filhos, aquele papo que você conhece furado de político. E o governador na época a gente sentia que ele tinha interesse de ser presidente da república na época. Ele era governador e então fazia aquele jogo de remoções, né, e não foi aqui na Vila Kennedy só o Esqueleto que veio não, veio Maria Angu, veio Pasmado, o Morro do Pinto, veio Babilônia, veio várias outras, essas aqui eu lembro, mas tem várias outras, né?” (Rui)⁴¹

“Aquilo ali [remoção] foi um impacto, porque agente era oriundo dali [Babilônia]. Naquela época, você na Zona Sul ali você tinha trabalho perto, colégio... a gente descia o *morro... favela* [tom de menosprezo na voz], naquela época a gente nem falava *favela*, a gente falava *morro*, entendeu? A gente descia, mal 5 min, a gente tinha um colégio perto, um colégio, na época com ensino que era um dos melhores, você tinha professores aplicados, tinha alimentação farta... Tinha meu pai que trabalhava perto, tinha minha mãe que era doméstica e também trabalhava perto em casa de família. Quer dizer, ali você tinha um meio de vida, pra certas coisas, razoável, bom. Dentro dali, a gente tinha o conhecimento de muitas coisas. Aí você pergunta, mas como você lembra? A gente vivia ali e via os fatos acontecerem, então a gente via. O estudo era bom e isso fazia com que a gente tivesse, vamos dizer, um conhecimento mais aguçado” (Pedro).

“Eu morava no morro e subia tudo nas costas. Aqui [Vila Kennedy] eu tinha tudo na porta” (Inês).⁴²
 “E com água encanada dentro de casa” (Mariana).

⁴⁰ Conferir Mapa de Vila Kennedy, Capítulo 1.

⁴¹ Os nomes dos entrevistados são, como usual, fictícios. Entretanto, para localizar “de onde falam”, apresento o Anexo I a lista de entrevistados, situando brevemente os mesmos.

⁴² Doravante, nos trechos de entrevista que incluírem diálogo entre dois ou mais moradores,, utilizarei o recurso de destacar em negrito a fala de um dos participantes.

“A gente subia e descia com a lata de água na cabeça pra botar no banheiro” (Inês).

“Eu morava na Maria Angu, que era em cima d’água, a vida era pior ainda, precária, quando a maré enchia não podia passar, as crianças caíam e se cortavam na lata, a gente carregava aqueles latões... Quando a maré enchia, cobria a ponte e a gente não podia entrar nem sair (...)

Eu fui morar lá [conjunto do SERFHA], comprei um barraco de outra pessoa, lá já tinha uma aguinha encanada, demorava a vir, mas tinha... Era barraco, coladinho um no outro, de madeira. Se a gente botasse um prego na parede o vizinho de lá escutava e cai as coisas na parede do vizinho” (Áurea).

“Quando eu vim, eu não gostava porque eu nasci e me criei em Bangu... em Bangu não, na Pavuna. Quando eu vim estranhei, né. Eu estava acostumada lá e vim pra cá, num lugar que eu não conhecia ninguém, a não ser a família do meu marido. Aí é meio esquisito, mas agora eu estou gostando. Agora já gostei, já me acostumei” (Paula).

“Mesmo morando no morro [da Babilônia], o barraco era um bom barraco, era de estuque, era grande... tinha dois quartos, uma sala ampla, uma cozinha ampla e em baixo, a gente chamava porão, era o banheiro. Mesmo com toda a precariedade, a gente tinha um espaço grande. Éramos seis filhos, mais meu pai e minha mãe. Éramos pequenos, todos na escola, então dava. Meu pai trabalhava e minha mãe lavava roupa pra fora. Como era tudo ali muito perto, dava” (Ronaldo).

Os depoimentos revelaram um grupo de moradores removidos que não demonstravam qualquer insatisfação ao falar de suas vidas – mesmo que marcadas por grandes dificuldades – nas favelas onde habitavam. Nesses casos, as “facilidades” e “dificuldades” de viver numa favela eram relatadas sem constrangimentos aparentes. Contudo, foi possível observar que os ex-moradores de favelas da zona norte, como as situadas em Ramos, ressaltaram muito mais os aspectos negativos da precariedade das habitações – compostas por palafitas e precários barracos de madeira –, enquanto os que viveram em favelas como a Babilônia, na zona Sul, reforçavam muito mais os aspectos positivos de viver naquela região e demonstravam que, se não fosse a remoção, muito provavelmente suas famílias não teriam saído do “morro”⁴³.

As dificuldades enfrentadas pelos moradores de favelas situadas na zona norte, como Ramos e Alto da Boa Vista, traduziam-se em batalhas diárias entre os moradores e as precárias condições de subsistência. Nesses locais, além de falta de espaço, a inexistência de infra-estrutura mínima obrigava as famílias – e, sobretudo as crianças – a conviver com o perigo de doenças

⁴³ A categoria “morro” foi utilizada por todos os moradores removidos que não habitavam favelas planas, como Babilônia e Alto da Boa Vista. Segundo seus relatos, àquela época não era comum usar a palavra favela, e sim “morro”.

contraídas pela água sem tratamento, por exemplo. Já os ex-moradores de favelas situadas na zona sul, relataram uma condição de vida bem menos penosa. Além de viverem em uma região que oferecia acesso rápido e fácil aos locais de trabalho, os barracos habitados pelas famílias foram, em geral, considerados como adequados às necessidades básicas. Havia espaço para todos os membros da família e os pais podiam se deslocar para o trabalho que dava condições mínimas de sustentar a casa, segundo os padrões e necessidades da época.

Ao comparar os discursos de ambos os grupos de moradores, é possível pensar sobre o grau de importância conferido à idéia de tornarem-se proprietários de uma residência em pleno período de remoções. Para os entrevistados oriundos de favelas da zona norte, a remoção parecia a grande saída, o caminho que os levaria a melhores condições de moradia e que ainda lhes proporcionaria a possibilidade de serem proprietários de uma casa. Já para os ex-habitantes de favelas da zona sul, a remoção veio como uma intervenção externa e não como uma oportunidade para melhoria de vida desejada pelos moradores.

“A maioria do pessoal da comunidade ficaram perdidos. Diziam que a gente... começou a aparecer aqueles agentes sociais lá, dizendo... a gente nem tinha informação correta. Uns diziam que a gente vinha pra'qui e outros que a gente ia pra Cidade de Deus. Eu me lembro que meu pai até foi lá visitar, mas também, coitado, tinha um entendimento pequeno, não conhecia a Zona Norte. Então, também aqueles vizinhos de redondeza era uma incógnita. E eles começaram a fazer obras de contenção e dizendo que devido a área ter se tornado uma área perigosa... então veio a remoção. (...) Ai, você tinha uma opção na época, se você aceitasse ser removido, você tinha direito a receber uma residência num determinado lugar por eles indicado ou então você entrava num acordo e recebia na época uma indenização. Mas você ia receber uma indenização e fazer o quê, se não tinha uma direção, uma noção de pra onde ir?” (Pedro)

“Que era para melhoria, que havia perigo de deslizamento. A gente morando em encosta, de fato pode ter esse problema, mas a gente novo brincando percebe onde pode ter esse tipo de perigo ou não” (Ronaldo)

Em geral, os moradores não possuíam informações muito precisas sobre os motivos que levavam à sua expulsão das áreas que habitavam e sobre o processo de remoção. As justificativas dos técnicos do governo para a necessidade da retirada, quase sempre eram associadas a riscos de desabamento. Além de não saberem ao certo para onde seriam removidos, aos moradores eram oferecidas duas “opções”: aceitavam a indenização oferecida

pelo governo ou eram removidos para os novos (e desconhecidos) locais de moradia. A idéia de opção ou escolha estava de corresponder à realidade, pois, em termos práticos eles não tinham condições de comprar outra moradia com a indenização recebida e muito menos ainda de continuar morando na zona sul. Assim, restava-lhes a “opção” de serem removidos e receberem uma casa em um dos conjuntos habitacionais construídos pelo governo.

Embora todos os depoimentos dos entrevistados tenham revelado interessantes aspectos sobre o processo de remoção, as considerações de Pedro chamaram atenção para uma outra questão bastante significativa e importante no que concerne ao foco desta pesquisa: a necessidade de negar a idéia de favela. Esta negativa apareceu quase que prontamente e de maneira bastante ressaltada em seu depoimento, não pelo número de vezes em menciona a palavra, mas pelo tom de voz usado.

“Naquela época, você na Zona Sul ali você tinha trabalho perto, colégio... a gente descia o *morro*... *favela* [tom de menosprezo na voz], naquela época a gente nem falava *favela*, a gente falava *morro*, entendeu?” (Pedro)

O menosprezo dedicado à palavra *favela* e a necessidade de ressaltar aquilo o que a Babilônia não era (*favela*), apresentando as condições de vida locais como razoáveis ou boas, foram importantes indícios para a compreensão das representações do entrevistado sobre Vila Kennedy, como se verá adiante. Esta tentativa de negação parecia ressaltar a necessidade de afastamento daquilo que a Babilônia não era, ou pelo menos, do que não é percebida hoje como sendo no passado. De acordo com Burgos, atualmente:

“o substantivo *favela* [grifo meu] vai ganhando múltiplas conotações negativas, que funcionam como antônimos de cidade e de tudo que modernamente se lhe atribui: urbanidade, higiene, ética do trabalho, progresso e civilidade.” (Burgos *apud* Rodrigues, 2007:31).

Contudo, mais do que ressaltar o que a Babilônia não era, o morador parecia indicar um entendimento sobre a favela que não se restringia ao passado, mas, ao contrário, parecia estar muito mais ligado ao presente. Em outras palavras, sua fala demonstrava a preocupação em antecipar um dos temas mais atacados durante a entrevista: a *favela*. Assim, o vendedor de aproximadamente cinquenta anos, buscava fazer afirmações sobre Vila Kennedy através, mais uma vez, da contraposição à idéia de favela. Se a Babilônia *não era uma favela*, e sim *morro*, nas representações do Sr. Paulo, a

Vila também *não é favela*, e sim *bairro*. Retornarei ao tema no capítulo 3 desta dissertação.

Em tempos de escassez de incentivos e iniciativas governamentais no setor de habitação popular, a grande importância conferida, sobretudo pelos removidos de favelas da zona norte, à conquista da propriedade de suas residências pode estar associada não só ao significado da chegada à Vila Kennedy em termos de melhoria das condições de vida, mas também à avaliação de que a política habitacional da época possibilitou a aquisição da casa própria. Assim, o pagamento de todas as parcelas e a conseqüente quitação da dívida após anos de compromisso foram muito valorizados nas entrevistas.

Contudo, cabe-nos indagar sobre os possíveis sentidos conferidos às lembranças resgatadas levando-se em consideração um dado contexto. Em outras palavras, o que significa para estes moradores lembrar-se deste passado vivendo em Vila Kennedy hoje? Que possíveis mensagens querem transmitir ao trazerem à tona certas referências de uma época distante? Diante disso, dados como local de origem, grau e tipo de inserção em redes de associativismo em Vila Kennedy, profissão e gênero serão elementos fundamentais para a análise das entrevistas. Em outras palavras, observar semelhanças e diferenças nos discursos destes residentes – cujos tempos de moradia na Vila são elevados – exige levar em conta os mecanismos de acionamento de suas lembranças e o lugar a partir do qual o fazem. O que os moradores de Vila Kennedy querem transmitir com esta “memória compartilhada” sobre a “Vila” de outros tempos é o que buscaremos analisar ao longo deste capítulo.

Retomando os relatos dos entrevistados sobre o período das remoções foi possível observar que, para além das questões de comodidade que envolviam o viver nas favelas de origem, alguns moradores eram contrários à remoção por motivos ideológicos. Este é o caso de Rui, ex-morador do Esqueleto e presidente do Conselho de Moradores de Vila Kennedy em meados dos anos 70. Para ele, o antigo local de moradia era considerado muito bom, destacando-se a proximidade com o emprego e com o comércio.

“Aí eu fui pro Esqueleto. Conheci uma moça, casei, hoje eu sou viúvo... moro com essa companheira que você está vendo aí, mas eu sou viúvo. Aí de lá, houve esse transtorno. Pra mim, foi transtorno a

remoção, que eu era... fui contra. (...)Tinha água, luz. Agora, muitas casas de madeira. Porque quando foi construído o estádio, o Maracanã, ele quando foi inaugurado, aquelas madeiras que serviu pra fazer o estádio sobrou e aí o povo carente usava a própria madeira do estádio pra ampliar a favela do Esqueleto. Eu já morava lá antes. E aí houve aquela invasão de casa e foi feito casas de madeira mesmo. A minha era de tijolos, mas outras foi tudo feito de madeira".
(Rui)

O entrevistado e sua esposa à época podiam ir caminhando à pé para a fábrica onde trabalhavam, na Praça da Bandeira. A remoção, para moradores como Rui, não foi vista com bons olhos. Simpatizante das idéias comunistas, afirmava saber que o “jogo de remoções” do governo Lacerda guardava uma realidade bastante diferente daquela desenhada pelas promessas do então governador.

“É! Tinha até briga pra não vim. Mas isso aí, que só eu é que fazia isso, não, tinha pessoas também que era contra. Mas tinha os favoráveis também, tinha os batedores de palma. Aqui, na Vila Kennedy, eu conheço pessoas que botaram o nome do filho de Kennedy por causa dos Estados Unidos. É!... e ganhou viagem” (Rui).

Para os entrevistados que foram ex-moradores de Ramos, a vinda para Vila Kennedy não teve o caráter obrigatório tão difundido pela literatura voltada à questão das remoções promovidas pelo governo Lacerda. Neste caso, os entrevistados, ex-moradores de Maria Angu e do Conjunto do SERFHA, viram na remoção uma possibilidade de melhorar suas condições de vida. A vinda para Vila Kennedy, foi, neste caso, uma escolha e não uma obrigatoriedade diante da falta de opções possíveis além da remoção. Em linhas gerais, para estas famílias, a precariedade das habitações era muito grande, pois haviam aqueles que residiam em palafitas da região (como o caso de áreas em Maria Angu) e aqueles que moravam em barracos de madeira (o conjunto do SERFHA).

Os relatos de moradores, como Sérgio e Áurea, ambos nordestinos e removidos de Ramos há mais de quarenta anos, evidenciam sua aposta de que o conjunto ofereceria melhores condições de vida, ressaltando que nem todos os que foram removidos de suas áreas de origem saíram contrariados. Para Sérgio, atualmente aposentado, mas amplamente envolvido com o trabalho comunitário e as atividades da Pastoral de Favelas, a vinda foi uma escolha sua:

“Eu vim porque quis, apostei na possibilidade de ter uma casa própria (...) Cheguei a visitar aqui o conjunto e entendi que havia um

planejamento, uma infra-estrutura melhores do que no conjunto de Ramos (...) havia melhores condições de moradia aqui” (Sérgio).

O relato de Áurea reforça esta idéia de que Vila Kennedy representava uma esperança de melhoria, tendo em vista a grande precariedade das condições de habitação de sua família. Depois de alguns anos, a família da moradora mudou-se da favela de Maria Angu para o conjunto do SERFHA, também em Ramos. Foi de lá que ocorreu a vinda para Vila Kennedy:

“Até que em 64 o Lacerda fez esse conjunto, aí eu não fui obrigada a vir, porque eu morava lá no SERFHA. Quem não queria vir lá da Maria Angu, trocava com a gente do SERFHA. A gente deixava os barracos pra eles e vinha pra cá [Vila Kennedy]. Aí, como eu achei que aqui era melhor, peguei e fiz meu cadastro” (Áurea)

A entrevista de Márcio, residente em Vila Kennedy desde os seis anos de idade, revela-nos uma interessante modalidade de “removidos”. Sua família, originalmente residente em Realengo – zona oeste da cidade, área bastante próxima à Vila Kennedy – decidiu mudar-se para a favela de Maria Angu (Ramos) ao saber que seus moradores seriam cadastrados e transferidos para um conjunto habitacional. A curiosa história da família de Márcio demonstra que tornar-se um “favelado” podia representar, naquele período, uma eficaz estratégia para conseguir a casa própria. Mais uma vez, observa-se que “no jogo das remoções” – como ressaltou Rui – havia espaço para mais “jogadores”, além dos removidos de maneira compulsória.

Pode-se concluir que, dentro do processo de remoções, havia espaço para uma outra camada de moradores pobres que não eram obrigados a vir, mas que buscavam neste novo tipo de habitação uma possibilidade de melhora, pelo menos, das condições básicas de sobrevivência: rede de esgoto, abastecimento de água e luz. Além disso, a obtenção da casa própria era algo muito desejado por estes moradores, que estavam dispostos a quitar as prestações e poder ter uma casa, mesmo que pequena, mas sua. Segundo os moradores entrevistados, ao chegarem em Vila Kennedy, recebiam a casa quase sem nada. Não havia piso, emboço, nem muros. As casas (com terrenos de 9m x 15m) eram todas iguais, mas, como afirmou Áurea: “pelo menos você tinha uma casa sua, que você podia ir ajeitando com o tempo”.



Figura 5: Casas-embrião nos primeiros anos de Vila Kennedy
Fonte: favelatemmoria.com.br
Data de acesso: março de 2006

As chamadas “casas-embrião” eram consideradas habitações evolutivas, ou seja, eram projetadas com previsão para ampliação em etapas. De acordo com Capellão (1991), no caso de Vila Kennedy, o projeto das casas previa a ampliação de até três quartos. Em meio aos estudos sobre “habitação mínima”, engenheiros e arquitetos da época buscavam a solução para a construção de casas populares com custos reduzidos. No relatório da COHAB, no período de 1963 a 1965, as casas concebidas como embriões representavam:

“a chave do êxito do plano, onde a partir de um embrião, que oferece condições básicas de moradia condigna, cada morador pode ir ampliando e modificando a casa de acordo com as suas necessidades e possibilidades” (Capellão, 1991: 44).

Saindo do discurso oficial e voltando à realidade experimentada por nossos informantes, outra importante questão levantada por alguns de nossos entrevistados era o sentimento de esperança e a expectativa de melhorias no conjunto.

“Na época, estavam construindo alguns conjuntos com recursos da Aliança para o Progresso (...) Havia grande expectativa em torno dessas moradias, pois Vila Kennedy, por exemplo, foi criado para ser um “bairro modelo”, muito bem planejado com padaria comunitária, creche, igreja, fábrica”. (Márcio)

O forte cunho ideológico, que marcava as ações da Aliança para o Progresso, era, segundo Márcio, um dos elementos que “seguravam” os moradores em Vila Kennedy, pois, mesmo com as deficiências⁴⁴, observava-se a realização de algumas melhorias na região com o passar dos anos.

Mas as experiências de remoção também trazem relatos interessantes de moradores que ressaltavam o caráter negativo da forma com que saíram de seus locais de origem, onde não havia tempo e nem possibilidades reais de escolha a não ser a remoção.

“Quando nós viemos pra cá também, as nossas mudanças, foi interessante, o transporte foi da Comlurb, na época era *gari* que dava o nome. *Aí botava duas ou três mudanças nos caminhões, que era grande, e trazia. *Aí chegava aqui, a minha cama foi parar na casa do outro vizinho, o guarda-roupa dele veio parar aqui... a mudança foi feita assim*”.* (Rui)

*Mas o caminhão era limpinho pelo menos, Rui?*⁴⁵

“Não, era um caminhão de lixo, mas era limpo. *Aí eu recebi a notícia da mudança assim repentinamente...*” (Rui)

⁴⁴ Tais deficiências, sobretudo ligadas à infra-estrutura local, fizeram parte do cotidiano de Vila Kennedy durante muitos anos. Para a superação das dificuldades, muitos moradores se organizaram – com a ajuda da igreja católica – e lutaram por melhorias que só vieram a acontecer cerca de duas décadas depois, como o caso da resolução do problema das enchentes. Este tema será melhor apresentado no subitem 3. “Na briga, na luta: as lideranças políticas e o papel da igreja católica em Vila Kennedy”.

⁴⁵ Nos trechos de entrevista em que minha fala se faz necessária para a compreensão do diálogo, adotarei o destaque em itálico.

Tipo pra mudar pra amanhã, assim?

“É! Eu fui chamado no emprego que a minha mudança ia sair, fui chamado no emprego”. (Rui)

Aí o sr teve quanto tempo para arrumar tudo?

“Ah, teve tempo... que eles mesmo ajudava. Tinha um caminhão e tinha uns caras que ajudavam a botar tudo as mudança dentro”. (Rui)

“O pessoal chegava da prefeitura com os caminhões, pegava tuas coisas, jogava dentro do caminhão e você vinha de kombi. Chegava aqui, *deportava* você aqui e a gente ficava nas casas.” (Inês)

A referência negativa sobre a maneira como foram retirados de suas moradias, fica evidente nos depoimentos dos entrevistados. Não havia tempo para escolhas, nem alternativas de outro lugar para ir tão rapidamente, pois a notícia da saída podia chegar de uma hora para a outra. A idéia de que foram “deportados” para um lugar distante e que nem sequer conheciam, ressalta o entendimento de que, à época, os moradores removidos eram vistos como seres indesejáveis que se podiam enviar (degradar ou desterrar) para longe sem que fossem levados em consideração seus anseios, interesses e desejos. Estas famílias eram avisadas de suas mudanças compulsórias por agentes do governo e, logo a seguir, seus pertences eram colocados sem muitos cuidados junto a móveis e utensílios de outras famílias, em caminhões que transportavam lixo. Nas situações de remoção apontadas, fica claro que não havia tempo para muitos planejamentos. O tempo e a forma de saída eram ditados pelo governo, por isso as famílias precisavam estar prontas para a mudança mesmo que não desejassem a saída.

Entretanto, a lembrança negativa de Inês, uma aposentada ainda atuante nas atividades comunitárias da paróquia local, foi “suavizada” pela valorização da chegada a Vila Kennedy, ressaltando a importância de ter uma casa com melhor estrutura.

“Pra vir, eu vim para um lugar longe, mas vim para um lugar bom. Quarto, sala, cozinha e banheiro. Eu morava num cômodo, o espaço da minha casa [no Alto da Boa Vista] era a cama. Meus filhos ficavam em cima da cama, as roupas ficavam empilhadas em cima de um caixote (...)” (Inês).

A saída do Alto da Boa Vista foi marcada por dois momentos. A insatisfação de ser “deportada” para um lugar distante e desconhecido e a valorização de ter recebido uma casa simples, porém com estrutura bastante superior à do barraco em que habitava com sua família. O relato da moradora demonstra que, ao se tornar proprietária de uma casa, aspectos negativos como a

distância e a vinda como “deportados” ficaram em segundo plano. Para moradores como Inês. No final, o saldo foi positivo.

A identificação dos entrevistados com a origem pobre foi reforçada como elemento de diferenciação em relação a moradores vindos para Vila Kennedy em períodos posteriores ao da remoção de favelas.

Inês e Mariana (ambas residentes em Vila Kennedy há mais de 40 anos e membros atuantes da paróquia local, a Santo Cristo Operário) diferenciavam as partes mais antigas de Vila Kennedy – as glebas construídas nos anos 60 para abrigar os removidos, como as duas entrevistadas – e as posteriormente construídas – como o caso das regiões conhecidas como os conjuntos⁴⁶ Malvinas e Quafá.

“A maior parte das pessoas que vieram para Vila Kennedy não podem dizer que moravam numa coisa melhor” (Mariana).

“Sem água, sem luz, sem esgoto [áreas habitadas pelas famílias removidas]. Malvinas não! Mas em Vila Kennedy todo mundo era pobre, pobre, pobre de marré-deci ... e também de morro, de favelas, como do Pinto, do Esqueleto.” (Mariana)

“O pessoal do Quafá, se disser que não veio de favela, você pode acreditar. Não veio”. (Mariana)

“Agora o nosso não, foi de pobre de barraco de morro despejado. Antigamente se falava, vai se despejar. Aí chegava um homem... assistente social”. (Inês)

Com o crescimento de Vila Kennedy e a conseqüente mudança no perfil sócio-econômico dos moradores de diversas áreas – tema a ser explorado no Capítulo 3 desta dissertação –, as entrevistadas reforçavam a idéia de que, diferente de outros moradores hoje residentes na Vila, no caso delas, a origem foi “de pobre de barraco de morro despejado”. Esta categoria reforça a idéia de que, quando o assunto são os primeiros habitantes de Vila Kennedy, não se está tratando de quaisquer moradores pobres, mas de um tipo especial: os de morros / favelas que se desejava despejar, afastar para bem longe. Em outras palavras, a divisão territorial em Vila Kennedy se dá entre as pessoas em melhor situação financeira (moradores de áreas como os conjuntos construídos posteriormente) e os pobres oriundos de favelas (habitantes das glebas originais). Interessante destacar que, mesmo após décadas, esta divisão sócio-territorial continua bastante clara nas representações dos entrevistados, como será melhor analisado no próximo capítulo.

⁴⁶ As representações dos entrevistados sobre as áreas pertencentes a Vila Kennedy serão alvo das análises do Capítulo 3, no subitem “O que faz e o que não faz parte de Vila Kennedy: de “Quafácabana” às favelas”. Nesta parte da dissertaç, áreas como os conjuntos Quafá e Malvinas serão melhor situados geográfica e socialmente.

A figura de Carlos Lacerda, geralmente apontada como mais próxima das classes mais abastadas, encontrava alguma inserção entre os pobres. Seu discurso e suas ações geravam reações muito antagônicas: ou se era pró ou contra Lacerda. Embora tenhamos encontrado os dois tipos de eleitores entre os entrevistados, foi possível perceber que o político era muito bem visto por alguns moradores.

“Se é no tempo do Lacerda que a mídia faz propaganda do governo, a gente estaria bem. Porque o projeto do Lacerda era o seguinte: uma lavanderia industrial...” (Mariana)

“Ele ia dar trabalho pros trabalhadores!” (Inês)

“Ele trouxe pra cá, mas ele ia dar trabalho! Era padaria, lavanderia, confecção que fazia a roupa dos garis e das escolas. O maquinário veio todo! Só que o candidato dele não foi eleito...”

(Mariana)

“Ele já era governador, mas tinha que trocar. Se tivesse duas eleições naquela época, hein... ele tinha se reeleito umas dez vezes!” (Inês)

Então o pessoal gostava do Lacerda.

“O Lacerda não falava, fazia. Ele inaugurou aqui, inaugurou logo uma linha de ônibus, o 394, tem o supermercado, que era o mercado União... Aí tinha a escola que era a Marechal Cid, mas no mesmo ano ele inaugurou a Joana Angélica e esse jardim aqui”

(Mariana).

Para Mariana, a figura de Carlos Lacerda representa a de um político comprometido com o bem-estar do povo e que, sobretudo, cumpria suas promessas. Ex-moradora do Catumbi, a entrevistada e sua mãe foram enviadas para Nova Holanda após um desabamento que destruiu parte do morro onde moravam. A promessa de que teriam condições mais dignas de moradia veio do próprio Lacerda:

“Ele [Lacerda] já estava construindo Nova Holanda. E disse o seguinte, ‘é provisório, porque eu vou fazer casas decentes pra vocês’, que foi Vila Kennedy” (Mariana).

Embora a literatura (Motta, 2004) ressalte que Lacerda, carismático e dono de uma excelente oratória, estivesse muito mais próximo da classe média do que dos segmentos populares, é importante destacar que a política habitacional do então governador despertava a atenção e o interesse de parte desta população de baixo poder econômico, sobretudo com relação à construção dos conjuntos habitacionais. Longe de negar as dificuldades enfrentadas pelo político em suas tentativas de aproximação com a parcela mais empobrecida da população, pretendemos apenas ressaltar que algumas ações deste governo tinham ressonância junto aos pobres.

A manutenção de ideais propagados por Vargas, como o de “cidadania regulada”, destacada no Capítulo 1 deste trabalho, pode ser observada no governo Lacerda, à medida que o critério de seleção para a obtenção de uma

casa no conjunto habitacional passava pela comprovação de que o trabalhador podia pagar as prestações de sua residência. E o instrumento de comprovação desta “capacidade” era a carteira profissional:

“Era eu e minha mãe. Nós fomos para Nova Holanda em 62 e saímos em 65. Saímos como? Já foi diferente da Inês. A assistente social chegava na sua porta (...), cadastrava e dizia: ‘você tem carteira assinada, você tem um salário, você pode ter uma casa melhor’. Porque a Nova Holanda ficou sendo assim, no Esqueleto, quem não podia pagar, ia pra Nova Holanda; e quem tinha renda, vinha pra cá, pra Vila Kennedy. Então, a assistente social falou pra minha mãe na época: ‘a gente não sabe como vai ficar isso aqui’” (Mariana).

A entrevistada contava com orgulho a recompensa trazida pelo esforço de pagar as prestações. Finalmente, após anos de pagamentos, a casa era própria. Tanto Inês quanto Mariana mostravam admiração ao falarem de Lacerda, valorizando o projeto elaborado para o conjunto e, inclusive, as técnicas de construção das casas que, embora pequenas e simples, eram (e são) muito resistentes, na opinião das moradoras. Ressaltou com satisfação Mariana: “Minha casa não tem cinta, não tem coluna, mas tem quarenta e cinco anos e está lá, de pé!”.

Cessado o período das remoções, e com o passar do tempo, o perfil sócio-econômico dos habitantes de Vila Kennedy foi sofrendo alterações. Cada vez mais, as modalidades de chegada ao local foram se diversificando ao longo das décadas. Mas, como já mencionado anteriormente, ainda na década de 60, Vila Kennedy conviveu com a chegada de famílias que optaram pela vinda, ainda que removidas. Este cenário de semelhanças e diferenças entre as trajetórias dos primeiros moradores da Vila ainda guarda espaço para mais uma modalidade de habitantes, aqueles que escolheram vir para Vila Kennedy e não eram moradores de favelas, mas sim oriundos de subúrbios da cidade. A possibilidade de habitar em uma casa própria atraía outros pobres que podiam pagar por elas. Foi o que ocorreu com Eliana, nordestina, fortemente atuante nos movimentos sociais locais até os anos 80 e residente em Vila Kennedy há trinta e nove anos. Após chegar do nordeste, ainda adolescente, a entrevistada foi morar em Marechal Hermes⁴⁷ e após alguns anos se casou. Sua ida para Vila Kennedy aconteceu da seguinte maneira:

“As pessoas vinham das remoções, das periferias para o conjunto, que era a esperança do povo. Comigo não foi assim, meu ex-esposo, que era funcionário da CEHAB, com aquela questão de amizade,

⁴⁷ Marechal Hermes é um bairro suburbano da cidade do Rio de Janeiro próximo a Madureira e situado na zona norte do município do Rio de Janeiro.

conseguiu uma casa pra ele. (...) Lá na minha rua, tinha uma senhora que perturbava muito, dava escândalo. Então, os moradores se reuniram e fizeram um abaixo-assinado para ela sair. Aí vagou a casa, meu marido conseguiu, através da amizade dele, e nós fomos. Mas nós pagamos a casa” (Eliana)

Mais uma vez, a questão do pagamento, ou da honra de cumprir com o contrato firmado aparece como um elemento a ser destacado nas falas dos entrevistados. Mas, neste caso, não foi uma maneira de ressaltar o esforço realizado (como observado nas falas de Inês e Mariana); deveu-se à necessidade de esclarecer que, embora não tenha vindo através de cadastro, a família de Eliana agiu dentro da legalidade, quitando o imóvel.

Nas Ciências Sociais, os estudos sobre as remoções usualmente enfatizam a saída de famílias de conjuntos habitacionais como Vila Kennedy, analisando uma série de motivações – desde aspectos econômicos (refletidos na alta taxa de inadimplência e no fenômeno do “passa-se uma casa”) até os sociais (observados no rompimento das redes de solidariedade originais, por exemplo). Esta pesquisa buscou, porém, ouvir as vozes e refletir não sobre os olhares dos que saíram, mas daqueles que permaneceram e hoje vêm de maneira bastante peculiar seu local de moradia após quatro décadas em Vila Kennedy.

2.2 “Quando chovia, era lama; quando fazia sol, era poeira”⁴⁸: os primeiros anos em Vila Kennedy

A vinda das primeiras famílias que fixaram residência em Vila Kennedy foi acompanhada por experiências repletas de dificuldades, que iam desde os problemas com a infra-estrutura e a precariedade do sistema de transporte da região até algumas situações de discriminação pelo local de moradia. Mas, nem só de problemas viviam os moradores de Vila Kennedy, pois as lembranças dos entrevistados também cederam espaço para os aspectos positivos de viver em uma região semi-rural, numa época em que havia espaço

⁴⁸ Frase retirada da entrevista cedida pela Sr^a Maria da Paz, residente em Vila Kennedy há quarenta e três anos.

para esperanças e expectativas de progresso e melhorias de infra-estrutura na região.

Muitas famílias recém-chegadas ao conjunto não se adaptaram aos novos desafios de viver em um local desconhecido e distante dos grandes centros (Valladares, 1978). Nestes casos, nem mesmo a possibilidade de ter a casa própria – idéia tão valorizada pelos entrevistados – foi capaz de superar os obstáculos de uma região onde *projeto* e *realidade* travavam um duelo diário. O planejamento da administração de Carlos Lacerda de construir um pólo industrial próximo ao conjunto, absorvendo a mão-de-obra local se associou a outros projetos (como a creche e a padaria comunitárias, além da cooperativa de costura, entre outros) que não funcionaram em sua plenitude ou nem mesmo chegaram a sair do papel.

O cenário encontrado pelas famílias era bastante diferente da promessa de “bairro modelo”⁴⁹ e exigia adaptações diárias de seus novos moradores. Muitos, como já mencionado, abandonaram as residências. Outros, no entanto, já vivem em Vila Kennedy há mais de quatro décadas.

“Tinha uma promessa, mas a rua não era asfaltada, tinha barro e a gente se decepcionou com a história. Houve muita transformação familiar, maridos deixaram as esposas, filhos abandonaram os pais... Naquela época, aqui era o fim do mundo” (Rui).

“Eu senti falta na questão do comércio [de Marechal Hermes], o aspecto mesmo eu achava feio, aquele valão não tinha o asfalto” (Eliana).

“Vim. Eles trouxeram um dia pra gente visitar. E a Vila Kennedy não era isso tudo que você tá vendo. Era só da praça do outro lado pra cá, sem a parte da igreja (...) não tinha rua, calçada, era só barro, não tinha muro, não tinha emboço nas paredes, não tinha condução, só tinha um ônibus, não tinha loja nem nada, tinha que fazer compra em Bangu” (Áurea).

Os problemas enfrentados com a tríade: distância dos locais de trabalho, sistema de transporte precário e ausência de asfaltamento eram uma constante na vida dos moradores. Estes elementos tornavam-se ainda mais dramáticos quando chovia, pois antes de chegar aos pontos de ônibus, os trabalhadores se equilibravam nos meio-fios e colocavam sacos nos pés para não sujarem de barro seus sapatos, como apontado por alguns entrevistados. Mas as chuvas traziam mais do que transtornos para chegar aos pontos de ônibus, causavam

⁴⁹ O termo “bairro modelo” foi usado por um de nossos entrevistados para indicar o nível de expectativa dos moradores em torno das ações de desenvolvimento local a serem encabeçadas pelo governo. A idéia de uma região planejada com equipamentos públicos voltados às necessidades dos moradores nunca chegou a ser uma realidade.

enchentes que trouxeram grandes dificuldades aos moradores das primeira e da terceira glebas durante mais de duas décadas. A iluminação pública também não era das melhores, havia apagões e tudo ficava às escuras por horas, contudo, segundo Sérgio, que opera uma relação entre passado e presente, havia todas essas dificuldades, mas “(...) não tinha perigo, esse negócio de assalto não tinha não”⁵⁰.

Embora a realidade enfrentada pelos moradores revelasse um planejamento mais teórico do que prático, segundo nos ressaltou o entrevistado Mano, a perspectiva de melhorias era um aspecto importante para a não saída de algumas famílias de Vila Kennedy. De acordo com Márcio, diante de tantas dificuldades, seus pais até pensaram em se mudar para um outro conjunto habitacional no Catumbi:

“Chegaram a visitar e quase fecharam negócio. Mas acabaram ficando, em parte, porque havia uma grande expectativa e uma forte esperança de que as coisas iriam mudar” (Márcio).

As adaptações encontradas pelas famílias para enfrentar os problemas encontrados eram muitas. Diante da falta de comércio que atendesse a todas as necessidades locais, muitos moradores faziam de suas próprias casas pequenos pontos de venda. É evidente que isto não resolveu os problemas de abastecimento local, mas nos ajuda a ter uma noção de como as famílias tentavam sobreviver desenvolvendo, por exemplo, atividades econômicas em suas próprias casas.

“No começo não tinha nada. Bom, no começo tinha, porque o comércio de lá [antigas áreas de moradia] foi oferecido aqui também. Por exemplo, você tem a casa ... a minha de um jeito, a do pessoal que tinha comércio trazia pra cá, aí o comércio de lá tinha aqui também” (Rui).

Mas nem todos os moradores entrevistados se detiveram em aspectos negativos. Houve aqueles que destacaram pontos bastante positivos na infraestrutura oferecida em Vila Kennedy. Além do que já existia quando da chegada dos moradores, uma série de melhorias puderam ser observadas em espaços de tempo relativamente curto.

“Chegando aqui, encontramos também uma estrutura que no morro a gente não tinha e que até hoje está presente. Você tinha água

⁵⁰ Interessante destacar que, antes mesmo de a entrevista avançar para temas mais cotidianos do viver em Vila Kennedy, a grande maioria de nossos entrevistados relacionou elementos do presente (violência, crime e drogas) às lembranças do passado, tal como nos destaca a fala de Sérgio. Este é um importante indício sobre temas relevantes para o dia-a-dia dos moradores, mas que serão analisados no capítulo 3 desta dissertação.

encanada, você tinha saneamento funcionando perfeito. A gente chegou e ainda não tinha calçamento, depois de três anos, fizeram isso tudo (...) Chegamos mais ou menos em 69, e em poucos meses a gente tinha melhoramento” (Pedro).

Para Pedro, que possui uma visão mais positiva sobre o período de chegada dos primeiros moradores, mesmo com falhas, a infra-estrutura encontrada em Vila Kennedy superava aquela existente na Babilônia (seu antigo local de moradia) e, em pouco tempo, as famílias podiam observar avanços. Mas a entrevista de Pedro revela uma visão um tanto diferenciada (pelo seu aspecto positivado), se comparada às representações da maioria dos outros entrevistados. Para estes, os problemas relacionados à infra-estrutura, como abastecimento de água e sistemas de drenagem e esgoto, foram aspectos que demoraram anos até serem solucionados. Embora o entrevistado não tenha negado a existência de dificuldades, as mesmas foram representadas apenas pela precariedade do sistema de transporte, que, segundo sua visão, permanece inadequado às necessidades locais até os dias atuais. Não foram mencionados outros problemas capazes de transformar Vila Kennedy em um lugar difícil para se viver.

Para moradores como Pedro, a valorização local, representada pelas idéias de planejamento e ordem urbana, parece ser um aspecto fundamental para a diferenciação de Vila Kennedy com relação a outras localidades pobres e desprovidas de serviços e equipamentos públicos, como a própria favela onde habitava antes da remoção. Estas referências positivas à infra-estrutura do conjunto em seus primeiros anos de existência contrastam com relatos como o de Eliana:

“Naquela época eu costurava pra fora e trabalhava muito em casa. Então, enquanto eu costurava, ficava de olho nas minhas crianças. Era comum ver os meninos na minha rua com os pés no esgoto” (Eliana).

Na Vila Kennedy de quatro décadas atrás, as atividades de lazer para os adultos eram quase inexistentes. Embora o projeto do conjunto previsse áreas de lazer, como praças, a realidade vivida pela maioria dos moradores não permitia tais atividades.

“Lazer era construir as casas, porque quando nós viemos, nem muro a casa tinha. A primeira coisa que o morador fazia era o muro (...) Aqui era que nem um cemitério, as casas tudo iguaizinhas. Aí, a pessoa entrava na casa do vizinho pensando que era a sua. Teve até uma situação, o pessoal pensa que é anedota, mas é verdade, o morador entrou na casa, a mulher estava fritando umas sardinhas e ele comeu; quando foi falar que a sardinha estava gostosa, viu que tinha entrado na casa do vizinho” (Rui).

As lembranças dos moradores destacam que as principais preocupações daqueles que residiam em Vila Kennedy concentravam-se em trabalhar para honrar os compromissos (dentre eles, a quitação do imóvel), adquirir gêneros básicos de alimentação e higiene e realizar as melhorias nas casas.

Nos sempre fomos pessoas controladas. Não gostamos desse negócio de sair pra jantar, lanchar... quer dizer, quem não gosta, né? Mas a gente tinha que economizar, porque tinha que pagar o colégio das meninas, fazer as compras e todo o dinheirinho que sobrava era para a obra [reforma da casa]. E foi assim sempre" (Áurea).

Já para as crianças, a vida em Vila Kennedy, no final dos anos 60 e início dos 70, era repleta de aspectos positivos, sobretudo nas lembranças daqueles que vieram acompanhando seus pais. A região era cercada por sítios e uma extensa área de matas e rios onde se podia pescar. Segundo Mano, que veio para Vila Kennedy com cerca de seis anos de idade, a infância foi muito boa e tranqüila, porque os meninos daquela época brincavam em liberdade, sem conviver com os perigos⁵¹ existentes nos dias atuais:

"Isso aqui era maravilhoso! Maravilhoso! Era uma área rural com muitas plantações e sítios. Uma das brincadeiras mais comuns da época era roubar frutas do sítio do 'português'⁵². A infância era muito diferente, a gente brincava livre, tinha brincadeira de pique, pião, bola... As vezes saía briga entre meninos de favelas diferentes, mas era coisa de garoto. Muito diferente do que há hoje!" (Márcio).

Mais uma vez, as referências ao passado acontecem também em função de questões determinantes para o presente e que regem o viver em Vila Kennedy (e na cidade) atualmente. O passado, assim, não é visto apenas como uma época que se foi, mas como algo que se compara (e muitas vezes se diferencia) aos dos dias de hoje.

Ao analisarmos os *flashs* de memória acionados pelos entrevistados, torna-se importante observar o que essas lembranças podem representar. Assim, de acordo com Leite (1999: 127), através da *memória coletiva*, passado e presente se fundem na construção social da imagem, que seleciona lembranças específicas, as quais são acionadas por um constante movimento de construção e *reconstrução*. Mesmo em casos de "romantização do passado", não se trata de "pura nostalgia", pois a memória coletiva "desenvolve-se segundo uma lógica em que o presente age como um filtro e

⁵¹ A idéia de *perigo* vem associada diretamente à violência experimentada pela região e pela cidade como um todo. Ver Machado da Silva (2007) – além do risco de associação com o tráfico de drogas, que usa comumente a mão-de-obra juvenil em suas atividades.

⁵² Segundo o relato do entrevistado, muitos dos sítiantes da região eram portugueses.

seleciona pedaços de lembranças recuperando-as do esquecimento” (Ortiz *apud* Leite, 1999: 127).

Recorrendo a Pollak (*apud* Leite, 1999: 143), podemos observar que a memória é uma operação coletiva que seleciona os acontecimentos e as interpretações do passado que se deseja resguardar. Assim, esta memória se integra às tentativas de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades, mantendo a coesão interna e defendendo aquilo o que o grupo tem em comum. Embora tal memória coletiva possa se apresentar segundo uma versão majoritária, a mesma não é constituída de maneira homogênea, necessariamente. Em resumo, a memória, assim como as tentativas de estabelecimento de fronteiras e limites simbólicos, pode “entrar em disputa” e encontra-se em permanente processo de atualização.

Ao virem para Vila Kennedy, os moradores se depararam com terrenos que tinham em geral um tamanho de 9m x 15m. Mas havia casas maiores (com quarto, sala, cozinha e banheiro) para famílias mais numerosas e casas menores (apenas com quarto, cozinha e banheiro) para famílias com menos filhos, por exemplo.

“O homem [Lacerda] mesmo falava, tô falando porque ele fez o discurso e falava: pobre não precisa desse negócio de guarda-roupa não, bota a roupa num prego, pendura num prego” (Rui).

Aspectos positivos e negativos do viver em Vila Kennedy apareceram nas entrevistas como tramas compostas pelos fios de memória de nossos entrevistados. Ora destacando avanços em relação aos antigos locais de moradia, ora ressaltando as dificuldades de se viver em um conjunto habitacional distante e repleto de deficiências de infra-estrutura, uma das entrevistadas fez uma interessante (e bem humorada) síntese do viver em Vila Kennedy há quarenta anos atrás, inspirando o título desta parte do trabalho: “Quando chovia, fazia lama; quando fazia sol, era poeira” (Mariana).

Ao falar sobre o aumento populacional⁵³ e o conseqüente aumento do número de casas em Vila Kennedy hoje, Mariana ressaltou que, no passado,

⁵³ Trata-se de um crescimento populacional derivado de novos conjuntos, loteamentos, “invasões” ou mesmo de outras residências construídas acima das casas mais antigas. Importante destacar que a categoria “invasões” foi usada por alguns dos entrevistados para se referirem às regiões ocupadas de maneira não planejada, ou seja, não estruturada por ações governamentais ou mesmo pela iniciativa privada, como no caso das empreiteiras. Estas regiões, em sua maioria, habitadas por famílias bastante pobres são desprovidas de infra-estrutura adequada. As “invasões”, neste sentido, são uma categoria

não era permitido fazer quaisquer tipos de construção em quaisquer áreas. Até mesmo as melhorias realizadas nas casas eram orientadas pelo governo. De acordo com Capellão (1991), a Secretaria de Assistência Social fornecia cartilhas que orientavam os moradores sobre os tipos de construção, os cuidados com os filhos e uma série de outras informações que parecem estar bastante alinhadas à idéia de “pedagogia civilizatória” (Burgos, 2004) já desenvolvida à época dos parques proletários, conforme destacado no capítulo anterior.

Mariana ressaltou que, quando veio para o conjunto, recebeu um documento:

“A gente recebeu o relatório que explicava o que podia e o que não podia. Era assim: coma fazer o muro, como mexer na sua casa...”
(Mariana).

Ao controlar as ações dos residentes, “ensinando-os” a viver sob as novas condições de moradia, acreditava-se que seria possível apagar aos poucos as marcas deixadas pela vida na favela. Assim, esses moradores e suas futuras gerações “aprenderiam” a usar adequadamente os equipamentos públicos e a viver em condições mais “civilizadas”.

Esta idéia de ausência de “civildade” com relação aos moradores dos primeiros anos de Vila Kennedy também podia ser observada em situações cotidianas como as relativas ao transporte coletivo. Algumas linhas de ônibus não paravam em Vila Kennedy naquele período, pois:

“(...) eles achavam que aqui era tudo favelado” (Mariana).

A discriminação com relação aos moradores do conjunto foi explicada da seguinte forma:

“Eles [motoristas de ônibus] não paravam porque achavam que a gente era favelado, era bicho, que a gente veio da favela. Aí o que ele [motorista] fazia? Fingia que parava, aí você ia e ele passava direto. Eu já peguei ônibus chegando lá no Coqueiros [região do bairro de Santíssimo], porque eles não paravam. Porque aqui era favela. Lá em cima eles paravam. Então, a gente ia caminhando, caminhando... lá em Santíssimo” (Inês).

Mas os episódios de preconceito sofrido pelos moradores de Vila Kennedy em tempos anteriores não se restringiam ao acesso ao transporte de massa. Boa parte dos entrevistados ressaltou que na própria zona oeste havia dificuldades para conseguir emprego se o candidato se auto-declarasse morador de Vila Kennedy. Não havia muitas situações nas quais estes

usada por muitos dos informantes para se referir às *favelas*. O uso desta categoria e suas representações serão alvo de análise do capítulo 3 desta dissertação.

moradores precisavam indicar sua área de moradia e por isso não era comum sentirem-se discriminados em relação a outras regiões mais consolidadas da zona oeste, como Bangu, por exemplo. Contudo, nas situações de oferta de emprego, a estratégia mais utilizada pelos habitantes de Vila Kennedy era informar nas entrevistas e nas fichas cadastrais que residiam em Bangu.

A influência de Bangu sobre Vila Kennedy apareceu de forma muito evidente nas entrevistas. No passado, quando a região era menor em termos de tamanho e de população e com um comércio pouco desenvolvido, a atração de Bangu era muito forte. Postos de trabalho, comércio, saúde e entretenimento concentravam-se basicamente neste bairro e, não raro, os moradores de Vila Kennedy se deslocavam até lá para acessá-los. Entretanto, mesmo com o desenvolvimento local (relacionado, sobretudo ao setor de serviços), a área que fica entre Realengo e Campo Grande continua ainda hoje sendo uma grande referência para os moradores de Vila Kennedy:

“(...) eu moro num lugar que me dá possibilidade de locomoção muito melhor do que muitos lugares (...) tudo o que eu quero, se eu precisar, em dez minutos eu estou no centro de Bangu” (Inês).

Viver em Vila Kennedy, há quatro décadas atrás, era morar em uma região pouco desenvolvida economicamente e com sérias deficiências na parte de infra-estrutura e serviços. Assim, as recordações sobre o passado de dificuldades eram bastante parecidas entre os entrevistados. Mas, fazendo uma direta associação com situações vividas no presente, nossos entrevistados usam o passado para também se referir ao presente. Como apontou Áurea, antigamente “a vida era mais tranqüila, porque não havia tanta *violência* quanto tem agora”. O foco, então, se distancia do passado, período que serviu, neste caso, apenas como ponte para falar de questões-chave no presente. A memória sobre a tranqüilidade de tempos anteriores ajuda a ressaltar o quanto é difícil viver em um presente de inseguranças, no qual a violência ameaça a integridade física e perturba a ordem estabelecida.

Interessante destacar que esta forma de acionamento da memória individual não parte de uma subjetividade livre, mas sim:

“depende de seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (Bosi *apud* Leite, 1999: 135).

A autora destaca, por um lado, a importância que a vida atual daquele que lembra assume ao se desencadear o curso da memória; por outro, faz-se

fundamental ressaltar que aquilo que o indivíduo lembra, quando lembra e como lembra é uma construção coletiva, onde os instrumentos que servem à memória coletiva para a composição do passado se combinam com os pensamentos dominantes da época. Desta forma, a “memória é um mecanismo seletivo e se atualiza sempre a partir de um ponto do presente” (Ortiz *apud* Leite, 1999: 136), pois:

“(...) os relatos de vida estão sempre contaminados pelas vivências posteriores ao fato relatado e vêm carregados de um significado, de uma avaliação que se faz tendo como centro o momento da rememoração (...)” (Bosi *apud* Leite, 1999: 136).

Desta angulação, é importante considerar que outro elemento destacado como positivo no viver de antigamente pelos entrevistados – e que continua tendo a ver com preocupações típicas da vida cotidiana nas cidades – é a ausência de drogas e, conseqüentemente, do tráfico e da violência. Quando perguntada sobre como vivia em Vila Kennedy há quarenta anos atrás, Áurea se referiu ao passado em Vila Kennedy, baseando-se no que então não existia e que a atemoriza nos dias de hoje:

“Naquela época não tinha *violência* como tema gora. Droga então, era tão escondido que eu nunca ouvi falar como a gente vê hoje em dia. Crime também no Rio de Janeiro, até eu vir pra cá, eu só ouvi falar de um crime lá em Ramos. Depois a população vai crescendo, a violência vai crescendo...” (Áurea).

As questões relacionadas à importância das redes de solidariedade, a preocupação com ações de caráter mais coletivo (que visem ao bem-comum), o sentimento de união e pertencimento também foram aspectos mencionados como positivos do “viver de antigamente”. Estes elementos, que serão desenvolvidos na próxima parte deste capítulo, fazem parte de uma memória coletiva que encontra no passado um elo de ligação com o presente, ajudando-nos a compreender como esses moradores percebem o próprio local onde residem, além da complexa rede de relações sociais nele inseridas.

2.3 A vizinhança e os fortes laços de solidariedade: quem ficou?

Como apontado no capítulo anterior, com base em Valladares, 1978, muitas famílias removidas não tiveram condições de pagar as prestações das novas residências nos conjuntos habitacionais, seguindo-se a isto um processo

amplamente conhecido de repasse das casas a novos residentes. Entretanto, nem todas as famílias que poderiam ser removidas para Vila Kennedy quiseram se mudar. Houve ainda aqueles que vieram conhecer o conjunto, mas optaram não ficar com as casas.

“Aqui na minha rua mesmo, a (...), tinha umas quinze casas que as pessoas foram sorteadas, mas não quiseram vir” (Rui).

Para aqueles que fixaram residência em Vila Kennedy, ainda nos anos 60, as novas redes de sociabilidade passaram a ser construídas (reconstruídas e fortalecidas) em paralelo às dificuldades e conquistas que passaram a fazer parte do cotidiano de seus moradores. Neste contexto de construção coletiva, as redes de solidariedade e, nelas, o papel central da vizinhança, tiveram caráter acentuadamente importante nas falas de nossos entrevistados.

A memória dos tempos de uma Vila Kennedy onde todos se conheciam e, de alguma maneira, se ajudavam contrasta com a realidade atual, na qual, para muitos de nossos entrevistados, o crescimento populacional e a diferença de valores entre as gerações impõem outros ritmos de convivência mesmo àqueles mais velhos que insistem em valorizar idéias como solidariedade, comunhão, família, confiança, respeito e segurança. A idéia de *família* associada a estas relações sociais fortalecidas por laços de solidariedade apareceu como elemento importante em algumas de nossas entrevistas. Vindos em situação muito semelhante (a maioria removidos) e com desejos e necessidades bastante próximos, os moradores antigos ligavam-se uns aos outros, tendo muitas vezes como unidade inicial de integração a rua onde moravam. A realização de pequenas festas e de encontros nos portões para conversar é um exemplo de atividades comuns que aproximavam estes moradores e criavam uma espécie de sentimento de pertencimento e de identificação com o local.

Era uma época em que todos pareciam unir-se pelo sentimento de estar começando suas vidas juntos em um novo lugar e, para algumas famílias, o passar dos anos trouxe o fortalecimento das relações de amizade – relatadas sempre de maneira um tanto romantizada – entre vizinhos. Ao contar sobre seus primeiros anos em Vila Kennedy, Eliana (de origem nordestina e ex-moradora do subúrbio de Marechal Hermes, residente no conjunto desde 1969) afirmou:

“Os moradores da minha rua tentavam fazer uma *vila* assim bem unida, com festinha junina, uma coisa bem familiar. Até um tempo eles conseguiram ...” (Eliana).

Esta tentativa de fixação de uma imagem positiva do passado mostra a função de requalificação do presente. Os relatos sobre o passado que se pretende salvaguardar, sobretudo em contraposição a um presente indesejado (pelo menos em parte), revelam as:

“(...) tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. (...) Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum (...) eis as duas funções da memória comum” (Pollak, 1989: 9).

Em meio a um cenário onde os vizinhos geralmente se conheciam e se relacionavam de maneira mais direta, as redes de associativismo foram sendo estabelecidas com o passar dos anos, sendo a paróquia Santo Cristo Operário uma das principais e mais antigas fontes geradoras de união entre os moradores de Vila Kennedy, juntamente com o Conselho de Moradores⁵⁴.

Quando o assunto eram as redes de solidariedade, geralmente expressas pela relação entre vizinhos que se conhecia de longa data, as mulheres entrevistadas foram as que mais ressaltaram a questão. A quase totalidade das moradoras indicou a *vizinhança* como um aspecto importante para a manutenção das relações sociais na Vila Kennedy de outros tempos. *Conhecer e ser conhecido* são valores caros a estes moradores que têm faixa etária entre 60 e 80 anos. Para as moradoras entrevistadas, que possuem uma trajetória de envolvimento com as atividades da Igreja Católica até os dias atuais, este “horizonte de conhecimento” aumenta muito a inserção em redes locais, pois as chamadas “missões populares” e demais atividades religiosas sempre as mantiveram em contato com muitos moradores de várias regiões de Vila Kennedy. Viver entre conhecidos trazia segurança em vários níveis, desde receber ajuda em momentos de dificuldade até saber quem eram as pessoas que comungava com a maneira de viver local, não ameaçando a ordem e a segurança que se desejava manter.

⁵⁴ Sobre a importância do papel da Igreja Católica e dos movimentos políticos associativos em Vila Kennedy, conferir, no capítulo 2 desta dissertação, o subitem “‘Na briga, na luta’: as lideranças políticas e o papel da Igreja Católica em Vila Kennedy”. As construções das redes de sociabilidade não será alvo específico deste trabalho, serão analisados apenas como elementos que ajudarão a compreender melhor o perfil dos entrevistados.

As histórias de vizinhos que socorriam os familiares daqueles que estivessem trabalhando, por exemplo, ilustram bem a idéia de que “conhecer e ser conhecido”, apesar de requerer tempo, traz benefícios para aqueles dispostos a manter este tipo de relação baseada, sobretudo, nos laços de solidariedade. As histórias de Inês e Mariana eram repletas de situações onde todos se ajudavam:

“Quantas vezes a gente chegava em casa, o filho tinha caído da laje, quando cheguei em casa, ele já estava com o braço engessado” (Inês).

Tal relação de compromisso e solidariedade com o outro foi apresentada como uma espécie de “mão-dupla” expressa da seguinte forma pela fala de Inês: “É aquele negócio, eu te empresto um pouquinho de açúcar hoje, você me empresta amanhã. Não é assim?”.

Esta relação próxima com os vizinhos também ajudava a afastar outros perigos, como o envolvimento dos filhos com drogas. Embora tenham ressaltado que, antigamente, o tráfico era muito diferente por ser mais disfarçado e escondido, Inês e Mariana afirmaram que: “Isso [drogas] sempre existiu desde o tempo de Noé”. Entretanto, em tempos anteriores, os vizinhos ajudavam na criação dos filhos de maneira diferenciada, alertando as mães caso percebessem algum tipo de envolvimento com a “marginalidade”. Segundo nossas entrevistadas, até mesmo aqueles que “tinham envolvimento” com drogas naquela época, por serem vizinhos e conhecidos há muitos anos, avisavam às mães se os filhos estivessem se aproximando da “bandidagem”. Para exemplificar a questão, Inês ressaltou: “Hoje, eles [traficantes] não querem nem saber, querem é captar os meninos”.

Embora ainda reconheçam a existência de certas práticas solidárias nos dias atuais, muitos dos entrevistados indicaram que este é um valor mais fortemente relacionado ao passado. Esta questão nos foi apresentada através dos relatos de moradores que apontaram uma espécie de mudança comportamental ao longo dos tempos. Para alguns de nossos entrevistados, o enfraquecimento dos laços de solidariedade pode ser explicado através de uma questão geracional, ou seja, com o passar do tempo, as novas gerações abandonaram certos hábitos e valores, dentre eles aqueles relacionados às práticas solidárias. É o que podemos observar nas falas dos moradores:

“As mães de hoje são diferentes das mães de antigamente. Hoje ninguém se importa muito com o outro” (Inês)

“Antigamente, se dava jeito, mesmo na dificuldade você integrava outras pessoas. Isso você não vê hoje” (Ronaldo).

Além de trazer benefícios como ser socorrido em uma situação de emergência, *ser conhecido* e *conhecer* a vizinhança dava aos moradores de Vila Kennedy a segurança de saber quem estava morando ao seu lado, quem eram seus familiares, onde trabalhavam etc. Conhecer, neste caso, significa *saber quem é* (que hábitos possui, se respeita as regras de convivência local etc). E, para tanto, o tempo de convivência é fator fundamental.

“A minha vizinha aqui do lado eu conheço desde que vim pra cá. Hoje ela já é falecida. É a mãe do Sérgio, que é como um irmão pra mim. É o mesmo que dizer que ela era como se fosse uma mãe e o Sérgio, um ... um irmão. A gente viu todo mundo crescer, casar, constituir família...” (Áurea).

Para moradores como Rui (residente na área da segunda gleba), a vizinhança parecia não ter o mesmo valor familiar conferido por moradoras como Inês, Mariana, Eliana e Áurea. Para o ex-presidente do Conselho de Moradores, as preocupações com as associações políticas e a organização dos moradores em Vila Kennedy tinham maior importância do que a relação com os vizinhos. Entretanto, ressaltando aspectos negativos sobre a vizinhança no presente, Rui revelou se incomodar com o fato de não conhecer ao certo alguns novos moradores:

“Todo dia tem gente diferente, todo dia (...) os aluguéis aqui hoje não visam à pessoa, visam o dinheiro” (Rui).

Assim, mesmo para Rui, conhecer os vizinhos, de onde vieram e para que vieram são aspectos valorizados, pois indicam o grau de confiabilidade e segurança daqueles que convivem próximos. Esta questão apareceu de maneira bastante clara quando o morador ressaltou os “aluguéis de hoje” como algo negativo. Ao se referir aos “aluguéis de hoje, Rui aludia às pessoas que, diferente de tempos anteriores, vêm morar em Vila Kennedy com outras motivações muito menos “aceitáveis” do ponto de vista dos mais antigos. Por conta do presídio⁵⁵, dizia o entrevistado, muitas pessoas entram e saem de Vila Kennedy, alugando moradias para ficarem mais próximos dos parentes presos. O estigma referente aos presos (bandidos, marginais, pessoas moralmente condenáveis), na fala do entrevistado, recobre seus parentes/pessoas próximas e atinge também Vila Kennedy, aproximando-a dos sentidos

⁵⁵ O complexo penitenciário Bangu I fica do lado da margem direita da Avenida Brasil (sentido Campo Grande), ou seja, na mesma região que a 2ª gleba de Vila Kennedy.

negativos que as representações sociais dominantes atribuem às favelas, abrindo pistas para nova pesquisa na região.

A idéia de *respeito* também aparece de maneira muito enfatizada nos relatos de alguns de nossos entrevistados quando o assunto é a vizinhança. Sobretudo para aqueles moradores que não mais convivem em “pedaços tranqüilos”, onde a ordem deixou de ser mantida como um valor importante, a questão do respeito surge como um tema relevante. Lançando mão do passado, mais uma vez, estes moradores acionam suas lembranças para ressaltar aspectos vividos no presente. A maioria dos entrevistados relatou que, há anos atrás, havia um grande respeito, sobretudo dos mais jovens em relação aos mais velhos. A história abaixo ilustra bem uma época em que a privacidade e as regras de convivência eram mais respeitadas pelos jovens:

“Eu morava numa rua que tinha um usuário [de drogas] . Quando ele começava a ouvir rádio alto, de madrugada, eu dizia ‘fulano, abaixe o rádio que você está me atrapalhando’, e ele respondia imediatamente ‘sim senhora, Dona Eliana!’” (Eliana).

Outra questão apontada por alguns de nossos entrevistados com relação ao uso de drogas em tempos anteriores foi o respeito aos não-usuários.

“Eu mesma sempre me dei [relacionei] com quem tinha envolvimento e com quem não tinha. E nunca ninguém me ofereceu, nunca!” (Mariana).

Segundo a moradora, todos se conheciam e se relacionavam, pois eram vizinhos, mas o consumo de drogas era velado, uma espécie de tabu. Além de não ser algo facilmente visto, raramente era um assunto comentado ou mesmo conhecido mais diretamente pelos moradores de Vila Kennedy. Destacam os informantes que, muito diferente dos dias atuais, os usuários de drogas mantinham suas práticas longe dos olhos daqueles que não possuíam envolvimento com o tráfico. Hoje – dizem – não há mais respeito, pois como nos ressaltou Walter, morador da área da segunda gleba: “Eles hoje fumam na porta da casa da gente”. Contudo, vale notar que esta mudança foi experimentada por toda a cidade, não sendo uma especificidade de Vila Kennedy (cf. Machado da Silva (org), 2007).

2.4 “Na briga, na luta”⁵⁶: as lideranças políticas e o papel da Igreja Católica em Vila Kennedy

A relação entre política e religião em Vila Kennedy não constituía, inicialmente, um ponto de interesse para minha pesquisa. Contudo, à medida que o trabalho de campo avançava, as entrevistas revelavam que a história dos movimentos populares na região, entrelaçava (sobretudo até fins dos anos 80) atividades políticas à atuação da Igreja Católica em Vila Kennedy. Eu chegara ao campo através de contatos ligados à paróquia local, a Santo Cristo Operário, e ao iniciar minha rede de informantes, logo pude constatar que Vila Kennedy foi, durante aproximadamente duas décadas, um grande pólo gerador de lideranças políticas, ligadas sobretudo ao Partido dos Trabalhadores (PT), que possuíam vinculação com a Igreja Católica.

Os relatos dos entrevistados se somaram às minhas referências pessoais sobre a relação e a mútua influência Núcleo do PT de Vila Kennedy e o Núcleo do PT de Anchieta⁵⁷. Personagens, que antes apenas conhecia através das histórias contadas por familiares ligados a este partido em meu bairro, puderam contribuir diretamente com esta pesquisa, trazendo informações sobre a trajetória de Vila Kennedy no cenário político carioca das décadas de 70 e 80 que incorporarei à análise que segue. Vale ressaltar que minha rede de informantes, inicialmente formada por pessoas ligadas à Igreja Católica, foi expandindo-se para fora deste círculo, mas as referências ao papel da Igreja e do PT na região continuaram sendo ressaltadas por outros entrevistados, demonstrando que tal influência fez parte do cotidiano da região de maneira bastante acentuada durante muitos anos.

Em Vila Kennedy, a Paróquia Santo Cristo Operário surgiu na mesma época em que as primeiras famílias vieram habitar o conjunto. Durante muitos anos, a atuação dos chamados padres estrangeiros – dois deles italianos – teve uma relevância bastante significativa na vida religiosa e na formação de lideranças políticas.

⁵⁶ A expressão “na briga, na luta” foi utilizada por Eliana em sua entrevista. O sentido desta expressão foi capaz de traduzir o espírito político que envolvia as organizações de moradores em Vila Kennedy, bastante fortes e atuantes até os anos 80.

⁵⁷ Anchieta é um bairro do subúrbio do município do Rio de Janeiro, situado na zona norte e pertencente à XII R.A. (Região Administrativa).

“(...) eram padres muito bons, que evoluíam [os fiéis]. E a gente tinha a volta disso daí, de ele pregar, evangelizando, dizendo que Deus gosta do pobre ... a gente tinha o troco, a gente tinha várias lideranças que saíam da igreja. Muito bom mesmo” (Rui).

“Foi na época da ditadura, só que os padres estavam muito com a gente. Por trás, tinha eles orientando como fazer. As pessoas vieram jogadas pra cá, perdidas, sem saber como fazer. Essa coisa de formar o conselho de moradores surgiu da igreja, da orientação dos padres que estavam conosco ajudando dia-a-dia. Lá a gente fazia faixas, cartazes...” (Eliana).

O impacto do papel da Igreja Católica em Vila Kennedy não pode ser entendido se não conhecermos o contexto de profundas mudanças às quais a Igreja esteve exposta nas décadas de 60 e 70, após o Concílio Vaticano II (1962-1965). O Concílio Vaticano II pretendia:

“‘modernizar’ a Igreja com base num diagnóstico sociológico da situação religiosa no mundo, que indicava a secularização crescente da sociedade e do Estado. Foi considerado necessário renovar o catolicismo tradicional na América Latina, que parecia condenado ao declínio no contexto das tendências secularizantes mais amplas” (Birman & Leite, 2002: 330).

Na América Latina, sobretudo após as conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), esta renovação do catolicismo tradicional articulou-se à luta contra a injustiça social e estimulava a participação popular nas mudanças necessárias ao continente. Para tanto, este segmento da igreja, alinhado aos conceitos da então denominada Teologia da Libertação⁵⁸, procurava criar ambientes de reflexão crítica, onde seus participantes (leigos e clérigos) sentiam-se estimulados a pensar sobre a realidade que os circundava. Muitos de nossos entrevistados se auto-declararam “formados” pela Igreja Católica nesse período. Foi o caso de Márcio que ressaltou ter conhecido “outras perspectivas” através da Igreja Católica:

“Eu comecei muito cedo na Igreja, com uns onze anos. Naquela época, nós tínhamos contato com padres estrangeiros, pessoas muito críticas, estudiosas, que fomentavam a nossa crítica em relação à sociedade. A Igreja me abriu certas perspectivas e me ofereceu uma bagagem de formação teórica muito, muito importante” (Márcio).

O ideal de Igreja Libertadora estava fundamentado na organização de pessoas que, através das chamadas “comunidades eclesiais de base” (CEBs)⁵⁹, desenvolvessem uma prática na qual a:

⁵⁸ A partir do Concílio Vaticano II, percebeu-se uma valorização do compromisso social de padres e bispos latino-americanos. A Igreja Católica no Brasil, então, tornou-se fortemente engajada na luta política contra a injustiça social e a favor dos direitos humanos. Esta luta encontrou, sob a bandeira da Teologia da Libertação, sua essência: a de reafirmar os princípios básicos da igreja no compromisso com os oprimidos e a libertação da América Latina. Para maiores informações sobre a Teologia da Libertação, conferir Birman & Leite (2002), Betto (1981), Libanio (1986).

⁵⁹ Sobre as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ver Betto (1981).

“(...) participação religiosa tomaria a forma de discussão de problemas sociais, dando concretude terrena ao horizonte utópico do Reino dos Céus (...) A nova Igreja participativa teria sua realização num país de justiça social” (Birman & Leite, *Id Ibid*).

Mas para que a Igreja pudesse participar efetivamente do processo do que se acreditava ser a “libertação” do povo latino-americano, seria necessário que ela estivesse “(...) comprometida com as classes populares, o que implica em ruptura com os interesses e privilégios das classes dominantes” (Betto, 1981: 12).

Naquele contexto, muitos homens e mulheres, de diferentes idades, passaram a partilhar dos mesmos ideais e práticas difundidos pela Teologia da Libertação. Em Vila Kennedy, esta junção entre vida religiosa, reflexão da realidade e ação prática (através de movimentos populares organizados) foi muito importante para o alcance de conquistas coletivas, como a resolução do problema das enchentes que assolaram durante quase duas décadas a área formada pela primeira e terceira glebas.

Mas o caráter individual desta nova forma de experimentar a prática e as crenças religiosas também foi muito ressaltado por nossos entrevistados. Através da Igreja Católica, eles iniciaram suas jornadas em organizações e movimentos populares e tiveram suas “visões de mundo” modificadas.

“Quando eu cheguei aqui, achei tudo muito esquisitinho... achava feio, aquele valão cheio de mato em volta... e só. Quando tive minha filha e precisei procurar a Igreja para batizar é que eu comecei a me envolver (...) Eu era muito tímida. Comecei a conhecer as pessoas na Igreja (...) A partir do estudo da nossa realidade, o que fazer, o que a Vila Kennedy está precisando é que começou a nossa luta” (Eliana).

“Eu tiro por mim, porque às vezes você dá valor, em um determinado período da sua vida [juventude], a uma coisa muito mais coletiva. Nós tínhamos uma paróquia na nossa comunidade, onde pessoas vinham quase sem cidadania. E como foi o despertar desta cidadania num *bairro* popular? (...) Tem momentos que você tem que abrir mão desse coletivo pra você se dedicar um pouco a você, se não você não vai pra frente, você não caminha” (Ronaldo).

A entrevista de Eliana revela uma história que ilustra bem o poder desta mudança tanto individual como coletivamente. Segundo a moradora, ao chegar em Vila Kennedy, em 1969, seu olhar com relação à realidade que a cercava, embora desgostoso com o mesmo, não suscitava nenhum tipo de preocupação social. A partir do envolvimento com a Igreja, a visão de moradores como Eliana foi ampliada, gerando mudanças comportamentais que resultaram em luta e ação política. A própria informante nos relatou que, antes de participar

das discussões propostas pela igreja, através dos círculos bíblicos ⁶⁰e das atividades pastorais, sua vida estava limitada aos cuidados com a casa, o marido e os filhos. A nova perspectiva trazida pela mobilização social e pela luta política abriu novas portas para muitos moradores em Vila Kennedy.

Para moradores como Ronaldo, o envolvimento com as atividades da Igreja Católica também teve grande importância para sua vida e para sua formação cidadã. Diferente de Eliana, já casada e com filhos, este entrevistado iniciou sua relação com a Igreja Católica ainda muito jovem. Embora não tenha expressado diretamente arrependimento com relação ao envolvimento dedicado às atividades comunitárias durante sua juventude, o morador fez questão de ressaltar que a escolha feita à época (em prol do coletivo) exigiu abdicar em vários outros setores de sua vida pessoal. As atividades pastorais⁶¹ e comunitárias ocupavam boa parte do tempo das pessoas envolvidas, contou o entrevistado. Até os estudos, de certa forma, foram deixados em segundo plano por Ronaldo, que avaliou ser o envolvimento com as atividades da Igreja uma marcante experiência para boa parte dos jovens de sua geração.

Ao indicar que às vezes é necessário “abrir mão desse coletivo”, o morador fez também uma espécie de avaliação de sua vivência na juventude contrapondo os valores que parecem representar práticas referentes ao passado (expresso através das ações e preocupações voltadas ao bem-estar comum, ou seja, ao coletivo) e aos valores do presente (expressos pelo individualismo pautado pelas ações de curto prazo e voltadas ao resultado imediato). Mais uma vez, passado e presente se fundem nas lembranças de nossos informantes, recuperando o vivido e atualizando as experiências cotidianas.

⁶⁰ Segundo Betto (1981), os “círculos bíblicos” são um subsídio metodológico utilizado por muitas comunidades. Através deles, são utilizados folhetos em linguagem popular – linguagem visual e não conceitual, concreta e não abstrata, como parábolas do evangelho – onde fatos da vida são comparados aos da Bíblia. Sem perder sua dimensão transcendente, a fé do grupo torna transparente a realidade em que se vive. Em outras palavras, passa-se a entender o caráter relativo do *status quo*, a dimensão histórica da vida, e a busca das verdadeiras raízes dos males sociais

⁶¹ A ação pastoral da Igreja Católica no período indicado revela a preocupação com o *agir* da igreja no mundo. Esta ação foi modificada de uma atividade clerical de “tutela e ensinamento das ovelhas” para um trabalho mais personalizado com a população, ou seja, de uma ação também própria do leigo. Para maiores informações sobre o que é pastoral, conferir Libanio (1986).

No passado, as discussões sobre a realidade local se somavam a um trabalho de conscientização popular sobre as condições nas quais os moradores foram removidos para o conjunto. Segundo nossos entrevistados, o trabalho realizado através dos círculos bíblicos foi um dos canais de discussão mais utilizados para a ativação do pensamento crítico na reflexão sobre a realidade local. Como relataram os moradores:

“As pessoas vieram jogadas pra cá, perdidas, sem saber como fazer. Mas os padres estavam muito junto com a gente. Por traz, tinha eles orientando como fazer” (Eliana).

“(...) começou-se o trabalho do círculo bíblico, onde se falava que ‘você vieram pra cá, mas isso não foi de graça não, simplesmente tiraram vocês’. De fato, aqueles que moravam na favela, de qualquer jeito iam sair” (Ronaldo).

Foi na década de 70, durante a ditadura militar, que a Teologia da Libertação expandiu sua ação inovadora na forma de inúmeras CEBs. Nesta mesma época, importantes membros da Igreja Católica começaram a unir-se aos movimentos de resistência política. De acordo com Birman & Leite (2002):

“A Igreja Católica era praticamente a única voz pública que podia ser ouvida e a única instituição que, embora ameaçada, não era atacada diretamente pelos militares”.

Acrescenta Betto (1981):

“Ao suprimir os canais de participação popular, o regime militar fez com que esse mesmo povo buscasse em novo espaço para se organizar. Esse espaço foi encontrado na Igreja, única instituição do país que, por sua índole histórica, escapa ao controle direto dos poderes públicos. Os militares não tinham como decretar a destituição de D. Paulo Evaristo Arns, como arcebispo de São Paulo, nem podiam nomear um general da reserva para presidir a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nas demais instituições brasileiras, não havia nenhum empecilho para que isto fosse feito. Por outro lado, a renovação da Igreja, iniciada com o Vaticano II e levada a efeito na América Latina a partir da reunião de Medellín, em 1968, fez com que a hierarquia eclesial se aproximasse sempre mais das classes populares, das quais o Estado se encontrava cada vez mais distanciado. A Igreja passou a ser ‘a voz dos que não têm voz’ (...)” (Betto, 1981: 21-22).

Em uma época em que as perseguições eram constantes àqueles que insistiam em criticar os militares, a Igreja mantinha-se ao lado do povo, orientando suas ações de organização e luta coletiva.

“A Igreja foi muito atuante. Havia perseguições naquela época, mas as pessoas eram estimuladas a desenvolver um senso crítico sobre a sociedade. Foi sendo fortalecida a mentalidade de se realizarem encontros e entender esta estrutura que estava aí e gerava tantas desigualdades” (Sérgio).

Esta talvez tenha sido uma das maiores contribuições da Igreja no cenário nacional durante a ditadura: conseguir criar frentes de resistência e auxiliar no fomento à crítica do regime autoritário que se instaurou:

“(...) sob o signo do Medo. Medo de que as desigualdades fossem questionadas por um processo de redistribuição de renda e de poder” (Reis, 2000: 73).

Embora extremamente atuante esta linha da Igreja Católica também sentiu sinais de desgaste após alguns anos. Mesmo que a idéia revolucionária de transformar o país através da intervenção político-religiosa não tenha sido abandonada por completo, certamente perdeu boa parte de seu poder atrativo a partir de fins dos anos 80. E este movimento de enfraquecimento, obviamente também foi sentido em Vila Kennedy, quando tendências mais conservadoras passaram a ganhar maior força dentro da Igreja Católica brasileira.

“Aqui dentro não tem mais esse apoio. No início, você tinha todo o apoio para essa questão. Hoje, a Igreja está voltada só para a oração, para entregar tudo para Deus, que Ele resolve. As pessoas não estão sendo trabalhadas, não estão recebendo formação para ir à luta. Porque nós tivemos conquistas!” (Eliana).

A organização popular em Vila Kennedy se fez presente através das atividades promovidas pela Igreja, mas que também se expressavam nas ações de luta por melhorias locais concentradas em associações como o Conselho de Moradores. Segundo o Rui, ex-presidente do referido conselho, essa foi a única associação existente em Vila Kennedy durante muitos anos e seu funcionamento estava baseado na eleição bienal de um presidente e de representantes de rua.

Para alguns de nossos entrevistados, até os anos 80 as ações do Conselho eram bastante valorizadas. A formação de comissões responsáveis pela discussão de problemas específicos da região ajudava o Conselho de Moradores a se organizar e a buscar soluções coletivas para as dificuldades encontradas nas áreas de educação, transporte e saúde, por exemplo. Os protestos populares por melhorias no abastecimento de água e no sistema de drenagem em Vila Kennedy eram uma constante.

“Essa coisa de formar o Conselho de Moradores surgiu da Igreja, da orientação dos padres que estavam conosco no dia-a-dia (...) Foram muitos anos de caminhada. Ficávamos de madrugada, na chuva, esperando conseguir uma audiência para falarmos sobre o problema da enchente (...) Depois de muita luta, conseguimos fazer com que a obra saísse do jeito que nós, moradores, queríamos” (Eliana).

Após vários anos de luta, conquistas importantes foram alcançadas, inclusive com relação ao posto de saúde local e à creche comunitária. Contudo, tal como ocorreu com a Igreja Libertadora, esta forma de associativismo perdeu sua força original, caindo em um processo vertiginoso de enfraquecimento. A

decepção com as mudanças verificadas revelada pelos entrevistados indica que, mais do que o funcionamento do posto e da creche, mudaram as estruturas e a forma de organização popular na região. Muitos dos moradores antes envolvidos nos processos de luta por melhorias locais não reconhecem nos dias atuais o mesmo tipo de ideal que os motivava a se organizarem.

Em um cenário de tantas mudanças, também o Conselho de Moradores se modificou. Para os entrevistados, a atuação do Conselho naquele período de mobilização e organização populares, era muito diferente do que é hoje. Atualmente, há dezenas de associações de moradores em Vila Kennedy e a antiga forma de eleição do Conselho de Moradores não é mais uma prática valorizada.

“(...) quando o morador precisava de alguma coisa, ele tinha que procurar a associação, e a associação ia buscar, as coisas valiam. Mas quando o governador começou a ceder, sem presidente, sem nada, aí começou a enfraquecer” (Rui).

Embora tal periodização tenha sido especificamente relatada por Rui (que possivelmente romantiza a atuação do Conselho de Moradores, não ressaltando a ação das demais lideranças que se organizavam em comissões, por exemplo), outros entrevistados convergiam em suas colocações na avaliação de que antigamente, em Vila Kennedy, havia maior mobilização e maior organização social em busca de melhorias coletivas.

Capítulo 3 E A FAVELA, ONDE FICA?

No capítulo anterior, o passado de Vila Kennedy foi analisado a partir das representações dos entrevistados que, acionando suas lembranças sobre uma “Vila de outros tempos”, também falaram sobre suas vidas no presente. Imprescindível agora será conhecer e refletir sobre as representações destes moradores sobre Vila Kennedy e como dialogam com a imagem desta como uma espécie de “favela violenta”.

Esta se constituiria em uma imagem difundida pela mídia e, de maneira geral, compartilhada por muitos habitantes de uma cidade que, considerada violenta, apresenta problemas históricos relacionados à segurança pública. As informações das quais dispunha sobre Vila Kennedy, antes de minha entrada no campo, como já apontado, eram muito semelhantes às do senso-comum, além de bastante influenciadas pelas notícias de jornal que, quase sempre, associam o local a episódios como prisões de traficantes e invasões de grupos de traficantes rivais. A seguir, alguns exemplos de notícias desta natureza:

Líder do tráfico na Vila Kennedy morre em confronto com a polícia

Celso Brito

Rio - Um homem morreu e outros dois foram presos na noite desta sexta-feira durante uma perseguição e troca de tiros com policiais do 21º BPM (São João de Meriti), em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. O homem morto, identificado como Paulo Luiz de Souza, vulgo Chuck, de 37 anos, foi apontado como um dos líderes do tráfico da Vila Kennedy, na Zona Oeste do Rio. [grifo meu]

Fonte: Jornal O DIA

Data: 23/2/2008

Apreendida espada do Exército e maconha na Vila Kennedy

Policiais militares do 14º BPM (Bangu) apreenderam três tabletes de maconha prensada e uma espada com o brasão do Exército brasileiro, na favela da Vila Kennedy, em Bangu, na Zona Oeste do Rio, no início da tarde desta sexta-feira. Os PMs chegaram a uma casa onde o material foi encontrado após receber informação anônima. No local havia também grande quantidade de maconha embalada em trouxinhas e farto material para embalar a droga. Não houve confronto com traficantes. [grifo meu]

Fonte: ocorrências policiais.blogspot.com PMERJ

Data: 05/01/08

Bandido invade favela na Vila Kennedy para tomar ponto de drogas

Ernani Alves

Rio – Cerca de 40 bandidos da favela da Coréia, em Senador Câmara, invadiram na madrugada desta 2ª, a favela da Malvina, na Vila Kennedy, na zona oeste do Rio de Janeiro, com o objetivo de tomar os pontos de venda de drogas.

Houve intenso tiroteio e vários moradores teriam sido baleados, de acordo com informações do 14º Batalhão da Polícia Militar (Bangu).

Há suspeitas de uma garota de 16 anos ter sido atingida e morta. Ainda de acordo com PMs, os traficantes da favela da Coréia estão armados com fuzis AK-47. PMs foram acionados e cercaram a favela da Malvina. Os baleados estão sendo levados para o hospital Albert Schweitzer, em Realengo.
[grifo meu]
Fonte: Portal Terra
Data: 07/01/08

Diante deste cenário urbano conflituoso e violento, é possível afirmar que a imagem negativa de muitas localidades na cidade do Rio de Janeiro, em geral, tem sido diretamente associada à presença do trinômio *favela-tráfico de drogas-violência*. De acordo com nossa hipótese central, tal relação seria, em paralelo com a “marca” deixada pelos primeiros moradores removidos de favelas, a base das representações dos moradores de Vila Kennedy para explicar a imagem negativizada do local nos dias atuais.

Assim, compreender quais as representações dos moradores sobre Vila Kennedy será o objetivo deste capítulo.

3.1 As primeiras conversas com os moradores: explorando o campo

Minha primeira entrevistada, Vilma, foi uma moradora de aproximadamente quarenta e cinco anos que nasceu em Vila Kennedy sempre residiu na região. A dona-de-casa aceitou conversar comigo, mas, alegando ter horário para buscar os filhos no colégio, forneceu informações bastante breves.

Indagada sobre como sua família havia ido morar em Vila Kennedy e como era morar lá, contou que seus pais haviam vindo do Esqueleto, afirmando: “Eu gosto. Não tenho nada a falar (...) tem tudo perto, condução, comércio”. E prosseguiu acrescentando: “*Tranquilo* nenhum lugar é, mas (...) hoje em dia nenhum lugar é tranquilo.” A moradora não teceu maiores comentários sobre a *intranquilidade* do local, nem tampouco a associou diretamente à violência ou fez qualquer menção à existência de tráfico de drogas, mas a categoria “tranquilo” levou-me a considerar a existência de elementos perturbadores da ordem social, sobretudo relacionados à segurança coletiva. Seriam esses elementos associados à presença de favelas, como a Metral?

Embora estivesse interessada em saber se a proximidade de uma favela era um elemento definidor da construção social do espaço de Vila Kennedy, observei que a ausência de qualquer referência à existência da Metral poderia ser um dado relevante. Optei, então, por saber sobre o que havia de positivo em Vila Kennedy e a resposta da Vilma acabou por ressaltar aspectos positivos relacionados à importância de se conviver há muito tempo entre vizinhos conhecidos:

“Depois de quarenta anos, a gente já conhece todo mundo. Eu não sou muito de sair de casa à noite, mas não tenho o que falar (...) Minha mãe conhece todos os vizinhos, que vieram do mesmo jeito. A gente conhece todo mundo de muito tempo” (Vilma)

A valorização da boa relação estabelecida com uma vizinhança antiga, foi mencionada posteriormente por vários outros moradores, como analisado no capítulo 2, indicando que este é um critério positivo na avaliação do local de moradia em Vila Kennedy. Deve-se considerar, contudo, que Vilma reside em uma área ainda formada essencialmente por moradores contemporâneos à inauguração do conjunto. O que não significa afirmar que o mesmo seria necessariamente observado em outras localidades, devido à mudança no perfil populacional de Vila Kennedy ao longo de quatro décadas de existência.

A informação concedida pela entrevistada sobre o hábito de não sair com frequência à noite indicou, já no início do trabalho de campo, que, como em outras regiões da cidade, a sensação de insegurança e risco também é experimentada em Vila Kennedy, levando alguns moradores a se recolherem em suas casas – ou a limitarem seus deslocamentos em áreas próximas às suas residências ou às de conhecidos no horário noturno. Mais uma vez coube a pergunta: que fatores contribuem para esta limitação? Seriam fatores relacionados à insegurança na região? Caso sim, que elementos gerariam tal sentimento de insegurança e intranquilidade em Vila Kennedy?

Tentei explorar na entrevista o que havia de negativo na região. Contudo, a moradora, mais uma vez, fixou-se nos aspectos positivos, deixando transparecer apenas a insatisfação quanto à precariedade dos serviços de saúde:

“Aqui tem tudo ... comércio. Só não tem um hospital decente. A gente tem que ir para aquele *matadouro*⁶² lá de Campo Grande. Tem posto [de saúde] aqui, mas não é hospital, sabe?” (Vilma).

A valorização da diversidade de estabelecimentos comerciais remonta à comparação com uma época em que a região convivia com grandes dificuldades de abastecimento. Apenas os serviços de saúde foram ressaltados pela moradora como um aspecto deficitário, reforçando-nos o entendimento de que muitos outros pontos (positivos e negativos) poderiam ser apontados, mas que, naquela ocasião, não vieram à tona.

Ao ser perguntada sobre a possibilidade de sair de Vila Kennedy, Vilma, após uma breve pausa, demonstrou certa surpresa com a questão e respondeu: “Outro lugar? Ah! Se eu fosse, seria para a Região dos Lagos, sabe? (...) Pra descansar.”

Meu segundo entrevistado foi um senhor que aparentava aproximadamente sessenta anos de idade e estava sentado bem próximo ao banco em que eu fazia minhas anotações. Embora fosse morador recente em Vila Kennedy, Robson, um ex-chefe de portaria aposentado, havia morado em outras regiões do município do Rio de Janeiro e também da Baixada Fluminense, podendo assim fornecer interessantes comparações entre as áreas de antiga residência (Nilópolis, Mesquita, Barros Filho e Guadalupe) e Vila Kennedy. Morador do conjunto há cerca de dez anos, meu informante relatou que veio morar em Vila Kennedy por: “Coincidência. Eu estou com uma pessoa e nós estávamos procurando casa, aí apareceu uma casa e nós viemos morar aqui.” E prosseguiu, relatando como era a vida em Vila Kennedy:

“Não tenho o que dizer do *bairro*. Onde eu morava, às sete horas estava tudo fechado. Aqui? Melhor lugar (...) comércio, lazer para as crianças, tem aquele pula-pula aqui na praça. Só faltava um banco. Escola, tem muitas; só posto [de saúde] vinte e quatro horas não tem, se a gente passa mal, tem que enfrentar o *matadouro*” (Robson).

Em suas considerações, o Robson afirmou haver um sistema de transporte satisfatório na região, mas ressaltou que o mesmo apresenta precariedades no trajeto ao Centro da Cidade:

“Condução é boa, só não temos linha para a Cidade. Os ônibus já vêm de Santa Cruz lotados. Se vem um vazio, depois vêm outros três cheios” (Robson).

Enquanto a primeira entrevistada demonstrou alguma insegurança ao dizer que atualmente nenhum lugar é tranquilo, mas que embora não costume

⁶² A moradora referiu-se a um hospital da rede pública situado na zona oeste, mas não se lembrou do nome do mesmo.

sair à noite, não tem o que “falar”, o segundo entrevistado mostrou-se bastante à vontade com relação ao fato de transitar à noite, embora não tenha entrado em detalhes sobre o fato de esta tranqüilidade ser experimentada em qualquer área de Vila Kennedy.

Sobre a relação com a vizinhança, o morador deixou clara a escolha por manter distância com a mesma. Sua convivência resume-se à saudação diária, sem envolver demais atividades conjuntas.

“Vizinhos? É bom dia, boa tarde, cada um pro seu lado. Não ajuda nem atrapalha.”

Sobre suas atividades de lazer, Robson esclareceu:

“Minha amizade é no botequim, na 6ª feira. Não bebo durante a semana. Prefiro beber aqui “em cima”⁶³; pego a minha mesinha e bebo tranqüilo”.

A falta de proximidade de Robson com a vizinhança pode estar relacionada ao tempo de moradia do mesmo em Vila Kennedy, ou mais especificamente, à forma e os motivos pelos quais nosso informante foi residir na região. Indaguei-lhe, então se teria interesse em sair de Vila Kennedy. O morador concluiu:

“Sim. Sendo aqui pra *cima*, tá bom. Não tenho escolha. Se for aqui pra cima, prefiro ficar aqui. Só não quero morar na Cidade” (Robson).

A recusa em morar nas áreas do Centro causou-me estranheza e, ao tentar saber sobre seus motivos, Robson esclareceu:

“Na Cidade é tudo muito deserto de noite. Dá oito horas e começa a esvaziar. Aqui é movimentado de noite. Você pode sair duas horas da manhã que ninguém *mexe*” (Robson).

A informação teria diretamente a ver com a questão da violência na área – ou melhor, da sua negação, representada como “ninguém *mexe*”. Busquei, então, maiores informações sobre a possibilidade de os moradores saírem de madrugada sem temer por sua integridade física, ao que Robson comentou:

“Uma vez eu fui pegar número para a minha mulher no hospital. Saí duas horas da manhã. Fui, voltei e nada” (Robson).

Como este depoimento também privilegiava os aspectos positivos do viver naquela localidade, mais uma vez, decidi não “forçar” considerações que levassem em conta a presença da favela da Metral. E, assim, o entrevistado concluiu em tom filosófico: “Menina, quem faz o lugar é quem mora nele. Você é quem faz as amizades”.

⁶³ O uso da categoria “em cima”, é habitual entre os residentes da zona oeste e subúrbios – ou mesmo para moradores da Baixada Fluminense que usam termos como “descer” ou “lá em baixo”, quando querem comunicar uma ida a bairros do centro e da zona sul, e “subir” ou “lá em cima” para se referirem às suas áreas de moradia.

A terceira entrevista ocorreu em uma área da Praça Dolomitas com mesinhas e banquinhos que não contavam com o abrigo das frondosas árvores do local, mas próxima a uma das ruas que circunda a praça, quase em frente à calçada onde havia algumas lojas, um supermercado de pequeno porte e o posto policial. Após circular pela praça, avistei um senhor de aproximadamente setenta anos sentado e observando a movimentação dos transeuntes. Apresentei-me ao senhor que, um tanto surpreso com minha chegada, tentava disfarçar sua estranheza com a presença de uma estudante da UERJ que pesquisava sobre Vila Kennedy.

Walter, ex-operador de máquinas da Coca-Cola e atualmente aposentado, iniciou a entrevista com ares de desconfiança, mas aos poucos foi deixando transparecer a satisfação de ter suas experiências e sua trajetória de vida valorizadas, por alguém “de fora”. Segui meu roteiro, perguntando-lhe sobre o tempo de residência em Vila Kennedy, e ele se apressou em informar:

“Fui um dos primeiros fundadores desse *lado* de cá. O *lado* de lá é mais antigo. Isso tem mais de quarenta anos” (Walter).

Ao falar sobre sua área de moradia antes de ir para Vila Kennedy, o antigo morador contou viver em um parque proletário próximo ao Jacarezinho, área da Leopoldina. Sua vinda para o conjunto habitacional ocorreu de forma bastante comum à época:

“A gente fez inscrição pra cá, porque sabia que aqui tinha casas novas. Lá [parque proletário], a gente morava de favor; morava num barraco; depois invadimos um apartamento daquele governador o (...) Lacerda” (Walter).

A entrevista seguiu com minha abordagem sobre como era morar em Vila Kennedy na época em que o entrevistado havia se mudado para o conjunto. De posse de um discurso um tanto diferenciado com relação aos dos outros moradores, que fizeram mais considerações positivas do que propriamente negativas do local, Walter lançou mão de sua memória para destacar que “*O lugar já esteve bom.*” Incentivado a desenvolver suas considerações sobre o passado de Vila Kennedy, o morador pontuou, referindo-se às remoções da administração de Carlos Lacerda:

“Aqui sempre foi bom, mas o povo tinha medo de vim pra cá. Tudo quanto era favela tá *infiltrado* aqui”.

A categoria “infiltrado”, utilizada pelo entrevistado, demonstra o peso simbólico atribuído ao fato de Vila Kennedy ter sido projetada para abrigar os indesejáveis moradores de favelas. É interessante observar ainda que neste

trecho de seu depoimento, o recurso aos tempos verbais passado e presente não parece aleatório. Se, de um lado, sugere que, no passado, o medo do povo – isto é, daqueles que como ele próprio poderiam se inscrever para uma “casa nova” – devia-se ao estigma que recobria os favelados, de outro, indica que atualmente, o estigma de associa a dinâmicas reais, embora não correspondentes às originais de Vila Kennedy (“tudo quanto é favela tá infiltrado aqui”. Por isto, “o lugar já esteve bom”. E Walter explica:

“Aqui já foi bom, mas de uns tempos pra cá, teve esse negócio de matança, de tiro.” (Walter)

Pela primeira vez, um dos entrevistados se referia mais diretamente a ações violentas na localidade, resultando, inclusive em mortes e tiroteios capazes de ameaçar a ordem e a segurança da coletividade. Procurando não influenciar o relato do morador, optei por retomar o tema da violência mais adiante, deixando-o livre para “costurar” suas lembranças. Embora demonstrando certa dificuldade em precisar datas, o entrevistado prosseguiu:

“Isso tudo era laranjal. Hoje tem mercado, farmácia. O comércio melhorou muito”. (Walter)

Sobre o sistema de transportes no passado, disse Walter:

“Era muito, mas muito ruim. Tinha o 398, o 394, o 784 (...) 394 era o CTC⁶⁴, depois passou para a Continental⁶⁵. Hoje, quase não tem condução direto [para o Centro da Cidade]” (Walter).

Tentei retomar a informação que, de uns tempos para cá, os moradores passaram a conviver com tiros e mortes, para compreender a que causas nosso informante atribuía tal fato. Mas seu relato mudou de teor. O morador buscou associar o uso de maconha, por exemplo, à má criação dos jovens de hoje (“a juventude está muito sem limites”) e chegou inclusive a citar a própria formação de seus filhos, como prova de que a criação adequada afasta a possibilidade do uso de drogas ou envolvimento com delitos.

Outro aspecto negativo identificado pelo morador foi a estrutura sanitária do local: “A estrutura de esgoto é muito ruim, escorre no meio da rua.” Por outro lado, apontou o policiamento como algo bom para a localidade, ressaltando que, naquela praça:

“Em todo lugar há policiais e isso melhorou muito. Antes, aqui não se podia nem andar muito, porque tinha muito garoto fumando maconha” (Walter).

⁶⁴ A Companhia de Transportes Coletivos do Estado da Guanabara /CTC-GB foi criada em 1962. Doze anos depois, em 1974, a companhia transforma-se na Companhia de Transportes Coletivos do Estado do Rio de Janeiro/CTC-RJ.

⁶⁵ O entrevistado referiu-se à empresa de transportes coletivos Continental, que possui várias linhas de ônibus na Zona Oeste.

A referência à repressão policial revelou a existência de usuários de drogas que as consumiam em público, mas não evidenciou de maneira explícita a questão do tráfico na região, nem a relação entre a presença de traficantes e a existência de favelas próximas. Busquei pistas de como e quando o uso de drogas começou a fazer parte do cotidiano daquela área, e o morador, mais uma vez, não soube ou não quis estimar. Devo considerar, claro, que o fato de ser uma pessoa “de fora”, uma estranha que o abordara na praça possivelmente limitou seu depoimento.

Ao ser questionado sobre a vontade de permanecer ou não em Vila Kennedy, Walter afirmou ironicamente: “Dali não sai para mais lugar nenhum, só para o cemitério.” Possivelmente, o morador associa sua idade a um momento de poucas expectativas em relação ao futuro. Em comparação com muitos de seus antigos vizinhos, já falecidos, parece que o Walter vê-se destinado a morrer em Vila Kennedy. O que não pude captar naquele momento é se o tom irônico da fala do morador escondia de fato satisfação, comodismo ou insatisfação diante do fato de morar em vila Kennedy.

Embora a vizinhança tenha se modificado ao longo das décadas e os moradores tenham que conviver com o “desrespeito” daqueles que consomem drogas na porta de suas casas, por exemplo – como se queixou –, Walter sustentou que em Vila Kennedy, “com os moradores não se [os traficantes] ‘mexe’”. Mas o que significaria exatamente não “mexer” com os moradores? Que tipo de “regras de convivência” haveria compartilhadas em Vila Kennedy? A entrevista com o Sr. Valdecir não chegou a esclarecer tais questões, mas apontou possibilidades interessantes de investigação para o desenvolvimento do trabalho de campo.

Ao lado dos aspectos negativos vinculados ao “desrespeito” expresso pelo consumo de drogas, o entrevistado valorizou o tempo de moradia e a relação amistosa com os vizinhos contemporâneos à sua chegada como aspectos positivos: “Aqui eu gosto, conheço todo mundo. Não tem muita gente da minha época. Agora é tudo garoto novo”.

As três entrevistas iniciais apontaram para a seguinte questão comum: a maior exaltação de aspectos positivos e a sinalização de fatores negativos superficialmente associados à precariedade de serviços relacionados à saúde

e à infra-estrutura, bem como ao sistema de transportes. Com exceção da entrevista com Walter – muito voltada à comparação da realidade atual com um passado, em certa medida, idealizado -, os depoimentos coletados a partir das duas primeiras abordagens privilegiaram a valorização local. Não foram mencionadas ações de violência na região, nem tampouco favelas próximas que poderiam ser percebidas como um elemento gerador de episódios violentos ou mesmo de alteração da ordem.

As primeiras inserções no campo levantaram diversos questionamentos que pretendo desenvolver neste capítulo. Mas, gostaria de ressaltar que, ao chegar em Vila Kennedy, imaginava que os moradores, ao falarem do passado e do presente da localidade, introduziriam o tema da violência como um dos “divisores de águas”, associando-o à favela da Metral. Sua resistência em fazê-lo pode estar associada às seguintes hipóteses:

- 1ª – a escolha da Praça Dolomitas, por ser um local de grande circulação de moradores, pode ter possibilitado o contato com moradores que residem em áreas mais afastadas de favelas como a Metral, não encarando as mesmas como um “problema”;
- 2ª - identificada ainda como “de fora”, não consegui estabelecer um contato mais profundo com os moradores de Vila Kennedy, que rompesse seu silêncio ou resistência em falar sobre violência e tráfico de drogas;
- 3ª – a valorização local pode estar associada a memórias e representações acionadas diante para uma pessoa “de fora”.

Embora não tenham o objetivo de esgotar as discussões em torno do tema, as próximas partes que compõem o presente capítulo buscarão avançar nas análises sobre as representações dos moradores sobre a imagem negativa de Vila Kennedy na atualidade. Para tanto, serão levados em consideração os depoimentos obtidos pelas primeiras inserções no campo, sendo as lacunas deixadas pelas primeiras entrevistas importantes pistas para a análise, além de levantarem novas possibilidades para a pesquisa.

3.2 Bairro, conjunto e favela: as fronteiras simbólicas e a produção do espaço em Vila Kennedy

3.2.1 O lado de lá e o lado de cá: a Avenida Brasil como marco de divisão do território

Considerada oficialmente como sub-bairro de Bangu, Vila Kennedy situa-se na zona oeste da cidade do rio de Janeiro e está bem próxima a regiões bairros como Santíssimo e Realengo, sendo área de abrangência da XVII R.A – Região Administrativa (vide Anexos 5 e 6 Bairros e RA), segundo dados do Instituto Pereira Passos – IPP, da Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU.

Como mencionado anteriormente, o projeto do conjunto habitacional de Vila Kennedy contou com a construção de três grandes áreas, chamadas até hoje pelos antigos moradores de glebas, dispostas da seguinte maneira: a primeira gleba, localizada em área à margem esquerda da Avenida Brasil, sentido Centro, é a área onde se encontra a praça Miami que abriga a famosa réplica da Estátua da Liberdade; a segunda gleba, onde está localizada a praça Dolomitas, está situada em frente à primeira gleba, na margem direita da Avenida Brasil, sentido Zona Oeste; e a terceira gleba, localizada ao lado da primeira gleba, é a área onde está situada a Paróquia Santo Cristo Operário⁶⁶.

As três glebas foram construídas mais ou menos à mesma época, em meados da década de 60. Com recursos da Aliança para o Progresso, como ressaltado no capítulo 1, o conjunto foi erguido inicialmente com as casas embrião e seu projeto contava com serviços de infra-estrutura tais como: arreamento, abastecimento de água, esgotamento sanitário e pluvial e energia elétrica. Ao longo das décadas, muitas modificações estruturais foram sentidas por Vila Kennedy, dentre elas as visíveis transformações arquitetônicas expressas nas residências das três glebas. As pequenas casas embrião, compostas por um ou dois aposentos, um banheiro e uma cozinha, foram cedendo espaço a casas com dois e três pavimentos, fato que evidencia o aumento populacional de uma região que cresceu não só para os lados, mas também de maneira vertical.

⁶⁶ Vide mapa da região, no Anexo 3.



y que conserva
originais casas-
pertencente à
e 2008.

Figura 7 – O contraste das casas atuais com sua arquitetura modificada. Muitas residências dividem espaço com comércios. Casa situada em área da 3ª gleba.

Fotografia de Gizele Avena, em abril de 2008.

Mas, como visto no capítulo 2, nem tudo o que foi planejado no projeto original do conjunto passou para o plano da realidade imediata de seus primeiros moradores: as escolas só foram implantadas um ano após a inauguração; a única fábrica da região recusava-se a empregar moradores do local que não se livravam da má fama de favela (Azevedo, 1999). No entanto, após pouco mais de quatro décadas de existência, Vila Kennedy conta com alguns equipamentos públicos que atendem toda a região, dentre eles: escolas (públicas e privadas), posto de saúde, vila olímpica. Cabe ressaltar, que o presente estudo não pretende esgotar a discussão sobre as mudanças estruturais evidenciadas na região, mas apresentar de maneira sucinta algumas características de infra-estrutura observadas nas glebas que compõem Vila Kennedy, buscando situar o leitor no campo. A seguir, foto de uma escola municipal e do posto de saúde locais:



Figura 8 – Escola Municipal Jorge Zahrur, situada na segunda gleba. Fotografia de Gizele Avena, em abril de 2008.



Figura 9– Posto de Saúde Municipal Henrique Monat, situado na segunda gleba. Fotografia de Gizele Avena, em abril de 2008.

Segundo Capellão (1991), o projeto urbanístico destinado a Vila Kennedy previa para as três glebas algumas características estruturais bastante demarcadas. Em termos urbanísticos, a primeira gleba foi concebida nos “moldes tradicionais, com grandes ruas-corredor, casas em “fila-militar” e grande praça central, a praça Miami”. A segunda gleba seguiu o mesmo padrão da 1^a, sem inovações em termos de infra-estrutura, quadras e áreas de lazer; a diferença ficou por conta de maior área livre destinada a praças. Já a terceira gleba contou com características diferentes de planejamento e urbanização, representando uma tentativa de melhoria do que havia sido implantado nas anteriores. Tratou-se de um planejamento destinado a um pequeno número de moradias, que contava com uma área disponível que seria setoriada em área administrativa e de culto, área industrial, área educacional e cívica, parques e jardins e a área do canal.

Atualmente, muitas mudanças estruturais puderam ser observadas em Vila Kennedy, embora características, como tipo de arruamentos, tamanho dos lotes e alguns equipamentos públicos tenham se mantidas inalteradas. Na área que corresponde à segunda gleba, por exemplo, no entorno da Praça Dolomitas, a esmagadora maioria das casas não mais conserva sua arquitetura original, fato também observado nas demais glebas. Nesta gleba, há escolas públicas, uma vila olímpica, um posto de saúde e uma área em torno da Praça Dolomitas, composta por estabelecimentos comerciais (como sapatarias, *pet shops*, restaurantes *self service*, lojas de roupas, farmácias, supermercados, papelarias, locadoras de vídeo, bares, açougues, padarias etc). Bem em frente à Praça Dolomitas fica o elevador que permite a ligação entre os dois lados de Vila Kennedy através de um pequeno túnel por onde passam carros, motos e pedestres. Desta forma, é possível passar da segunda para as primeira e terceira glebas (e vice-versa) com facilidade, o que proporciona um fluxo bastante grande neste trecho.



Figura 10 - Passagem sentido Praça Dolomitas – Praça Miami, Vila Kennedy. Fotografia de Gizele Avena, em abril de 2008.

Outra característica observada nas glebas originais de Vila Kennedy, uma inovação não contemplada em seu projeto inicial, é a presença de portões nas pequenas e estreitas ruas – ou “vilas”, como chamadas por alguns moradores entrevistados. A existência desses portões em algumas ruas evidencia um fenômeno relativamente recente em nossa cidade que vem sendo associado a questões relacionadas com a privatização do espaço público e/ou com a violência. Mesmo em regiões pobres como Vila Kennedy, os portões poderiam

indicar a ocorrência de episódios de ameaça à propriedade e/ou à integridade física das pessoas. Embora não seja este o foco desta pesquisa, a existência deste elemento arquitetônico em algumas ruas pode oferecer pistas interessantes sobre o cotidiano local e a relação dos moradores com o território. Em uma região onde boa parte dos moradores ressalta não possuir problemas diretos com assaltos e furtos (como será melhor desenvolvido ao longo deste capítulo), cabe a interrogação sobre a existência de portões em algumas ruas.



Figura 11 – Rua na terceira gleba com portão que impossibilita o trânsito livre de qualquer pedestre ou a entrada de carros. Fotografia de Gizele Avena, em abril de 2008.

Nas três glebas, por onde circulam carros, motos e bicicletas, as ruas principais possuem maior largura, enquanto que as ruas secundárias são mais estreitas, assemelhando-se a vilas ou, de acordo com Capellão (1991), a ruas para pedestres. Em sua dissertação, esta autora ressalta que este tipo de rua mais estreita foi descrita por Carlos Nelson Ferreira dos Santos como “elemento urbanístico muito interessante. É uma rua privada, estreita, cuidada, e vigiada pelos interessados diretos, não precisa ter as dimensões e o tratamento das vias públicas” (Capellão, 1991: 34). Embora Carlos Nelson Ferreira dos Santos tenha analisado estas “vilas” em um outro contexto, cabe-nos a reflexão nos dias atuais: O que os “interessados diretos” (moradores) estariam “vigiando”? Ou melhor, a entrada de quê (ou de quem) estes portões pretendem evitar? Possíveis respostas a esta questão poderão ser encontradas nos itens seguintes.

Os nomes de algumas ruas em Vila Kennedy são bastante peculiares em se tratando de um conjunto cujo próprio nome homenageia um presidente norte-americano e que foi construído com boa parte dos recursos advindos da Aliança para o Progresso. Em várias partes da Vila, há ruas com nomes de países do terceiro mundo, tais como: Zâmbia, Etiópia, Gabão, Kenia, Tanganica, Congo, Togo, Adizabela, Moçambique, Gana etc, sugerindo uma aproximação com outros territórios de pobreza. Local “cheio de contrastes⁶⁷”, Vila Kennedy convive com cenas que lembram um passado de características rurais e um presente marcado pelo vai-e-vem de pedestres, carros, ônibus, motos etc.



Foto 12 – Uma antiga modalidade de venda: a carrocinha de verduras evidencia que a região ainda produz gêneros agrícolas. Fotografia de Gizele Avena, em abril de 2008.

3.2.2 Conjuntos planejados e ocupações desordenadas: o “complexo habitacional” de Vila Kennedy

Como vimos, Vila Kennedy nasceu na década de 60 como conjunto habitacional para trabalhadores de baixa renda que pudessem pagar por suas casas e aumentá-las com novos cômodos, caso desejassem. Erguido em uma área com características fortemente rurais, o conjunto foi planejado com a composição das três glebas. Entretanto, ao longo das décadas, a região não se

⁶⁷ A entrevistas de Mano ressaltou que Vila Kennedy, apesar de todos os problemas e dificuldades, possui interessantes paradoxos, como o fato de ser uma espécie de “celeiro” das artes, dos esportes e da política. Costurando passado e presente, o entrevistado apontou uma lista de nomes de ex-moradores da Vila que se tornaram importantes figuras do mundo dos esportes, da cena artística (música e teatro) e da política.

manteve circunscrita a tais áreas, pois em suas franjas foram surgindo novas áreas compostas por diferentes tipos de ocupação: legalizadas, como outros conjuntos, e as realizadas sem contar com permissão oficial, infra-estrutura e acesso a serviços formais, como as favelas.

Oficialmente, Vila Kennedy é identificada nos dias atuais como sub-bairro de Bangu. Contudo, são diversos os entendimentos sobre a região, quando recorremos às representações dos moradores entrevistados sobre a composição da região: “bairro”, “sub-bairro”, “conjunto habitacional”, “loteamento” e até “comunidade”. Mas como identificar Vila Kennedy após tantos anos de crescimento e transformações?

Delimitar a composição atual de Vila Kennedy não é algo tão fácil de ser realizado, pois compreender o que faz e o que não faz parte dos limites geográficos da Vila está muito além do que registram os mapas e os endereços postais; está nas representações dos moradores e na construção simbólica do espaço. Levando em consideração esta premissa, cabe ressaltar que, nesta parte da pesquisa, pretendo explorar as representações dos moradores sobre as áreas que compõem Vila Kennedy, tendo como base as entrevistas realizadas no campo. A partir da forma como os próprios entrevistados constroem o quebra-cabeça de áreas que compõe a região nos dias atuais, será possível perceber como os mesmos se relacionam com o território, quais áreas são vistas de forma positiva e quais são encaradas de forma negativa. Contudo, torna-se importante registrar que não pretendemos apresentar a totalidade de áreas surgidas após a construção das três glebas originais, e sim nos limitar àquelas destacadas nos relatos de nossos entrevistados.

Os dados sobre o crescimento de Vila Kennedy não são uma novidade. Um conhecido artigo sobre a região, publicado pela Revista Veja, em 1995, e intitulado “Feitiço da Vila”, já ressaltava:

“a Vila Kennedy cresce sem parar. Transbordou seus 95 hectares e 5000 casas originais. Tem até suas próprias favelas na periferia”
(Corrêa, 1995).

Vila Kennedy cresceu tanto para os lados – com novos conjuntos e favelas – quanto para cima, pois as antigas casas embrião cederam lugar a casas com dois e três pavimentos, nas quais usualmente vivem mais de uma família.

De acordo com as informações de nossos entrevistados, o crescimento territorial não se deu de maneira uniforme e nem é encarado por todos os

moradores da mesma forma. Vila Kennedy nasceu de suas três glebas originais como conjunto habitacional popular, tentou incorporar ares de “bairro modelo”⁶⁸, ganhou, com o passar dos anos, novos espaços como outros conjuntos habitacionais construídos por iniciativa governamental, e passou a também conviver com favelas e loteamentos irregulares. Este verdadeiro “complexo habitacional”, como denominou nosso entrevistado Márcio, é uma área repleta de paradoxos e especificidades, como outras regiões da cidade.

Começemos pelos conjuntos destacados pelos moradores: Quafá⁶⁹ e Malvinas⁷⁰. Nas entrevistas, eu solicitava que os mesmos falassem sobre as áreas que, após anos de crescimento e transformações, compõem a Vila Kennedy nos dias atuais, como tentativa de me situar geograficamente no território.

“[o crescimento territorial de Vila Kennedy] Criou muitas [áreas], criou *invasões* de terras houve muitas. Tem, de cabeça assim, tem umas quatro favelas que foi criada assim em volta da Vila Kennedy, fora a TELERJ que construiu o *Quafá*, e lá do outro lado também onde dá o nome de *Malvinas*, que foi criado um outro *conjunto* também foi habitacional pelo governo. Então, Vila Kennedy foi isso aí, cresceu com as favelas e cresceu com esses dois *conjuntos* aí que foi feito pelo próprio governo, que é o Quafá e o Malvina”. (Rui)

“Aqui com dez anos, aqui eles começaram dentro das áreas vazias a fazer moradias. Aqui em cima, ampliaram. A gente chama *conjunto das Malvinas*, do outro lado fizeram o *Quafá*, que naquela época se diziam que era tanto pra funcionários estaduais, como federais. E moradias bem melhores, moradias bem mais amplas. Os terrenos eram maiores, com todas estruturas. Então você vê que no caminhar de uma década as evoluções aconteciam não só aqui, mas nos bairros que circundam a gente”. (Pedro)

“Em volta [de Vila Kennedy] cresceu. Aquela parte de lá, *Quafá*, e o *Malvinas* era sítio. Aí depois eles fizeram isso aí pro pessoal que era polícia e TELERJ. Quem morava na Malvina e no Quafá... aqui não é Malvina, é Conjunto Sargento Miguel Filho, porque tem uma estrada que circula toda a Vila. Mas foi na época que os caminhões trouxeram as mudanças, foi na época da guerra das Malvinas. Aí todo mundo dizia, ‘moço, tá indo pras Malvinas?’ É porque tava indo pra guerra. A gente começava a rir quando os caminhões chegavam”. (Inês)

Para todos os entrevistados, tanto o conjunto das Malvinas quanto o do Quafá, foram fruto de iniciativas governamentais, sendo o segundo existente há mais de duas décadas e localizado ao lado da segunda gleba, onde fica a praça Dolomitas (à margem direita da Avenida Brasil, sentido Campo Grande).

⁶⁸ O termo “bairro modelo” foi utilizado pelo entrevistado Márcio, quando se referiu ao projeto ideológico que envolvia as ações governamentais em Vila Kennedy ainda nos primeiros anos de existência.

⁶⁹ Nenhum dos entrevistados soube apontar a origem do nome do Conjunto Quafá.

⁷⁰ O nome Malvinas foi, segundo os moradores entrevistados, dado ao novo conjunto em função do mesmo ter sido construído à época da guerra das Malvinas.

Já o conjunto das Malvinas situa-se nas proximidades da primeira gleba (à margem direita da Avenida Brasil, sentido Centro da Cidade).

Quafá e Malvinas foram vistos como ocupações legalizadas, construídas pelo governo e que, desde o surgimento, contaram com infra-estrutura e serviços formais. Ambos os conjuntos foram destinados a uma população com perfil sócio-econômico diferenciado, pois se tratavam de residências que seriam vendidas a um público composto por policiais e funcionários públicos. Assim, por mais que estes conjuntos possam ter conhecido mudanças em seu perfil populacional ao longo dos anos – questão não diretamente investigada nesta pesquisa –, é possível perceber que ainda hoje são percebidas por nossos informantes os qualificam como áreas que se diferenciam, sobretudo pela presença de uma infra-estrutura considerada boa e de uma população formada por residentes com melhor poder aquisitivo, daquela ocupada pelos primeiros moradores de Vila Kennedy.

“São próximos, dentro [de Vila Kennedy]. Um é aqui em cima [Malvinas] e outro [Quafá] é do outro lado. Eles se integram [a Vila Kennedy]. Não são lugares, vamos dizer, que nasceram através de *invasão*, não são áreas vendidas [como loteamentos clandestinos], foram ações de governo, na época em conjunto com a Caixa Econômica Federal, porque foram conjuntos planejados. Com o mesmo sistema de financiamento, com toda a estrutura, até melhor que a nossa. Tudo bem mais evoluído”. (Pedro)

A maioria de nossos entrevistados referiu-se aos dois conjuntos, fazendo considerações sobre o que são Quafá e Malvinas e como surgiram. Poucos, no entanto, explicaram as características de ambos a partir daquilo o que não seriam, ou seja, invasões (sinônimo para favelas). Neste caso, a preocupação com a distinção destas áreas, como absolutamente diferentes das favelas e loteamentos clandestinos, reforça a idéia de que alguns moradores evitam o quanto possível a associação das áreas pertencentes à Vila Kennedy com as favelas. Esta tentativa é acompanhada da valorização de áreas como o Quafá e Malvinas, destacando-se a “evolução” de aspectos relacionados ao planejamento e à infra-estrutura.

Ambos conjuntos foram percebidos por nossos informantes como áreas pertencentes à Vila Kennedy, mas muitos deles destacaram que o entendimento de boa parte dos moradores destas localidades não é o mesmo. A necessidade de diferenciação com relação à Vila Kennedy, através do

reforço à idéia de que residem em outra área, no conjunto do Quafá, por exemplo, foi observada em boa parte das entrevistas.

“A gente sempre brincou que *lá* era Quafá e *aqui* era Vila Kennedy, devido à confusão mesmo, o agito que é isso aqui. Aqui é completamente diferente de lá; lá é tranqüilo, tem silêncio o tempo todo (...)”. (Levi, ex-morador do conjunto do Quafá e atual residente de área próxima à Praça Dolomitas)

“Não existe rivalidade, mas alguns dizem ‘moro no Quafá, não na Vila Kennedy’ ou ‘eu moro nas Malvinas, não moro na Vila Kennedy’. Tem um pessoal que diz ‘vou lá fora’. Lá fora aonde? ‘Lá em Vila Kennedy’”. (Ronaldo)

“Olha, eles [moradores do Quafá] não falam que moram em Vila Kennedy, mas o mapa diz, fazer o quê? (Laís)

“O Quafá foi feito pra antigos funcionários da Telerj. Os funcionários vinham morar aqui. Aí era tipo um condomínio fechado pra eles; depois é que vieram outros moradores, mas lá é um poder aquisitivo maior. Por isso é que o pessoal fala que é ‘Quafácabana’. A gente brinca aqui dividindo ela [Vila Kennedy]: zona sul, zona norte, zona leste, zona oeste”. (Nara)

Como é essa divisão?

“Aqui a gente tá no centro. É uma brincadeira...” (Laís)

“A divisão se dá também pela classe social”. (Nara)

“Tem outro conjunto planejado também que é as Malvinas, também tem o pessoal de um poder aquisitivo também mais elevado, também já foi construído para pessoas certas”. (Laís)

Ou seja, uma área planejada para receber uma determinada população com um certo poder aquisitivo.

“Diferente da Vila Progresso: ‘vamos lotear!’. E aí, foi acontecendo, né, ‘vamos lotear’.” (Laís)

E aí tem essa divisão “zona norte, zona sul...” e isso tem também a ver com a diferença de poder aquisitivo.

“Isso no bairro salta os olhos”. (Nara)

Sobretudo o conjunto do Quafá, ressaltado como uma área ocupada por moradores com maior poder aquisitivo, foi apontado como o lugar onde, de maneira geral, seus moradores não se vêem como residentes de Vila Kennedy, e sim do Quafá. Interessante destacar que durante minhas primeiras inserções no campo, uma de minhas possíveis informantes afirmou não poder colaborar com a pesquisa, pois era moradora, há vinte e cinco anos, do Quafá e, por isto, não tinha conhecimento sobre a história de Vila Kennedy. A justificativa para a recusa de minha “quase informante” poderia ser tão somente uma preferência em não participar da pesquisa, mas também poderia revelar o entendimento de que o Quafá nada tem a ver com Vila Kennedy.

A questão econômica também foi bastante reforçada pelos entrevistados. Tanto Quafá quanto Malvinas foram áreas destinadas a moradores com poder aquisitivo mais elevado, podendo ser esta característica melhor observada através dos tipos de moradia (maiores e com elementos arquitetônicos mais valorizados, como janelas coloniais, segundo pavimento

com varanda, portões de madeira invernizada) e dos demais bens que seus residente possuem. Em minhas visitas a campo foi possível perceber, sobretudo no Quafá, e embora de maneira um tanto superficial, a diferença sócio-econômica existente. Contudo, a valorização das áreas citadas parece bem mais clara para os informantes.

Alguns dos entrevistados procuraram simplificar a questão sobre a não identificação de Vila Kennedy como área de moradia pelos residentes no conjunto Quafá, insistindo, por exemplo, na inexistência de “rivalidade” entre os moradores, ou mesmo através do cartesianismo da demarcação cartográfica (representado pela idéia de “mapa” e da divisão do território por “zonas”),. Entretanto, é possível perceber que as percepções sobre as áreas de moradia como indicando ou não pertencimento à Vila Kennedy são significativas. Para meus informantes, todas essas áreas são parte de Vila Kennedy, pois partem de uma espécie de princípio da pré-existência, ou seja, Vila Kennedy (composta pelas três glebas originais) surgiu primeiro e, desta forma, seria a principal referência da região para as áreas do entorno. A naturalização desta noção por parte dos entrevistados pode ser observada através da colocação de Ronaldo:

“Acho que é uma questão de endereçamento postal. Não existe um problema. Eles [moradores de áreas como o Quafá e Jardim do Éden] sabem que moram... Onde? Na Avenida Brasil. Mas na Avenida Brasil onde? Aí eles dizem Bangu, perto da Vila Kennedy. O pessoal vai falar que é *perto* da Vila Kennedy, mas não que é *na* Vila Kennedy. Mas se você for ver isso tudo aqui seria realmente Vila Kennedy. Não tem outra referência” (Ronaldo).

O mesmo conflito sobre o pertencimento ou não de áreas surgidas após a construção das três glebas originais de Vila Kennedy pode ser observado também com relação a moradores de outras áreas mais recentes do que os conjuntos Quafá e Malvinas, como o chamado Jardim do Éden – localidade situada nas proximidades da terceira gleba. Para um dos entrevistados, a área é “naturalmente” localizada em Vila Kennedy, dado seu posicionamento geográfico, entre áreas igualmente pertencentes à Vila Kennedy.

“O Jardim do Éden foi um loteamento que construíram também, mas foi loteamento e o pessoal foi construindo. Mas você saindo, você tá *dentro* da *comunidade* de Vila Kennedy. Eu disse para a Zélia, você mora na Vila Kennedy e ela disse ‘eu moro no Jardim do Éden, e é *Bangu*’. Eu falei: ‘Zélia, você tá falando isso pra mim?!’ Ela: ‘Não, tá registrado...’. Eu: ‘Zélia, isso aqui faz parte da Vila Kennedy’. Ela: ‘Não faz parte não senhor’. Ela falou com tanta seriedade, que na cabeça dela não fazia parte mesmo” (Ronaldo).

Embora meu foco de interesse não sejam as motivações que moradores de outras áreas, como o Jardim do Éden, possuem para expressar sua noção de pertencimento à Vila Kennedy, é interessante destacar o quão complexas são as representações em torno do tema. Vale ressaltar, igualmente, a influência exercida por Bangu a área.

Desde o surgimento de Vila Kennedy, Bangu tem sido uma importante referência para seus moradores, seja por sua tradição comercial, seja por sua capacidade de absorção de mão-de-obra. Segundo os entrevistados, muitos moradores de Vila Kennedy, ainda hoje informam residirem em Bangu como meio para conseguirem vagas no mercado de trabalho. Trata-se de uma estratégia para escapar à força do estigma que associa Vila Kennedy às favelas e ao tráfico de drogas e tentar assim a obtenção de emprego. Os entrevistados ressaltaram que muitos moradores mantêm suas referências a Bangu como tentativa de negar o pertencimento à Vila Kennedy. Vale notar, a este respeito, no depoimento do morador acima, que o próprio – talvez para polarizar com Zélia que negava seu pertencimento à Vila Kennedy – refere-se à área como uma “comunidade”, categoria usualmente reservada para designar favelas, sobretudo por seus próprios habitantes (cf Leite, 2007).

Por mais que o crescimento de Vila Kennedy seja hoje uma realidade da qual poucos possam duvidar, não há um consenso sobre o que a localidade seja exatamente. A diversidade de percepções sobre o que Vila Kennedy é nos dias atuais pode ser observada através do uso de diferentes categorias pelos entrevistados.

“O núcleo inicial de Vila Kennedy foi a primeira gleba, à beira da Avenida Brasil, perto do pé do morro. Com o passar do tempo, a segunda e a terceira glebas foram sendo construídas, mas Vila Kennedy cresceu para além disso, cresceu pros lados e criou seus *sub-bairros*, como Malvinas e Quafá. As ocupações periféricas, como Vila Progresso e Vila Metral, ajudaram a fazer de Vila Kennedy um complexo de habitações”. (Márcio)

“(...) eu na minha concepção se chamava, como eles chamavam, *conjunto popular habitacional*. Que hoje em dia nas sub-prefeituras... das regiões administrativas, o termo que eles usam é *sub-bairro*, ou *bairro adjacente*”. (Pedro)

“**O pessoal queria que isso aqui fosse uma cidade**”. (Inês)

“Não, cidade não, que queria que isso aqui fosse um *bairro*. Um bairro assim, Bangu, Vila Kennedy”. (Mariana)

“**Mas com tudo**”. (Inês)

“Eu boto *bairro* Vila Kennedy”. (Mariana)

“**Quando pergunta bairro eu escrevo Vila Kennedy, Bangu**”. (Inês)

Entre a aceitação da classificação formal como “sub-bairro” e o desejo de que a localidade venha a se tornar de fato um “bairro”, tal como Bangu, ou uma “cidade” as falas dos entrevistados revelam que a questão está longe de ser esgotada. Pelo contrário, ela é complexa e repleta de significados que variam de acordo com o foco escolhido pelo morador. Por um lado, pode-se perceber que, quando o foco é Vila Kennedy, a idéia de “bairro” é atrelada às regiões compostas pelas três glebas originais, sendo áreas como Malvinas e Quafá “sub-bairros” ligados à Vila Kennedy. Por outro, quando a base é a nomenclatura utilizada pelo poder público municipal, onde Bangu é o bairro referência, Vila Kennedy passa à condição de “sub-bairro” ou “bairro adjacente”.

Com relação às demais áreas que compõem Vila Kennedy, é possível observar que existe uma espécie de hierarquização conferida a áreas formais, como os conjuntos habitacionais Malvinas e Quafá, restando às localidades ocupadas através de processos não formais, como as favelas de Vila Progresso e Metral (entre outras), as noções mais recorrentes de “ocupações” ou “invasões”. As falas da maioria dos informantes remetem à complexa estrutura social que dá origem ao contínuo processo de construção (e reconstrução) de fronteiras simbólicas na localidade, pois, entre fronteiras e “pedaços”, adaptações e conflitos se entrelaçam numa disputa constante pela legitimidade do discurso. Afinal, quem define as fronteiras simbólicas de Vila Kennedy?

A noção de *fronteira*, aqui apresentada, não possui caráter permanente, mas sim mutável – ou “fluido” nas palavras de Leite (1999) –, indicando a diversidade dos limites estabelecidos por diferentes grupos de moradores residentes em uma mesma localidade, e dos entendimentos daqueles que vêm a questão de “fora”. A autora ressalta que o estabelecimento de fronteiras em uma determinada área não se submete às classificações formais estabelecidas pelos órgãos competentes na gestão do espaço, pois está ligado às dinâmicas sociais, aos projetos de seus atores e à co-relação de forças existente na localidade.

O processo de formação de fronteiras guarda relação direta com a *construção social dos espaços*, ou seja, com a existência de *microáreas* (Alvito, 2001) – ora em conflito, ora em situação de coexistência – dentro de uma

mesma área. Em seu texto, Alvito analisa as favelas cariocas como localidades de caráter heterogêneo, concordando com Anthony Leeds na recusa do uso da noção de *comunidade*. Para Leeds (1978), os chamados estudos de comunidades simplesmente importavam os métodos utilizados no estudo de “tribos” para outras realidades totalmente distintas. Embora meu objetivo não seja analisar Vila Kennedy como uma favela, o estudo de Alvito sobre as microáreas de uma região poderá auxiliar no entendimento sobre as concepções dos moradores acerca das distintas áreas (ou “pedaços”) que compõem o território.

Se, por um lado, Alvito preocupou-se em analisar o macro através da influência das organizações supralocais – como a polícia e o próprio tráfico de drogas – sobre a vida cotidiana da favela de Acari, por outro, não deixou de pensar o micro, representado pelos “pedacinhos”, como reflexo direto do processo de construção social do espaço. Onde pensava existir Acari, na verdade, era uma área composta por outras três localidades que, por sua vez, possuíam vários “pedacinhos”.

Para o autor, os “pedaços” que compõem uma localidade encerram em si:

“(…) uma rede de relações firmemente entrelaçadas, cujo ponto de partida é a vizinhança. Vizinhança num sentido bastante restrito: cada microárea compõem-se de algumas dezenas de casas e famílias” (Alvito, 2001: 196).

Ao utilizar a noção de “pedaço”, Alvito recorre à definição de Magnani, em seu livro “Festa no Pedaço – cultura popular e lazer na cidade”:

“aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade” (Magnani, 1984:138).

No caso de Vila Kennedy, além das três glebas iniciais, outros pedaços são indicados pelos informantes que os representam mais ou menos valorizados socialmente. Tanto os conjuntos quanto as favelas são entendidos como áreas pertencentes ou não à Vila Kennedy, dependendo do ponto de vista acessado. Assim, as distâncias nesta área não são pensadas a partir de uma lógica estritamente espacial, mas são carregadas de conteúdo simbólico. A distância simbólica pode ser muito significativa em uma localidade: um morador de uma microárea pode passar a vida sem circular em outros pedaços que compõem o local onde mora. É comum, por exemplo, haver referências a

outras áreas como “lá fora”, oferecendo-nos a dimensão de que se está tratando de um outro mundo.

Em Vila Kennedy, as referências de meus entrevistados a outras áreas muitas vezes foram acompanhadas de expressões como “lá” na favela, “no” Quafá ou “nas” Malvinas. A própria fala de um dos entrevistados sobre o entendimento dos moradores do Quafá em relação à Vila Kennedy (“Vou lá fora. Lá fora aonde? Em Vila Kennedy”, depoimento do morador Ronaldo) dá a idéia de algo que está distante, separado ou, em outras palavras, “lá fora”. São “mundos” que convivem em um mesmo perímetro geográfico, mas que não se interligam necessariamente. Duas de nossas entrevistadas chegaram a se indagar como é possível, em Vila Kennedy, haver tanta miséria e muitas pessoas nem se quer se darem conta disso.

A noção de *espaço*, com a qual estamos acostumados a operar cotidianamente, leva em consideração as definições oficiais em registros cartográficos que contêm a divisão de ruas, áreas, fronteiras físicas que separam estados, municípios etc. Como percebido através das colocações dos entrevistados, estamos acostumados a pensar o espaço sempre como algo físico, geograficamente delimitado. No entanto, este tipo de divisão longe está de ser o único existente, pois há um sem-números de possíveis visões e entendimentos sobre o que marca os limites de determinada região. Para além do *espaço físico*, temos que levar em consideração a existência de um espaço que é socialmente construído / elaborado, ou seja, de um *espaço social*. Para Bourdieu (1997), diferenças produzidas pela lógica histórica podem, falsamente, parecer ser originadas de uma ordem natural das coisas: basta pensarmos na idéia de “fronteira natural”. Este é um bom exemplo de como até os elementos naturais – como os rios, os penhascos, as montanhas etc – podem ser socialmente construídos ou mesmo utilizados nesta elaboração (social) do espaço.

A discussão que envolve os conceitos de *lugar*, *espaço físico* e *espaço social* representa elemento fundamental à minha proposta de análise. Assim, torna-se importante destacar que, segundo Bourdieu, o *lugar* pode ser definido como um:

“*espaço físico* onde um agente ou uma coisa encontra-se situado, tem lugar, existe. Quer dizer, seja como *localização*, seja, sob o ponto de

vista relacional, como *posição*, como graduação em uma ordem” (Bourdieu, 1997: 160).

Sobre a estreita relação entre *lugar*, *espaço físico* e *espaço social*, o autor ressalta que:

“Os agentes sociais que são constituídos como tais em e pela relação com um *espaço social* (ou melhor, com campos) e também as coisas na medida em que elas são apropriadas pelos agentes, portanto constituídas como propriedades, estão situadas num lugar do espaço social que se pode caracterizar por sua posição relativa pela relação com outros lugares (acima, abaixo, entre etc) e pela distância que o separa deles. Como o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais” (Bourdieu, *id ibid*).

Desta forma, o *espaço social* se manifesta em diferentes contextos sob a forma de oposições espaciais expressas no espaço habitado (ou apropriado), o qual funciona como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social.

As favelas – ou “ocupações”, como denominado por alguns de nossos entrevistados – e os loteamentos irregulares também estão inseridas neste contexto de construções (e reconstruções) do *espaço social*. Como afirmado anteriormente, Vila Kennedy, em seu processo de crescimento, passou a conviver com a existência de localidades originadas de ocupações que não contaram com respaldo legal.

“Ela [Vila Kennedy] cresceu, porque ela era um *conjunto*, hoje nós temos acho que sete *conjuntos*. Veio Vila Progresso, foi invasão, o nome não é *invasão*, é *posse*, Vila Metral, Pica-Pau, Alto Kennedy, Jardim do Edem”.

(...)

“Sem contar com o outro conjunto que é em cima da nossa casa. Assim, a minha filha casou, aí construiu em cima... Eu considero isso aí um novo *conjunto*, é uma nova população que está em cima das nossas residências”. (Eliana)

“O único lugar que se referia como *favela* era a Metral, porque o problema era o grande índice, hoje tem menos ou tem ainda, mas tá camuflado, era o despertar do marginal (...)”

“E lá também, essas duas regiões [favela da Metral e Nova Kennedy, ou favela da Perereca], também havia a necessidade de morar, os espaços foram ocupados. Eu me lembro que o pessoal *invadiu* a primeira vez, mas a justiça mandou sair e depois invadiram a segunda vez, se instalaram, construíram barracos e lugares para morar. A mesma coisa foi a outra, a Nova Kennedy, que o pessoal também chama de favela da Perereca, é a mesma situação (...)”

“Foi *invasão* [favela da Metral]. Era um sítio que não tava produzindo e o pessoal invadiu. Invadiram a primeira vez, aí a polícia conseguiu tirar, expulsou todas as famílias. Depois o pessoal foi voltando, invadindo aos poucos”.

“Acho que não [é recente], já tem mais de dez anos [Metral]. E a mesma coisa foi a Nova Kennedy, antigamente o pessoal chamava de Perereca. E a Metral ficou como Metral mesmo. O pessoal foi entrando, entrando e *invadiram* terras que pertenciam a sitiantes. No meio daquele grupo de pessoas tem pessoas boas e pessoas que não valem porcaria nenhuma. Aí pressionam, e deixam pra lá, “não vou esquentar a cabeça com aquilo não”.

“Essas áreas foram criadas assim, porque uma era a necessidade de morar, mas no meio disso aí tem aproveitadores.”

(...)

Mas essa região mais alta aqui de Vila Kennedy que você se referiu [Alto Kennedy], o cara loteou, sem infra-estrutura adequada...

“Nenhuma, nenhuma. Só dividiu os lotes, aí os moradores tiveram que fazer a parte de esgoto e água, do bairro de baixo, quer dizer da continuação da Vila Kennedy que é as Malvinas, através de canalização e bombas. Aí hoje, o pessoal no morro tem água através de bomba’. (Ronaldo)

“Não, [área] pobrezinha é a Castor de Andrade, quando chega na FIAT, olhando pra cima, mas agora ta tudo com tijolo as casas.

(Inês)

“Ah, Inês, é porque você não vai lá, tem casa de lona...” (Mariana)

“E o Quiabo, que invadiram”. (Inês)

“Invadiram não, Inês, os “meninos” que lotearem e deram”. (Mariana)

“Foi ‘dado’... É desse lado mesmo”. (Inês)

(...)

“É tudo Vila Kennedy [áreas pobres]”. (Mariana)

“Eu acho que aqui deve ter umas quinhentas mil pessoas”. (Inês)

“Eu acho que tem... Eu estava ouvindo que Vila Kennedy é maior que muitos municípios” (Mariana).

“Eu tava conversando outro dia, como pode na Vila ter situações tão diferentes? A gente entra numa *favela*, vê gente descalça, vai mais à frente vê um casarão. Tem classes sociais muito diferentes aqui em Vila Kennedy. Como tem gente que anda bem vestido, com dinheiro, carrão do ano, aí olha pro lado e vê as crianças descalças catando xepa da feira?” (Nara)

“Esse lado econômico também é bem curioso. Tem pessoas abaixo da miséria. Leandro e eu fazíamos parte de um grupo social e a gente visitava essas pessoas e via coisas horríveis. Mas de todas o que mais me impressionou foi uma família que morava num buraco, onde a gente descia e ali em baixo era tipo um porão e ali eles moravam, não tinha uma janela, não tinha nada. São coisas muito chocantes, mas ao mesmo tempo você tem mega-empresários aqui dentro”. (Laís)

A idéia de *favela* associada à *invasão* apareceu como uma constante nas falas de meus entrevistados, que as percebem, em linhas gerais, como áreas pertencentes a Vila Kennedy, não havendo distinções neste caso. Estas favelas aparecem incorporadas ao cenário, sobretudo como regiões habitadas por pessoas com baixo poder econômico, famílias que vivem em condições de pobreza, em alguns casos, em situação de grande miserabilidade. Poucos entrevistados, no entanto, destacaram a relação das favelas com a existência de criminalidade e tráfico de drogas, pois boa parte das representações associou as favelas a regiões sobretudo à pobreza e à precariedade dos serviços.

Apenas uma das entrevistadas se referiu inicialmente às favelas também como *conjuntos* que compõem Vila Kennedy juntamente com as outras

localidades. Mas este *status* de *conjunto*, que as deixaria em situação muito similar às demais regiões, logo foi substituído pela mesma informante pela idéia de *invasão*, reforçando a idéia de ocupação pela via ilegal desenvolvida pelos demais entrevistados.

Outra associação realizada foi entre o surgimento das favelas/invasões e iniciativas do tráfico de drogas. Nas falas de duas moradoras os traficantes de drogas, qualificados como “meninos”, foram apresentados como agentes responsáveis pela realização de algumas invasões e distribuição de lotes à população. A ligação direta das favelas com o tráfico quase não apareceu nas entrevistas. Minha interpretação aqui é que, longe de indicar que este não é um problema em Vila Kennedy, os moradores se protegiam de abordar o tema com uma pessoa “de fora”. O mais significativo me pareceu ser que, apesar deste silêncio (Machado da Silva, 2007 – org), alusões ao tema foram feitas, especialmente pelo morador Ronaldo:

“O único lugar que se referia como *favela* era a Metral, porque o problema era o grande índice, hoje tem menos ou tem ainda, mas tá camuflado, era o despertar do marginal (...)”

“E a Metral ficou como Metral mesmo. O pessoal foi entrando, entrando e *invadiram* terras que pertenciam a sitiantes. No meio daquele grupo de pessoas tem pessoas boas e pessoas que não valem porcaria nenhuma. Aí pressionam, e deixam pra lá, “não vou esquentar a cabeça com aquilo não”.

“Essas áreas foram criadas assim, porque uma era a necessidade de morar, mas no meio disso aí tem aproveitadores.”

Diferente dos conjuntos anteriormente destacados, as favelas aparecem nas representações de muitos dos entrevistados como áreas pobres que evidenciam as diferenças sócio-econômicas existentes em Vila Kennedy. Estas regiões contribuem para fazer da Vila um local bastante populoso, muitas vezes ressaltado como maior do que alguns municípios. A percepção de que as áreas compreendidas como favelas fazem parte de Vila Kennedy ou que estão totalmente incorporadas ao território nos dias atuais não é compartilhada por todos os entrevistados. Há aqueles que vêem as favelas sob uma outra perspectiva, bem menos inclusiva.

“Não, aqui você não tem espaço [para favelas ou invasões]. Aqui, praticamente, os espaços se tornaram poucos. As áreas que ainda mais ou menos são livres, em torno da Avenida Brasil, são áreas particulares. São áreas particulares que têm dono, então não se consiste em área para *invasão*”.

(...)

“Aqui não existe favela. Aquelas poucas áreas que foram concedidas pra ocupação, procuraram fazer ocupação urbanizada. Aqui ninguém ouviu dizer que aqui tem *favela* [ênfase na palavra], dentro do lugar

você ter favela. Quer dizer, as únicas áreas mais livres são as que tem na Avenida Brasil, e aquelas que são ocupadas, são planejadas por empresas imobiliárias que fazem ali o projeto de habitação. Aqui dentro a gente tem. Não sei se você conhece? ECIA, Irmãos Araújo.

Na época, a gente tinha uma área que era toda sítio e fizeram vendas, fizeram planejamento pra uma área de habitação e venderam. Inclusive, você entra ali, você tem residências que, pô, são muito bem construídas. Como eles chamam? Foi uma área que eles venderam com toda a estrutura”.

(...)

“Aqui cresceu de uma maneira... Aí, você pergunta, se tem lugar disponível que se criem *comunidades*... não se tem e muitas casas aqui é casa com duas três famílias morando. Então, você vê que se engrandeceu de uma tal maneira que falta espaço que possa abrigar ou ter mais gente. Você não tem!”

(...)

“Às vezes até eu mesmo no meu trabalho eu falo daqui. Os outros chegam e... ‘ah! a *favela*’ [reprodução da fala dos amigos do trabalho]. Gente, eu moro num lugar que me dá uma possibilidade de locomoção muito melhor do que muitos. Às vezes muitos querem se deslocar e às vezes têm que pegar duas conduções, eu vejo gente que trabalha comigo que pra chegar ao trabalho sofre”. (Pedro)

“(...) são anexos. O pessoal fala ‘lá’ na favela. Acho que também rola um preconceito, entre aspas”. (Levi)

Para parte dos entrevistados, as favelas são representadas como elementos de alguma forma distanciados do cotidiano em Vila Kennedy. Estas representações vão desde a mais completa negação da existência de favelas em Vila Kennedy até o entendimento de que as favelas ocupam posição inferior em relação às demais áreas ali existentes.

A percepção de que não há *espaço (físico)* para as favelas, pois todas as áreas já estão formalmente ocupadas ou possuem proprietários legais, encontra-se profundamente ligada à representação de que o *espaço simbólico* destinado às favelas é justamente o espaço da negação. Neste caso, as explicações sobre o fato de Vila Kennedy possuir apenas áreas constituídas legalmente embasam a negação da existência de favelas. Mas há uma outra via explicativa para a impossibilidade de existirem favelas em Vila Kennedy: a localização privilegiada que dá acesso a importantes regiões da cidade. Nesse caso, Vila Kennedy não tem favelas (e não pode ser confundida com uma delas), pois está localizada em uma área de fácil acesso a outras regiões. A favela, ao contrário, é entendida como um território desprivilegiado, afastado e que oferece sérias dificuldades para a circulação pela cidade.

Menos exclusiva do que a representação sobre a ausência de invasões (favelas) em Vila Kennedy é a idéia de que as mesmas existem, mas são encaradas como áreas menos valorizadas e simbolizadas pela categoria

“anexos”. Assim, as favelas são percebidas como áreas distintas (e talvez até indesejadas), e referidas pela palavra “lá” que ressalta a distância simbólica que as separa das demais áreas que compõem o território. Trata-se de levar em conta ou mesmo aceitar a proximidade territorial, sem entender as favelas como áreas oriundas do mesmo processo de formação das glebas originais ou de regiões como os conjuntos Quafá e Malvinas e sem deixar de demarcar a distância social (cf Leite, 1999). Neste caso, é possível ainda aventar a hipótese de esta representação também contar com uma avaliação sócio-econômica refletida na construção de uma espécie de fronteira simbólica baseada na renda de seus residentes. Em outras palavras, vistas como áreas habitadas por pessoas muito pobres e ocupadas através de invasões, as favelas seriam regiões das quais de pretenderia afastar e diferenciar. Outra possível explicação para a diferenciação das favelas como territórios de segunda categoria pertencentes à Vila Kennedy, seria a presença do tráfico de drogas como elemento gerador de violência e, assim, de uma imagem negativa de Vila Kennedy como um todo.

Mas as percepções sobre as favelas não se encerram por aí. Há ainda os moradores que transitam entre a percepção de pertencimento e a necessidade de distanciamento e diferenciação das favelas.

“Metral é uma comunidade *dentro* da Vila Kennedy. É Metral porque tem uma firma em frente chamada Metral”. (Mariana)

“Também foi *invasão*. Eles invadiram e fizeram uma comunidade pra eles”. (Inês)

“A Metral sofreu muito. Hoje em dia, graças a Deus, é um paraíso. Mas já sofreram muito com o tráfico”. (Mariana)

“[Tráfico de drogas] É um dos mais famosos, depois da Rocinha éramos *nós* [referindo-se à favela da Metral]. Mas uma coisa é certa, eles [meios de comunicação] falam *favela da Metral*, mas não falam *Vila Kennedy*”. (Inês)

Regiões como a favela da Metral são entendidas como “comunidades” – sinônimo para favela – diretamente ligadas à Vila Kennedy, quando o tema são as localidades que a compõem territorialmente. Contudo, a idéia de que a favela faz parte da Vila, entendendo-a como “nós” não é sustentada se o assunto passa a ser a existência do tráfico de drogas. Nesse caso, a representação baseia-se na necessidade de negação e de diferenciação com a localidade, operando com uma espécie de descolamento do espaço (socialmente construído) e conferindo à favela um *status* negativo que não deve ser associado ao de Vila Kennedy como um todo. Em outras palavras, a

favela pertence à Vila Kennedy, desde que a associação não se dê por meio da existência do tráfico de drogas e da ocorrência de episódios de violência.

O conjunto das representações acima analisado indica, pois, que a pertinência da hipótese central desta pesquisa, que relaciona a existência da favela e sua associação com o tráfico de drogas e a violência com a produção de uma imagem negativa sobre Vila Kennedy. Um outro elemento a destacar para subsidiar minha interpretação é que, ao tempo em que realizei minha pesquisa de campo, a quadrilha de traficantes de drogas que dominava o território da favela da Metral havia sido expulsa por uma milícia que então controlava o território. Ao trazer este dado, quero pôr em relevo que, no momento das entrevistas antes analisadas, a favela da Metral não mais estava imediata e diretamente submetida à violência do tráfico de drogas, como aliás, a moradora Mariana explicita em sua fala: “A Metral sofreu muito. Hoje em dia, graças a Deus, é um paraíso. Mas já sofreram muito com o tráfico”. Minha interpretação é que exatamente por isto podia ser, em certos casos, incorporada (a favela da Metral) ao “nós” com que os moradores se referiam (e definiam) Vila Kennedy.

A associação dos conjuntos habitacionais como Cidade de Deus, em Jacarepaguá, e Cidade Alta, na Zona Norte, a áreas favelizadas não é um assunto novo em nossa cidade. Seja por seu aspecto deteriorado, seja pelos famosos “puxadinhos” vistos como semelhantes ao tipo de arquitetura encontrada nas favelas, ou mesmo pela presença do tráfico de drogas, muitos conjuntos habitacionais populares são percebidos pelo senso comum como favelas, que podem variar em seu aspecto plano, quando compostos apenas por casas, ou vertical, quando formados por apartamentos. Assim, o aspecto arquitetônico de favela pode ser pensado em relação à Vila Kennedy, embora não tenha aparecido nos depoimentos coletados. Sobretudo para os de “fora”, algumas áreas são facilmente associadas a favelas devido ao aspecto pauperizado de muitas casas. Para Corrêa (1995):

“(...) Vila Kennedy tem a feiúra de todo canteiro de obras. Fica cada vez menos pronta. Mas preserva, há três décadas, o essencial que herdou do governo: luz, água, esgoto e acesso de carro a todas as casas”.

Surgida como conjunto habitacional popular Vila Kennedy, há quarenta e quatro anos, vem conhecendo transformações (físicas e simbólicas) percebidas

de maneiras distintas por seus residentes. Bairro, sub-bairro ou conjunto, são apenas algumas das representações existentes para identificar Vila Kennedy nos dias atuais. Mas sua posição na cidade também sofreu mudanças e hoje sua associação com uma favela perigosa é encarada de diferentes formas por seus moradores. Examinarei a seguir como o crescimento populacional, o preconceito e a discriminação, a violência e o tráfico de drogas são abordados, nos depoimentos, como forma de suas representações sobre a imagem negativa de Vila Kennedy como área favelizada e violenta.

3.3 Vila Kennedy quatro décadas depois

3.3.1 O “problema” do crescimento populacional: “kennedyanos verdadeiros” versus “os de fora”

O tema do crescimento populacional em Vila Kennedy surgiu durante o trabalho de campo e que será problematizado a partir das representações dos informantes. Entendido como um dos mais importantes fatores que geram mudanças no cotidiano de Vila Kennedy, tal crescimento foi acompanhado, ao longo das décadas, por mudanças de hábitos que interferiram diretamente na construção e reconstrução das relações sociais entre os moradores.

Mas não só de mudanças comportamentais este cenário é formado, pois um dos aspectos mais ressaltados pelos entrevistados foram os impactos causados na infra-estrutura local. Construída na década de sessenta, as redes de abastecimento de água, esgoto, iluminação e drenagem não sofreram tantas transformações quanto necessário, se levarmos em consideração o significativo aumento populacional atingido em pouco mais de quatro décadas.

“É o que eu digo, problemas se tem. Com o *crescimento* vêm os problemas. Mas o próprio presidente reclama. Se se pensa num crescimento econômico maior da nação, se precisa de investimento, se não você não tem crescimento”.

(...)

“É deficitário porque a rede de esgoto é antiga e com o crescimento da população essa rede tinha que ser renovada. Faz com que, no recebimento de água potável, em lugares distantes você tem falta, principalmente na época de verão. Na área de esgoto sanitário, a rede hoje em dia já não comporta o volume. Uma das coisas que muitas pessoas daqui não conhecem, a gente aqui quando chegou já tinha algo que talvez fosse com o pensamento avançado, vamos dizer com uma ideologia bem à frente de outros lugar. Hoje ela funciona e por incrível que pareça a CEDAE que toma conta, ela ainda dá uma assistência, que é uma pequena rede de tratamento de esgoto”.

(Pedro)

“E hoje tem muita condução, mas piorou”. (Inês)

“Não é que piorou, é muita gente”. (Mariana)

“Naquele tempo, tinha 50 mil pessoas, hoje tem trezentas! Nas mesmas casas, porque o meu filho casou, foi morar em cima, o outro casou fez em cima... ou nos fundos”. (Inês)

“E em volta da Vila cresceu.” (Mariana)

“O crescimento demográfico e o crescimento estrutural. Dessa casinha aqui, num espaço de 15m x 9m, o pessoal faz quatro, cinco moradias. Isso aí é visualizável e não se criou pra essas famílias alternativas de crescimento planejado. As pessoas vão construindo porque se os filhos mais tarde não conseguirem seu espaço, vai ter que fazer esse tipo de construção. Tem uma área aqui em cima, onde não existia casas”. (Ronaldo)

A falta de infra-estrutura capaz de atender às necessidades de uma região que não se manteve estagnada em termos populacionais é uma realidade facilmente encontrada em diversas outras localidades de nossa cidade. Assim, este fenômeno urbano e atual também se faz presente em Vila Kennedy e representa um grande desafio para urbanistas, arquitetos, engenheiros etc. O resultado deste “nó” é o crescimento (populacional e habitacional) que se dá em meio a alternativas criadas pelos próprios moradores no atendimento de suas necessidades básicas, como as “puxadas” de água e luz. Necessidades que passam a ser contempladas de maneira cada vez menos satisfatória em situações onde o aumento populacional não é acompanhado por investimentos em planejamento urbano.

A situação do transporte coletivo mantém-se como um fator crítico para a região. Embora o sistema de transporte tenha evoluído em comparação com as décadas anteriores, o serviço ainda mantém-se aquém das necessidades locais, por mostrar-se insuficiente diante do elevado número de usuários. Ainda que a locomoção para muitas áreas seja facilitada pela oferta de várias linhas de ônibus e até mesmo pela presença de sistemas alternativos (como vans e kombis), o deslocamento para áreas que dependem do acesso pela Avenida Brasil, por exemplo, continua sendo penoso, cansativo e demorado. Para aqueles que trabalham no centro da cidade ou na zona sul, “enfrentar a Brasil” ainda é uma tarefa quase hercúlea.

Mas nem só de problemas relacionados à precariedade da infra-estrutura são formadas as representações sobre o crescimento populacional. Para os entrevistados, residentes em Vila Kennedy entre três e quatro décadas, a mudança no perfil dos moradores traz mudanças ao cotidiano daqueles cujos laços de solidariedade e a própria relação com o território foram

construídos de maneira bastante diferente do de outros moradores mais recentes.

“Eu acho que tem um caso que não está ficando muito bom aí pra gente, esse espaço de presídio sendo aqui perto da gente dá uma influência negativa pro nosso lado. Tem gente que tem parente preso, aí procura de um jeito ou de outro morar aqui na Vila Kennedy”.

(...)

“Pra ficar mais perto [dos parentes presos]. E aqui nós temos um problema, aqui do lado eu não posso nem falar alto, que não pode escutar, é vizinho, [por]que a minha casa é a última casa, mas a vizinha aqui tem a casa virada pra lá, na Paulino Sacramento, e fez obra ligado pra essa rua aqui também, fez espaço, mas tudo pra alugar e os aluguéis aqui não visam a pessoa, visam o dinheiro. Todo dia tem gente diferente, todo dia... esse tipo que eu falo vem muita gente! A pessoa quando tem um filho peso ali no Bangu I, Bangu II, Bangu III, ele procura morar na Vila Kennedy. Só pelo simples motivo de ter um filho ali dentro do Bangu II, Bangu III, Bangu IV, que eu não sei nem que “banguzada” é essa que tem... Então, essa parte pra nós, ela piorou”.

(...)

“Tá acontecendo isso aí. Na minha rua tem umas cinco ou seis pessoas que alugam as casas. Assim, esse tipo que eu estou falando, aumentou e começou a alugar e quando aluga não procura saber de quem é, ou pra quem é que tá alugando”.

(Rui)

A rotatividade de moradores em Vila Kennedy não foi um aspecto tão fortemente mencionado pela maioria dos entrevistados, mas reflete a insatisfação de se conviver com pessoas desconhecidas que possam desenvolver hábitos reprováveis ou mesmo perigosos. Diferente dos que vieram para Vila Kennedy com perspectivas e interesses distintos, pois ali seria seu local de moradia permanente, este tipo de residente temporário teria outros motivos para se instalar no território e outra relação com a localidade e seus moradores. Em tempos nos quais as relações de vizinhança não são mais necessariamente marcadas por relações duradouras a partir das quais haja possibilidade de se construírem laços fortes de solidariedade, é comum não se saber quem mora ao lado.

Na área habitada por Rui (a segunda gleba onde se situa a Praça Dolomitas e de onde se tem acesso à estrada que leva ao complexo penitenciário de Bangu I), as casas passaram a ser alugadas para quaisquer pessoas que estejam dispostas a pagar o valor cobrado, independente dos objetivos mais aparentes que levaram a pessoa a buscar moradia naquela região. A idéia de que atualmente não se procura saber “pra quem é que tá

alugando”⁷¹ ressalta a insatisfação de se conviver com pessoas que possam ter hábitos indesejáveis ou mesmo trazer riscos à integridade física de seus vizinhos, como o caso dos moradores que possuem relação com os presos de Bangu I. As relações – definidas a partir do estigma que recobre os prisioneiros como “bandidos perigosos” e que encompassam seus próximos – passam, então, a ser pautadas pela impessoalidade, causando afastamento e desconfiança entre os moradores.

Esta percepção das relações sociais atuais, em Vila Kennedy, como cada vez mais efêmeras e marcadas por fortes traços de individualismo, faz lembrar as considerações de Richard Sennett (2006) sobre a “corrosão do caráter”. Para Sennett, a construção do caráter, que abarca a noção e a relação com o “outro”, necessita de aspectos que só podem ser desenvolvidos no longo prazo, pois virtudes como confiança, lealdade, comprometimento e ajuda mútua só são construídos em um tempo mais contínuo. Contudo, o novo capitalismo, regido pelas relações flexíveis e de curto prazo, não permitem o desabrochar de relações mais duradouras. Em linhas gerais, esse novo ritmo do mercado traz alguns ganhos econômicos, mas impõem às relações sociais a perda de características bastante valorizadas por gerações anteriores, como a confiança nos outros, a idéia de objetivo a ser alcançado no longo prazo e a integridade. Na sociedade atual, estamos nos acostumando cada vez mais a pensar e agir de maneira individual, pois as noções de coletividade não têm mais a força e a função que possuíam antes. Neste sentido, muitos aspectos abordados nesta parte do trabalho encontrarão nas concepções de Sennett (2006) base importante para a análise das representações dos moradores de Vila Kennedy sobre as atuais mudanças sentidas nas relações sociais.

Mas o crescimento populacional e a mudança no perfil dos moradores também trazem aspectos relacionados à possibilidade de ameaça à integridade física dos moradores. Não saber quem são as pessoas que coabitam na mesma área significa estar vulnerável, correr riscos, pois as pessoas não convivem e compartilham necessariamente dos mesmos hábitos e costumes.

Mas vocês não sentem os reflexos [da violência] diretamente não, de tiros?

⁷¹ Ainda que o morador possa estar romantizando o passado, através da representação de que seria assim que se faziam as coisas “antes”, o que me interessa destacar aqui é sua percepção do que mudou e como mudou em Vila Kennedy.

“Não. Ontem mesmo, eu tava aqui, aí abriu o portão, falei o sr pode entrar. Parou dois carros aí procurando, não sei o que... diz que houve um seqüestro, diz que quer ver as casas. Digo, minha casão sr pode ver à vontade, e lá em cima é minha filha, o sr pode ir lá também se quiser. Mas aí ele sentiu que não tinha nada a ver. Aí aquele portãozinho que tá lá ele forçou, diz que entrou lá... Mas...”

E nunca tinha tido esse tipo de coisa não, não é Rui?

“Não, não! É o seguinte, tá havendo um combate, agora, se é certo ou se é errado... O polícia me perguntou, posso dizer que ele me perguntou ali assim, seus vizinhos aqui são bons vizinhos? Vizinho, eu falei pra ele, eu não posso tá informando isso não, meu chapa. Falei com ele assim mesmo, ó, isso aí não é meu caso, o meu caso é deixar o sr entrar na minha casa, agora o outro caso que o sr tá perguntando eu não posso dar informação não. Não informei mesmo”.

O sr não sabia quem ele era...

“Não sabia. É aluguel, hoje mora um, amanhã mora outro, e aí eu não tô vivendo com eles...”

E há uns anos atrás o sr não tinha essas preocupações, não é?

Não tinha esse negócio. Não, não”.

(Rui)

“Como tudo aquilo o que cresce você às vezes vai tendo o descontrole. Qualquer coisa que evolui, você começa a ter descontrole.”(...)

“Elas [filhas] transitam [por Vila Kennedy], mas você também tem que orientar. Como aqui cresceu, você não sabe quem tá aqui dentro. Você não conhece todo mundo, dentro de um lugar que... eu não tenho nem ao certo o número de habitantes que nós temos aqui. Você tá à margem de uma rodovia federal. Você pode estar num ponto de ônibus ali e você não sabe quem vem de uma rodovia daquela ali, pode parar e querer te fazer qualquer transgressão. Você às vezes, altas horas, você desce, não dá de cara com ninguém, é um deserto. Às vezes você caminha pedaços e ninguém te importuna, agora, é como eu falei, no entorno, você tem outras áreas de circulação e não sabe quem trafega”. (Pedro)

O lugar cresceu muito, muito mais gente, nem todo mundo é tão mais conhecido...

“Hoje em dia a maioria se mudou, a maioria morreu...” (Jorge)

Essa história de muita gente desconhecida traz muita mudança para a vida de vocês?

“Com certeza, a gente não sabe quem é quem. Não sabe de onde vem, qual a função”. (Filha da Áurea e Jorge)

“Isso traz uma certa insegurança. Mas a gente aqui desse pedacinho, (...) os vizinhos mais chegados ficam até uma hora da manhã no banquinho conversando. Se tem café, toma café, se tem bolo, traz bolo pra comer... Ai, o Sérgio diz que o pessoal do trabalho dele diz ‘mas vocês ainda conseguem viver assim?’. Consegue! Mesmo num lugar marginalizado, discriminado, mesmo que passe pessoas que não são das melhores, eles passam e não falam nada com a gente. O problema deles é lá com eles lá, a gente não se mete”. (Áurea)

Quando você era criança, a vida era mais tranqüila, e quando você se refere a essa tranqüilidade, você se refere a quê?

“Tô falando de um ambiente onde você podia chegar a hora que fosse e tava tranqüilo, tava seguro, mas conforme a criminalidade foi aumentando, foi tomando um corpo diferente do que a gente tava acostumado, pessoas de fora começaram a vir pra dominar os pontos de tráfico aqui, isso fez com que os moradores mesmo não conhecessem essas pessoas”. (Levi)

O desconhecimento sobre o “outro”, o vizinho, traz uma sensação de insegurança que foi bastante ressaltada pelos entrevistados. Mais uma vez,

“saber quem é” aparece como condição fundamental para que se possa desenvolver um convívio harmônico e seguro. Entretanto, conhecer o “outro” parece ser uma possibilidade cada vez menos próxima da realidade atual, sobretudo em uma região que, a exemplo das grandes cidades, convive com a agitação cotidiana, com a rotatividade dos moradores e com efemeridade das relações. Assim, não saber quem está ao lado ou quem transita pelas mesmas áreas são razões para estar submetido ao risco de ser afetado pela violência urbana.

O medo da violência é objeto de preocupação de grande parte da população brasileira. Segundo Machado da Silva (2007), a expressão “violência urbana” não é apenas um problema coletivo e um tema de debate, pois todos sabemos que ela é real e concreta. A representação da “violência urbana” indica um:

“complexo de práticas legal e administrativamente definidas como crime, selecionadas pelo aspecto da força física presente em todas elas, que ameaça duas condições básicas do sentimento de segurança existencial que costumava acompanhar a vida cotidiana rotineira – integridade física e garantia patrimonial. “Violência urbana” é, portanto uma representação que interroga basicamente o crime comum, mas o foco de atenção não é o estatuto legal das práticas consideradas, e sim a força nelas incrustada, que responsável pelo rompimento da “normalidade” das rotinas cotidianas, ou seja, da certeza sobre o fluxo regular das rotinas em todos os aspectos, cognitivo, instrumental e moral” (Machado da Silva, 2007: 12).

A quebra das rotinas cotidianas às quais os moradores de Vila Kennedy se referem possuem íntima relação com a violência urbana. Contudo, as falas são, sobretudo associadas ao receio da possibilidade, ou mesmo da iminência de terem comprometida sua integridade física, pois a questão da garantia patrimonial não apareceu como uma preocupação importante. Este temor se reflete na mudança de hábitos, como os horários de chegada em casa ou o cuidado com aquilo o que se fala sobre os vizinhos.

Ainda segundo Machado da Silva (2007), a tematização da “violência urbana” identifica um ator típico: o traficante de drogas, figura encarada como grande responsável pelas mudanças que afetam a continuidade das rotinas cotidianas. Os moradores de Vila Kennedy associam fortemente a mudança de suas rotinas à presença do tráfico de drogas, ainda que as alterações que lhes são impostas por este ator não possam ser comparadas às realidades vivenciadas em favelas. Segundo as falas dos informantes, elas atingem

sobretudo o plano da sociabilidade: é necessário tomar cuidado e manter a distância daquelas pessoas que “não são das melhores”.

A mudança de hábitos experimentada pelos moradores de Vila Kennedy conta ainda com um outro viés explicativo. A diferença entre gerações foi apontada como um elemento capaz de explicar a mudança de comportamento expressa, por exemplo, no enfraquecimento das relações de solidariedade.

Hoje mudou muito essa solidariedade?

“Na minha rua não!” (Mariana)

“Não são como era. Hoje em dia, já morreram muitas mães de quem veio. As mães de hoje são diferentes das de antigamente”. (Inês)

(...)

“Esse é o medo que eu tenho de sair daqui”. (Mariana)

(...)

Tantas pessoas conhecidas de tantos anos. Mas a população cresceu muito...

“Muito! Acho que umas dez vezes”. (Inês)

Então, também tem muita gente desconhecida.

“Ah, tem! A gente conhece mais gente assim por causa da igreja”. (Mariana)

Tida como um importante “celeiro” de lideranças políticas, sobretudo nos anos 80, Vila Kennedy vivenciou um período de intensas lutas políticas, onde a mobilização popular conseguiu importantes conquistas. Aquele, porém, foi um período marcado por ações coletivas, que visavam melhores condições de vida para todos, ora referido como algo que passou devido às mudanças em Vila Kennedy, ora atribuído às mudanças na própria Igreja Católica.

E o pessoal que vocês não conhecem direito e que não têm a mesma experiência de vida de vocês? É diferente?

“Mas nós temos uma missão popular”. (Inês)

“Eles dizem assim: ‘aqui não tem nada, aqui não presta’. Aí nós dizemos assim, vocês estão morando numa cidade, nós quando viemos pra cá tínhamos a lama aqui; quando chovia era lama, quando fazia sol era poeira, então vocês não podem reclamar”. (Mariana)

“Eu vejo a Vila Kennedy abandonada. Eu acho que nós podíamos ter uma Vila Kennedy muito mais evoluída. Nas escolas tem muita coisa que precisa melhorar, coisas que precisam ser denunciadas. As pessoas convivem com uma coisa errada e acabam achando que é natural. O ensino muito precário. Eu estudo à noite e vejo como o ensino é precário. (...) A questão de formação dos jovens assim muito largados na rua, não tem ocupação para os jovens. A própria questão comercial, tudo você depende de Bangu ou Campo Grande. Acho que deveria ter mais cursos profissionalizantes pra tirar os jovens das ruas e das drogas, das esquinas ociosos, que é um prato feito pros caras levarem pra trabalhar”.

(...)

E a sr^a acha que isso é uma questão de diferença entre gerações?

“Não! Acho que é a questão de como o pastor conduz as ovelhas. A igreja está cheia e se está é porque as pessoas estão numa busca. Se você conduz esse povo como os padres italianos conduziram a gente, com certeza, também estariam engajados na luta”.

(...)

“Eu vejo as pessoas muito na rua, desocupadas. Na sala de aula, eu vejo os jovens sem sonho, sem perspectiva nenhuma de vida, só

bobeira... não tinha nada de projeto (...) As pessoas estão por aí, vagando". (Eliana)

Nestes depoimentos, a mudança de hábitos, no plano da ação coletiva, se baseia não em uma questão de diferenças entre gerações simplesmente, mas em uma mudança de valores que se reflete em opções e ações individualizadas e imediatistas que expressam a “corrosão do caráter” (Sennett, 2006). O caráter – ligado ao longo prazo de nossa experiência emocional – é expresso por noções de lealdade e compromisso mútuo, além da busca por metas de longo prazo, ou seja, pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro. Entretanto, como decidimos o que tem valor duradouro em uma sociedade marcada pela impaciência, que se concentra no momento do imediato? A idéia de que não há longo prazo “corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo” (Sennett, 2006: 24). Assim, a idéia de projeto, como algo a ser conquistado no longo prazo, não possui sentido em uma sociedade desacostumada a pensar e agir coletivamente.

Claro está que as representações sobre as mudanças na sociabilidade, nos hábitos e no plano da ação coletiva dos moradores entrevistados não são um consenso. Há ainda uma outra lógica que opera relacionando os tipos de comportamento e de moradores ao tempo de moradia na localidade.

“É uma coisa que eu e Levi conversamos muito. Desde muito cedo, eu participei muito pouco do bairro, saía cedo pra estudar, voltava de noite e a minha convivência com o bairro sempre foi com trabalhos sociais dentro da igreja. Mas uma coisa que a gente conversa é que hoje não tem mais aquele morador da Vila Kennedy enraizado, tem muita gente que vem de fora, superpopularizou o bairro e um monte de coisas e valores se perdeu. Hoje, você olhando pra trás, você vê que as pessoas tinham carinho, cuidado com as coisas. Eu digo o exemplo dessa praça aqui do lado, essa praça já foi reformada uma porção de vezes... Parece que foi reformada? Se vê que a Vila Kennedy não é um bairro abandonado, um lugar esquecido pelas autoridades, que ninguém vem aqui, que ninguém faz nada. Sempre tem investimento, mas é como eu te falei, perdeu-se esse carinho, esse cuidado. Aí, penso eu que seja por não ter mais aquele morador enraizado aqui, sabe? As pessoas vêm de fora e não cuidam, superpopularizou. É difícil encontrar um “kennedyano”, como se chamava há uns anos atrás, de família, que mora aqui desde os avós”. (Laís)

(...)

Hoje, com esse aumento populacional, há muitas pessoas que não têm essa ligação [com o local]...

“Reclamação tem. Reclamam muito, muito, chega a dar raiva. Mas, pô, beleza, tá reclamando, mas não destrói a lixeira, sabe eu penso assim, se não faz nada, pelo menos não destrói o que já tem”. (Laís)

A idéia do verdadeiro “kennedyano” guarda profundas relações com o entendimento de que o tempo de moradia em um determinado local é aspecto

fundamental para a definição de sua postura positiva e cuidadosa com relação ao território. Assim, o legítimo morador de Vila Kennedy é aquele que criou raízes e laços de afetividade com o local, é aquele que preserva e se preocupa com a manutenção das áreas, é o morador que desde cedo aprendeu a cuidar do seu local de moradia, tal como fizeram as gerações anteriores. Já aqueles que vêm “de fora” não se preocupam e não criam identidade com a localidade, por isso têm atitudes incivilizadas de depredação e falta de cuidados com a infra-estrutura e equipamentos públicos, por exemplo. Assim, o aumento populacional é visto como responsável pelo crescimento do número de famílias que não estão comprometidas em manter Vila Kennedy como um bom local para se morar. Este entendimento sobre os tipos de moradores existentes na localidade ressalta a divisão entre dois grupos, basicamente: os moradores antigos (os “kennedyanos verdadeiros”) e os moradores mãos recentes (os “de fora”).

As representações aqui analisadas sobre o tempo de moradia e a relação com o local de residência podem ser diretamente associadas a estudos como os de Leite (1999) e de Elias & Scotson (2000). Neles, a busca da legitimidade de certos projetos, através de uma narrativa capaz de revelar a “verdadeira história” sobre as origens de um bairro, encontra-se atrelada à fala dos “moradores antigos”. Ao estudar as origens do bairro do Grajaú, Leite aponta, nos depoimentos de moradores residentes no bairro há mais tempo, a preocupação em:

“ressaltar as relações através das quais entraram no bairro e a estabilidade das mesmas, como indicador da rede social que cultivam e de como a partir dela se situam e se qualificam no bairro. Ao fazê-lo, estão construindo sua identidade como verdadeiros grajauenses, num diálogo com os moradores mais antigos do bairro, para os quais, via de regra, é o tempo de moradia no bairro, associado à área de residência como indicativo do grupo social a que se pertence (a elite, a burguesia do bairro) que define o grajauense de raiz” (Leite, 1999: 128).

Assim, o tempo de moradia se apresenta como um dos elementos de grande importância quando do acionamento deste tipo de discurso, lembrando as colocações de Elias & Scotson, em “Os Estabelecidos e Outsiders”. Neste estudo, os autores analisam que recursos de poder permitem que um grupo afirme sua superioridade, lançando estigmas sobre os outros, como pessoas de “estirpe” inferior. O foco volta-se, então, ao estudo de como os membros mais poderosos (*estabelecidos*) de uma pequena cidade inglesa, denominada

de Winston Parva, pensavam a si mesmos, ou seja, se auto-representavam como humanamente superiores a outros grupos menos poderosos e, por isto considerados inferiores (*outsiders*). Na área escolhida para seus estudos Elias e Scotson puderam verificar que:

“(...) todo arsenal de superioridade grupal e desprezo grupal era mobilizado entre dois grupos que só se diferiam no tocante a seu tempo de residência no lugar. Ali, podia-se ver que a antiguidade da associação, com tudo o que ela implicava, conseguia, por si só, criar um grau de coesão grupal, a identificação coletiva e as normas comuns capazes de induzir à euforia gratificante que acompanha a consciência de pertencer a um grupo de valor superior, com o desprezo complementar pelos outros grupos” (Elias & Scotson, 2000:21).

Entre o grupo de moradores mais poderosos os autores observaram um significativo grau de coesão interna e de controle comunitário, que os mantinha unidos e criava mecanismos de continuidade em posições estratégicas, enquanto os menos poderosos possuíam uma coesão grupal mais frágil e estavam mais suscetíveis à chamada “sociodinâmica da estigmatização” (Elias & Scotson, 2000:23).

Se fizermos uma breve comparação entre os estudos de Elias e Scotson, na pequena cidade de Winston Parva, e os relatos observados em Vila Kennedy, é possível pensar nos “kennedyanos” como o grupo “estabelecido”, e os “de fora” como o grupo “outsider”. Esta divisão se dá pelo tempo de residência em Vila Kennedy, fator capaz de definir comportamentos mais ou menos valorizados (pelos estabelecidos) que cada grupo passa a desenvolver. Assim, a legitimidade do discurso é entendida como pertencente aos “kennedyanos *estabelecidos*”, pois seriam estes os guardiões de valores importantes à manutenção de posturas de zelo e cuidado com a região. Aos “*outsiders*” restaria a qualificação de que são um grupo incapaz de compartilhar dos mesmos valores, pois além de não contribuir com novas conquistas para a região, são os grandes responsáveis pela destruição daquilo o que foi implantado.

A idéia de que Vila Kennedy “não é um bairro abandonado”, devido à ação do poder público com obras de manutenção, por exemplo, ajuda a reforçar a noção de que os que vêm “de fora” são os principais agentes de degradação do local. Neste sentido, seria possível pensar na fato de os moradores mais antigos responsabilizarem, em alguma medida, os novos residentes pela imagem favelizada (por seus aspectos de deterioração) de Vila

Kennedy. E, ainda vale novamente frisar, que a associação dos mesmos a pessoas próximas dos internos no presídio recobre o grupo dos significados negativos antes analisados.

3.3.2 A idéia é favela: estigmas, preconceito e discriminação

Atualmente, o fenômeno do medo associado ao crime violento tem-se expandido em nossa sociedade, associando-se ao crescimento de visões discriminatórias e conservadoras em relação àqueles que são associados à violência e/ou ao crime. Os efeitos acumulados pela falta de políticas públicas de segurança capazes de solucionar a questão da violência são a grande causa do reforço dos medos e preconceitos cada vez mais comuns no cotidiano das grandes cidades brasileiras. Segundo Alba Zaluar, “o caráter ideológico do adjetivo “violento” fica claro quando é utilizado sistematicamente para caracterizar o “outro”, o que não pertence ao mesmo estado, cidade, raça, etnia, bairro, família, grupo etc” (Zaluar & Alvito, 2004: 212).

Assim, não raro, vê-se que as tentativas do senso comum para explicar o medo e as experiências concretas de violência têm sido cada vez mais relacionadas à eleição de culpados, que podem estar diretamente ligados tanto aos nordestinos em São Paulo (Caldeira, 2000), como à ação de pobres favelados e negros em outras capitais brasileiras. Neste sentido, pode-se destacar que esse “outro” é comumente associado ao pobre como indivíduo potencialmente capaz de praticar ações violentas. A criminalização da pobreza classifica nordestinos, negros e/ou favelados como criminosos em potencial e, diante deste contexto, tem-se tornado cada vez mais comum associar as populações de áreas com baixa concentração de renda a situações de violência e medo (Fridman, 2007). Tal associação tem sido responsável, no Brasil, pela imposição de estigmas negativos a estas populações que, se seguirmos o argumento de Elias (1994), possuiriam um grau de coesão interna menor – ou em outra linha de análise, menos recursos sociais simbólicos (Leite, 2007) – do que a dos grupos *estabelecidos* para se contrapor aos mesmos.

Diante do movimento que pode combinar imposição, reforço, reação ou incorporação dos estigmas atribuídos, muitas são as estratégias utilizadas pelos que estigmatizam e pelos que são estigmatizados. Em Vila Kennedy, a história traz de volta a favela para bem perto do convívio de seus moradores : no passado, a origem associada às favelas removidas; no presente, o esforço de tentar demarcar o que é Vila Kennedy (ou aquilo o que não é). A tentativa de dissociar a imagem de Vila Kennedy de um “lugar barra pesada” – como se referem alguns moradores de outras localidades da própria Zona Oeste diante da existência do tráfico de drogas na região – passou a fazer parte do cotidiano de muitos moradores preocupados em estabelecer as fronteiras simbólicas que julgam necessárias a tal diferenciação, operando com uma espécie de “distinção moral” entre “trabalhadores” e “bandidos”, “kennedyanos” e “de fora”, “aqui no bairro” e “lá na favela”⁷².

A complexa trama de representações que tem como fios estigmas, preconceitos e discriminações se atualiza num constante movimento que tanto pode acontecer de “dentro para fora” quanto de “fora para dentro”. Neste jogo de apropriações, reapropriações, conflitos e adaptações a figura central é a favela, sendo seu peso simbólico para a construção da imagem negativa de Vila Kennedy analisado a seguir, a partir das representações dos entrevistados.

3.3.2.1 A idéia de favela pela ótica dos “de dentro”

A imagem de Vila Kennedy associada a uma favela dominada pelo tráfico de drogas é bastante difundida no resto da cidade, como apontado anteriormente. Mas o que pensam os próprios moradores da região sobre esta imagem? Diversos são os entendimentos sobre a questão e igualmente variados são os eixos explicativos para pensar a posição que a favela ocupa em Vila Kennedy.

Então essa idéia de favela não tem nenhuma relação com o passado? “Acho que a favela está dentro da pessoa, esse lance de degradar o lugar... a praça tem três ou quatro anos que foi reformada e já tá em petição de miséria. Então, isso não é só devido à ação dos governantes, a própria pessoa banaliza o local, e isso torna o

⁷² Sobre processos similares de distinção moral em favelas, ver Zaluar (2000), Fridman (2007), Leite (2007) e Machado da Silva e Leite (2007).

lugar uma favela. As pessoas não pensam que se você estragar o lugar que você vive, é obrigado a ter alguém pra concertar; se você cuidar da onde você vive, você sempre vai ter um lugar legal pra morar, pras pessoas conviverem, pros seus filhos brincarem”.

(...)

“As pessoas que vivem aqui precisam muito mudar a sua cultura de que a gente mora numa favela e que isso aqui não vai crescer nunca; tem pessoas aqui com potencial pra fazer a mudança”.

(Levi)

“Aí fica difícil, muitos hoje em dia dizem, ah! a Vila Kennedy... entendeu? Eu acho muito errado como é discriminada. Isso aqui é favela! [referindo-se ao que os outros dizem]. Hoje em dia a palavra *favela* se tornou um sinônimo de desorganização, de bagunça. Você pode observar, qualquer coisinha que você vê em qualquer canto desorganizado, virado, jogado, o quê que a pessoa fala? ‘Ô, ô, vamos parar com essa favela aí!’. Favela se tornou sinônimo de desorganização, de bagunça. Então isso aqui era um conjunto residencial, entendeu, como muitos outros hoje em dia tem aqui no Rio de Janeiro. A Cidade Alta, ali em Cordovil, aqui em Bangu um conjunto chamado... são uns apartamentos chamados... Dom Jaime Câmara, acho... Como um novo que eles fazem, o tal de Nova Sepetiba. Mas aí acontece o problema... como você tem também na Zona Sul, ali na Gávea, a Cruzada São Sebastião. Eram conjuntos habitacionais para pessoas de baixa renda, mas se você tem a ausência do poder público, você vê que em todo o canto tá a favela. Você tem a própria favela no centro financeiro do Rio de Janeiro. O que são aquelas áreas ali como na Pça Tiradentes, que tem ali um monte de prédio abandonado? Ficam ali abandonado, acontecem as invasões... É a maior ausência do poder público! Em toda a nação! Se a gente for falar economicamente a divisão de renda é muito mal dividida...

E isso gera?...

Aí é aquele tal negócio, gera o favelismo geral! Por que... (Pedro)

Se pensarmos hoje essa idéia de que Vila Kennedy é uma favela, você acha que se deve a questões mais atuais ou ainda tem alguma relação com o passado?

“Acho que hoje são as questões mais atuais. A referência que eles sempre utilizam é a questão do tráfico, da bandidagem, o pessoal se esconde, fica escondido na favela de Vila Kennedy, fica escondido em algumas periféricas, como Vila Aliança. Há necessidade de as pessoas morarem, o pessoal vai construindo cômodos, barracos, e cresce de uma maneira vertiginosa e quando vai perceber... igual aqui, o pessoal se apossou da área da adutora de Ribeirão das Lajes (...) A negligência do poder público acontece, deixa essas comunidades se formarem”. (Levi)

A idéia de favela associada a um certo “subdesenvolvimento”, à desorganização e à falta de hábitos civilizados (“bagunça”) pode ser entendida por referência aos processos que marcaram a história destas aglomerações populares amplamente discutidos nesta dissertação. Contudo, cabe ressaltar que, se por um lado a imagem de favela é vista como resultado de atitudes e posturas internas de indivíduos pouco civilizados; por outro, o poder público, em sua inação, seria o agente externo responsável pelo reforço da associação de Vila Kennedy com uma favela.

A primeira representação oferece um claro exemplo de como internamente os estigmas podem ser produzidos. Aqui, a idéia de que “a favela está dentro da pessoa” explicaria comportamentos reprováveis de moradores que agem como favelados e impõem aos demais a convivência com áreas degradadas e equipamentos públicos depredados. O estigma do morador pouco civilizado ajuda a reforçar a imagem de Vila Kennedy como favela, ou seja, a ser compreendida e representada como local degradado e pouco evoluído.

Mas a idéia de favela não se resume à postura individual de moradores desacostumados a hábitos de conservação, a manutenção dos espaços e a sociabilidade que decorre (o “respeito”). Ela também passa pela via do agente externo, qual seja: o Estado. O entendimento de que a ausência do poder público é um dos principais causadores de mazelas em nossa cidade ainda é compartilhado por boa parte da sociedade. A partir desta ausência, inúmeros problemas advindos do descontrole e da desorganização afetariam a cidade. Assim ocorreria com as favelas, vistas como resultado da falha da ação do Estado que permite que as “invasões” ocorram em áreas que não deveriam estar abandonadas. Interessante destacar que o relato de Pedro oscila entre a avaliação de que é errado discriminar Vila Kennedy como uma favela (vista como “sinônimo de desorganização e bagunça”) e o entendimento de que, pelas falhas de atuação do Estado, “você vê que em todo canto tá a favela”. Vale ressaltar que, embora discuta a idéia de ausência do Estado nas favelas, entendendo-a como um mito e não como uma realidade, Machado da Silva (2007) fornece interessantes elementos para pensarmos esta idéia de ausência em outros territórios pobres da cidade. Isto porque, tal como nas favelas, podemos pensar na existência de inúmeras evidências da presença dos aparelhos de Estado e seus agentes nestas regiões habitadas por camadas populacionais de menor poder aquisitivo. O que importa, no argumento do autor, é como o Estado está presente.

A associação de Vila Kennedy a uma favela é também vista por boa parte dos moradores entrevistados como resultado da presença do tráfico de drogas nas “ocupações periféricas” e seus desdobramentos em termos de violência. Contudo, parte menos representativa dos entrevistados considera

que tal imagem também guarda relação com a marca deixada pelo processo de remoções.

“O estigma de ex-favelados permanece até hoje. Dizer que morava em Vila Kennedy era um impecilho para conseguir vagas (emprego). A estratégia era dizer que morava em Bangu. Não havia orgulho em se dizer que era morador de Vila Kennedy. E hoje, boa parte dos moradores também não sentem orgulho em dizer que mora em Vila Kennedy. Outros, no entanto, que tem um senso crítico mais ampliado sobre a sociedade, têm orgulho e dizem sem problemas onde vivem Hoje, o estigma do ex-favelado é reforçado pelo ‘mapa do crime organizado’”. (Márcio)

“Hoje em dia com a falta do poder público, a gente não diz na segurança, mas nas coisas básicas que você tenha uma formação de cidadãos, que só são vistos na hora que acontece as tragédias, problemas... aí eles julgam. E também dependente da formação, porque a gente fomos formados aqui com ex-favelados, de moradores de morros, de comunidades da Zona Sul, então aquilo ali só se conhece dessa maneira”.

O sr acha que naquela época, vindo ex-moradores de favela, o sr acha que de alguma maneira existe uma...

Tem essa discriminação! Você tem essa discriminação. Traz com ela... como se diz... traz essa *marca*” (Pedro)

Retomando a associação das favelas ao tráfico de drogas, é interessante destacar que criminalidade violenta associada ao contexto das favelas tornou-se um fenômeno atual e bastante difundido em nossa cidade. Parodiando o entrevistado Márcio, poderíamos dizer que o estigma do favelado é reforçado pelo “mapa da criminalidade”.

O entendimento dos de fora de que Vila Kennedy é perigoso ainda tem relação com o passado?

“Não, é por causa da criminalidade de hoje. E eu vou falar pra você o que eu quase todo dia falo ‘eu moro em Vila Kennedy e não tenho vergonha de falar!’. Tem gente que fala em Bangu, eu moro em Vila Kennedy. Você pode falar que é perigoso, todo lugar tá assim hoje em dia. Hoje a gente não vê mais o local onde a gente mora, a gente visa a casa que a gente mora, o conforto que a gente tem dentro de casa, porque o bairro... o pessoal do Leme que tá passando um aperto com aquelas favelas em volta, o pessoal da Tijuca tem a Formiga e o Turano... Tem gente que fica zoando, e eu digo ‘E aí, eu tenho uma casa confortável e tô feliz’. Antigamente, ficavam fumando na porta da minha casa, agora [referência ao domínio da milícia sobre a favela da Metral] não tem isso. Se você for ver, o pessoal que mora na Rocinha tá muito pior do que eu, pra eu chegar e dizer que tenho vergonha de morar em Vila Kennedy. Eu não preciso sair do meu bairro pra comprar uma roupa pra ir pra uma festa, eu não preciso sair do meu bairro pra fazer compras pra dentro de casa. Tem muito bairro aí que não tem isso, tem que pegar uma kombi, andar duas horas pra comprar um feijão com arroz. Muitos locais, eu tenho ônibus direto, passa ônibus pra tudo quanto é lugar. (Nara)

E ainda tem muita gente que tem vergonha de dizer que mora aqui?

“Ah, muita! Por causa dessa fama que Vila Kennedy tem de ser favela”. (Nara)

“Por ser um ponto estratégico pro tráfico, que tem um baile super famoso”. (Laís)

“E eu canso de falar também: Vila Kennedy não é uma favela. Favela é o que foram fazendo em volta da comunidade. Se você observar, as favelas estão em volta da Vila Kennedy, no meio que é o bairro de Vila Kennedy” (Nara)

“É, mais as favelas não deixam de ser Vila Kennedy”. (Laís)

“É..., mas o pessoal fala “eu moro na favela de Vila Kennedy”.
(Nara)

No diálogo reproduzido acima, Laís valoriza em suas representações sobre o viver em Vila Kennedy, que a localidade, embora marcada pela presença da criminalidade, oferece melhores condições do que o que entende ser o viver em favelas (conhecidas pelo senso comum como perigosas e violentas, como a Rocinha). Sua fala em defesa do local de moradia soa quase como um desabafo, sobretudo contra aqueles que demonstram se envergonharem por morar em Vila Kennedy. Afinal, o perigo aflige todas as áreas da cidade.

3.3. 2.2 Como os “de dentro” entendem a noção de favela produzida pelos “de fora”

Vista por muitos como um depósito de ex-favelados, Vila Kennedy conviveu no passado com várias situações de preconceito e discriminação. As dificuldades mais lembradas pelos antigos moradores estavam ligadas ao acesso ao sistema de transporte e à inserção no mercado de trabalho. Há algumas décadas, viver em Vila Kennedy significava ser visto como um favelado em muitas situações.

E veio muito morador de favela morar aqui em Vila Kennedy?
“Isso aí, eu citei acho que umas cinco aí, né? Tem mais de cinco”.

Aí o povo foi ficando, outros saindo... Não ficou todo mundo, né? Mas como é que o povo se referia aqui à Vila Kennedy, porque como vieram muitos moradores de favela, o pessoal tratava diferente?

“Não tratava não, mas houve uma mistura. Por aí você vê que muitas favelas junta dá problema que não é muito legal, mas isso aí eu acho que passou. Com o tempo o pessoal foi convivendo e sendo amigo um do outro”.

E o pessoal de fora de Vila Kennedy, achava o lugar ruim?
“Discriminava, discriminava. Até pra emprego, se falasse que morava na Vila Kennedy, era difícil arranjar emprego. Era meio difícil”.

E o sr acha que foi devido a quê?

“Foi devido a esse ajuntamento que houve. Nós fomos obrigados a viver com outras favelas junto”. (Rui)

Alguns ônibus não paravam [antigamente]?

“Que vinham de Campo Grande não. O 398 não parava de jeito nenhum...” (Mariana)

O povo pensava o quê?

“Que a gente era favelado, era bicho, que a gente veio de favela. Aí sabe o que ele fazia? O motorista fingia que parava, aí você ia e ele passava direto...” (Mariana)

Eu já saí daqui, já peguei o ônibus lá chegando no Coqueiros, porque eles não paravam. Porque aqui era a favela, lá em cima eles paravam. Então a gente ia caminhando, caminhando... lá em Santíssimo". (Inês)
Vocês foram removidas e vieram para um lugar que tinha uma estrutura melhor, casa, água, esgoto, mas havia um certo...
 "Preconceito. Porque era tudo pobre, veio de favela". (Inês)

A mistura de muitas favelas fez de Vila Kennedy, durante muitos anos, uma região estigmatizada. A procura por empregos ou mesmo o uso do sistema coletivo de transporte era prejudicado em função de os "de fora" discriminarem os moradores do recém-criado conjunto habitacional. A idéia de que os moradores de Vila Kennedy eram incivilizados ("bichos") comunicava-se com o entendimento da época sobre a necessidade de acostumar os removidos a viverem em condições dignas.

Contudo, ainda que os motivos geradores da dificuldade de inserção no mercado de trabalho possam ter sofrido alterações, esta ainda permanecem presente no cotidiano de muitos moradores de Vila Kennedy.

Antigamente, ônibus não parava porque entendia que era favela...

"Eles [ônibus] sabiam que a Vila Kennedy era feita de favelas. Vila Kennedy, Vila Aliança, Cidade de Deus..."

Era tudo para abrigar moradores de favelas. Passado o tempo, ainda hoje em dia as pessoas dizem que moram em Bangu.

"Não falam que é Vila Kennedy." (Inês)

Mas por quê? Por que é favela?

"Pra arrumar emprego é". (Mariana)

"Se você botar que mora em Vila Kennedy, Vila Aliança, Cidade de Deus eles não aceitam não. Quem mora em Vila Kennedy, mora em Bangu; quem mora em Vila Aliança, mora em Bangu". (Inês)

Mas vocês acham que isso é porque ainda tem um negócio antigo de favela?

"Não, agora é a violência". (Mariana)

Naquela época [nos primeiros anos de Vila Kennedy], vocês iam muito a Bangu e Campo Grande. Eram tratados diferente?

"Não, não. Porque naquela época não havia tanta violência quanto hoje. O lugar não era tão violento. Naquele tempo a agente não se identificava, mas mesmo que eles soubessem, não tinha preconceito". (Áurea)

Se for comparar com hoje, se disser que mora aqui tem algum tratamento diferenciado?

"Com as pessoas que eu convivo não, porque eu só lido com pessoas do meu nível, do meu lugar, do meu ambiente. Mas se for pra procurar um emprego eu não sei, porque eu nunca saí pra procurar". (Áurea)

"Tem também o preconceito, se disser que mora em Vila Kennedy, muita gente não dá o emprego pra você, porque é um local de gente pobre... Hoje em dia, talvez até nem tenha tanto, mas há uns tempos aí tinha isso". (Jorge)

Você já foi tratado de maneira diferente por ser morador daqui?

"Sim [prontamente]. Eu estudei muito tempo em Bangu e em Realengo, se falava que morava em Vila Kennedy, as pessoas já olhavam meio de lado e até pelo lance de 'ah, o cara mora na favela'. Eu estudei em colégios particulares, graças a Deus, tive essa oportunidade, então só 'filhinho de papai' que estudava lá, então eles tinham esse rótulo do lugar. Era uma coisa meio 'pô, tá fora do ninho dele'".

Conviveu com isso muito tempo?

'Não até oportunidade de emprego mesmo, tinha que falar que morava em Bangu. Se falar que mora em Vila Kennedy, você era meio deixado de lado'. (Levi)

O papel dos meios de comunicação foi apontado pelos moradores como bastante eficiente no reforço da imagem de vila Kennedy como uma favela violenta. A idéia de “rótulo” é utilizada para demonstrar que as informações sobre os fatos violentos não são devidamente localizadas, mas ampliadas a Vila Kennedy como um todo.

“(…) Um dos problemas aqui é a educação, o pessoal aqui estuda, mas a perspectiva de sair pra trabalhar isso limita (…) Agora a questão do rótulo, eu acho que hoje a própria mídia dá um rótulo. Vários jornais que têm sede em São Paulo, como a Rede Record, a Rede TV, falam “a favela de Vila Kennedy, aconteceu isso e isso”. Quando acontece, quase sempre vai acontecer na Metral, nunca se refere “foi na comunidade”, é “na favela de Vila Kennedy”, fala favela como um todo. Como já morreram vários chefes de tráfico aqui, “ah, morreu o chefe de tráfico tal da favela de Vila Kennedy”. Você verifica o rótulo da própria mídia”. (Ronaldo)

“Das manchetes, porque aparece o quê, a violência, que às vezes, vamos dizer assim “desce o morro”. Se aqui tivesse morro, desceria o morro. Aí, fatos isolados acontecem até da polícia ter um enfrentamento direto com eles e isso sai nas manchetes e as pessoas pegam essas mazelas pra poder rotular o local”. (Levi)

As referências feitas à Vila Kennedy através dos meios de comunicação, sobretudo jornais, quase sempre são relativas a episódios relacionados ao tráfico de drogas, como a prisão de traficantes e o confronto entre policiais e bandidos. Segundo os entrevistados, geralmente tais episódios violentos ocorrem nas favelas, mas as manchetes os associam à Vila Kennedy de uma forma geral. Os chamados “fatos isolados” dão a idéia de que, além de pouco freqüentes, estão restritos ao território das favelas, como a Metral. O uso da expressão “da favela de Vila Kennedy” ressalta o entendimento de que, para os meios de comunicação, toda a localidade é entendida como uma favela devido à ação do tráfico de drogas, mas para os moradores tal diferença é fundamental.

Mas, se por um lado, os entrevistados discordam da generalização de Vila Kennedy como uma favela, por outro, termos clichês são usados sem grandes ressalvas para fazer referência às favelas. Em se tratando se uma localidade plana é, no mínimo, interessante ouvir a expressão de que a violência “desce o morro”.

3.3.3 Violência, tráfico de drogas e milícia

Como vimos anteriormente, a população da cidade do Rio de Janeiro vem convivendo com experiências permeadas por episódios violentos que, cotidianamente, colocam em xeque tanto a integridade física de civis quanto põem à prova a capacidade do Estado em resolver este grave problema urbano. Em meio a sobressaltos, dúvidas, desconfianças e uma desagradável sensação de insegurança constante, moradores de diversas partes da cidade elegem a segurança pública como um tema que deve ser discutido, mas, sobretudo, resolvido com a máxima urgência.

Assim, o tema violência não tardou a aparecer durante o trabalho de campo, estando presente em todas as entrevistas. As variações em termos do nível de preocupação que os entrevistados apresentavam em relação ao tema e as mudanças em suas rotinas diárias que efetuarão ofereceram importantes indícios sobre a própria relação dos moradores com o território. Em Vila Kennedy, como no resto da cidade, a relação entre o tráfico de drogas e a violência apareceu de maneira bastante clara, estando a favela, em si, um tanto secundarizada nas falas dos moradores. As referências à criminalidade e à ação da polícia (que se apresentou bastante imbricada à da milícia) também ajudaram a compor o quadro de representações dos moradores de Vila Kennedy sobre o tema.

A atribui de uma espécie de subcultura às favelas nada tem de recente, como argumenta Machado da Silva e Leite (2007). Para os autores o novo “é que agora não se trata de basear este entendimento, como antes, na desorganização social dessas localidades, mas de associá-las diretamente ao crime violento” (Machado da Silva e Leite, 2007: 27). Na visão dos moradores, a idéia de que as favelas são o grande celeiro da criminalidade violenta por conta da presença do tráfico e dos conseqüentes conflitos com policiais e com bandidos de outros grupos rivais é preponderante.

“Até hoje em dia, tem gente que fala ‘como é que vocês conseguem morar lá?’. Se eu não tenho outro lugar, eu tenho é que morar lá mesmo. Em vista do que eu vejo naquelas favelas, igual passa na televisão, aquela guerra no meio da rua, arriscado a pegar um tiro de bala perdida, de todas as favelas, aqui aquelas guerras nunca teve. Tem morte pra lá pra Vila Metral. Na Metral a gente sabe que matou, mas no meio da rua polícia atirando assim, nunca vi”. (Áurea)

A sr^a acha que o pessoal fala “como consegue morar lá?”, é por causa de quê?

“Do medo da violência”. (Áurea)

Episódios de violência são os que mais chamam atenção e que produzem notícia. No cotidiano isso é algo que acontece com frequência e afeta a rotina?

“Não, e é esporádico, coisas raras de acontecer”.

(...)

Essa lei que existia na Metral por conta do tráfico, o cotidiano da vida era marcado por isso. E não se expandia?

“Não, era uma fronteira”.

Então nada na sua vida era afetado por ter uma favela aqui perto?

“Não, de vez em quando saía um tiroteio, mas era devido ao enfrentamento da ordem legal com essa...” (Levi)

(...) O único lugar que tinha era esse, era a Metral, que era mais complicado, então essa ninguém se metia”.

(...)

“É, mas não tá mais perigoso [favela da Metral] e tá ocupado, né? E lá de cima onde agora tá havendo uns combates, que é Vila Aliança, do outro lado lá, do morro, eles atiravam pra cá pra Metral, aí trocava tiro. Aí a gente ficava nesse meio, mas não corria nenhum risco não. Nós escutava o barulho dos tiros, lá de cima eles atirava pra Metral. Um grupo aí parece que quer tomar o outro”. (Rui)

Contudo, embora se sintam afetados de alguma forma pela violência local, muitos entrevistados entendem que suas rotinas cotidianas não chegam a sofrer grandes alterações, limitando-se a ação mais direta do tráfico ao território das favelas. Assim, as referências a episódios como mortes e trocas de tiros são feitas quase como fatos que são assistidos à distância. Mas esta idéia de distanciamento e “imunidade” com relação à ação do tráfico não é assim tão absoluta. Talvez o entendimento dos moradores sobre a influência do tráfico nas rotinas cotidianas de uma localidade seja muito informado por realidades conhecidas em favelas onde há proibição do uso de camisas de determinada cor ou mesmo toque de recolher. Apesar disso, várias alterações comportamentais foram relatados nas falas, ressaltando, de uma forma ou de outra, que o receio da criminalidade violenta produz novos padrões de comportamento e sociabilidade.

E há uns anos atrás o sr não tinha essas preocupações [de episódios de violência], não é?

“Não tinha esse negócio. Não, não”.

E essa história de violência de maneira mais... tem mais ou menos quanto tempo? Uns dez anos?

“Não, não tem isso tudo não. No máximo uns cinco anos. Antes não tinha esse negócio não”.

(...)

E pra transitar, o sr passou a ficar preocupado?

“Passei, passei. O, não podia entrar de carro, eles mandavam abaixar farol, não sei o que, era difícil, era muito difícil. Até de noite, agente andar, não dava pra andar de noite”.

Ficava mais recolhido dentro de casa.

“Recolhido, é”.

Não dava nem pra dar um pulo na praça?

“Não, eu gostava muito esse negócio de reuniões e tudo, aí ficava assim, mas de noite não que não dá pra mim não... tem essas coisas”.

(...)

E esse negócio do pessoal vir pra cá tudo armado, eles chegavam a incomodar os moradores?

“Não, a incomodação deles, eles queria marcar presença. Eu acho que eles queria aparecer e mostrar que era o tal. Pra nós era mais ou menos isso aí ele te amedrontava, era uma ameaça que eles fazia...”

(Rui)

O que não é tranquilo hoje?

“Nós tínhamos nossas festinhas aqui, tinha muito forró. Eu cansei de sair daqui duas horas da manhã e ia pra casa sozinha. (...) Hoje eu não faço isso! Eu tenho pavor. Quando dá dez horas... Eu vou pra qualquer coisa lá no Centro, eu ficou calculando que 10h eu tenho que estar em casa. Antes eu não tinha esse medo.”

Hoje o receio da srª é o quê?

“É tiroteio”.

E isso é devido a quê?

“A questão das drogas. Em cada esquina tem um “comércio”. Onde tem comércio é área de risco (...)” (Eliana)

As limitações nos horários de saída e chegada são exemplos de como a presença do tráfico de drogas impôs novos contornos ao estilo de vida dos moradores de Vila Kennedy. A própria circulação pela cidade fica prejudicada diante do receio de chegar no local de moradia após determinado horário, pois os pontos de venda de drogas estão espalhados em várias localidades e são potenciais áreas de risco para os moradores, sobretudo pela possibilidade de tiroteios.

“Eu por exemplo não vou (transitar) porque o meu medo é o seguinte... o conflito, assim, a polícia com eles; bala que não é perdida. Mas quando tem festa aqui eu saio uma hora da manhã”. (Mariana)

“E vai embora tranquilo. Agora, você não vai todo dia pra praça e fica tranquilo. Se sai um tiroteio com eles lá? O problema é esse”. (Inês)

Não tem essas coisas de tiroteio no meio da rua...?

“Vejo falar assim, mataram alguém na rua tal...” (Áurea)

“Houve um caso, teve um baile na esquina, a polícia teve aí e teve um tiroteio. Mas não é uma coisa comum não”. (Jorge)

“Esse pessoal que usa droga, esses fanqueiros, inventaram um baile na praça onde vende droga”. (Áurea)

(...)

Ainda dá pra andar, circular com tranquilidade?

“A gente tem sempre um receio. A gente tem medo mesmo, a vida da gente não tem preço que pague. Eu se fosse jovem não saía tranquilo em lugar nenhum. Há muitos anos que eu não vou. De repente pode sair alguma briga, tiro e a gente ta no meio da rua. A gente faz a Via Sacra, e lá numa favela que chama Vila Metral, a gente teve que sair sem fazer Via Sacra. Só fizemos duas estações e voltamos. Os caras tudo armados! (...) só que eles não mexem com a gente não. O problema é se chegar a polícia.” (Áurea)

Mesmo os jovens entrevistados compartilham da idéia de que, em tempos de violência urbana, os cuidados têm que ser redobrados. A própria leitura do ambiente faz com que os moradores consigam sentir de o “clima” está tranqüilo ou pesado, inspirando maior atenção. Esta “obediência” às regras estabelecidas se dá diante da necessidade de salvaguardar a integridade física diante de situações onde a força (através de armamentos) prepondera.

Mas na vida de vocês a existência dessas favelas não trouxe nenhuma mudança? [pensam um pouco antes de responder]

“Mais cuidado, né, porque você nunca sabe quando vai acontecer um confronto”. (Nara)

“Hoje o tráfico ficou super organizado, hoje gira o gerente, hoje ele ta aqui, amanhã ele ta em outra favela, então não é mais aquele bandido que conhece todo mundo do bairro. Os bandidos sabiam exatamente quem eram os moradores. Minha vó nunca se acostumou com essa idéia, ela chegava a ficar ‘doente’”. (Laís)

Então é mais aquela coisa de ter mais cuidado...

“É, voltar mais cedo pra casa”. (Nara)

“Passou de uma certa hora, tem lugares que você não vai mais”. (Laís)

“A gente aprendeu até a ver o clima. Eu chego da faculdade 15 pras 11 [horas], eu chego com uma amiga minha que mora bem mais lá pra cima. A gente desce do ônibus e percebe “nossa, como o clima tá estranho”. Aí a gente aperta o passo (...) Todo mundo sabe o clima, não sei te explicar, é coisa de quem mora aqui.” (Nara)

“Tem barracas que ficam direto, elas não fecham. Aquelas barracas vazias, fechadas, já sabe...” (Nara)

Isso tem acontecido com frequência?

“Olha, desde que a milícia tomou...” (Jovem Laís)

Perceber o ambiente é algo que se aprende sem se saber ao certo como e sem saber como explicar. Esta espécie de código oferece indícios de como se comportar e o que fazer em situações de risco. Para tentar minimizar a imprevisibilidade, é preciso estar atento aos “sinais”.

As representações sobre a “velha guarda” do tráfico de drogas também estiveram presentes no trabalho de campo. Isto porque a feição do tráfico mudou, e mudou diante de um contexto de “sociabilidade violenta”, a qual se refere Machado da Silva (2007):

“provêm de um complexo orgânico de práticas, e não de ações individuais. Assim, pode-se apresentar a característica mais essencial da sociabilidade violenta como transformação da força, de meio de obtenção de interesses, no próprio princípio de coordenação das ações” (Machado da Silva, 2007: 17).

A idéia de “respeito” das gerações anteriores de criminosos com relação aos moradores aparece fortemente marcada nos depoimentos e em contraste com os traficantes de drogas atuais, desrespeitosos e violentos:

E essa história de gente vendendo droga vem de muito tempo?

“Ih! Desde o tempo de Noé...” (risos) (Mariana)

“A única diferença é que quando nossos filhos eram pequenos, tinha mais respeito. Hoje não se respeita. É igual às meninas. Antes uma menina de dez anos não ficava beijando na boca nem tendo filho”. (Inês)

“Naquela época, eu me lembro sempre me dei com muita gente envolvida e nunca ninguém me ofereceu ... Eles nunca me ofereceram nem usaram na minha frente”. (Mariana)

“Hoje em dia, se eles quiserem eles vão fumar na minha porta”. (Inês)
Se hoje em dia você ainda trabalhasse pesado lá no centro da cidade, será que ia ter a mesma tranquilidade de deixar a garotada?

“Não! Hoje tem que estar com quatro olhos e ainda é pouco”. (Inês)
 (...)

“É muito perigoso. Eu tomo conta de um de 13 anos que a mãe trabalha e tem que ficar de olho. Se vai ali, tem que ver se está ali, porque dali...” (Inês)

“O pessoal que era do tráfico [voz diminui volume] ajudava a olhar nossos filhos. Se meu filho ou o filho dela se envolvesse eles mandavam pra casa e ainda falavam pra gente”. (Mariana)

“Hoje não, eles chamam, captam” (Inês).

A violência mudou de perfil.

“Elas [mãe e avó] falaram também, que o malandro lá era o malandro. Lá, bem ou mal, o malandro respeitava as pessoas. E essa palavra nem existe mais, hoje é o marginal, o bandido e que a qualquer momento, se ele se sentir acuado ele pode te usar pra poder tirar vantagem de algo ou se libertar de algo que acontecer com ele. Então, não tem esse lance ‘ah, o bandido me protege’, eu não acredito nessa prerrogativa, acho que é ele lá, eu aqui”. (Levi)

“Antigamente, o bandido era o bom, entre aspas”. (Nara)

“Na minha época, quando eu estava no ginásio, o bandido era o cara que protegia as pessoas. Um cara aqui muito conhecido, não sei o nome dele, era Bira. O Bira era conhecido pelos quatro cantos, era um bandidão. Mas aí teve, não me lembro o que exatamente aconteceu aqui no bairro, chegou uma ordem pra fechar a escola. Aí, quem chegou na escola? O Bira: “Todo mundo aí, vou levar todo mundo pra casa”. Levou criança por criança. Eu me lembro disso, porque foi ele que me levou até a porta de casa. Era uma Brasília amarela. Aí, ele levava, voltava e pegava mais. Ele chegou na escola e disse: “fecha a escola e não deixa ninguém sair, eu vou levar todo mundo pra casa”. E teve mesmo. E isso ele deu ordem pro pessoal fazer isso nas outras escolas. Pra você ver a diferença, de como era antes e como é hoje, até a bandidagem mudou!” (Laís)

Os depoimentos mencionam que os moradores conheciam os bandidos pelo nome, e vice-versa; havia respeito em não cooptar as crianças e os jovens para o tráfico, que, neste sentido, poderia até ser entendido como um aliado na criação dos filhos. Antigamente a “bandidagem” não ameaçava de forma acentuada e permanente a integridade física da população local. Mas, como aponta Fridman:

“ainda que atravessada pelo desconforto – é necessário reparar que sempre há uma idealização do passado – a experiência de outrora fornecia elementos mapeáveis da “continuidade de pessoas e coisas””. (Fridman, 2007: 62)

Diante do terror da violência que atinge todos os grupos sociais e dos alarmantes índices de criminalidade, que contam com incrementos cada vez

mais ameaçadores, a questão da segurança pública assume status cada vez mais elevado. Nas atuais condições de desigualdade econômica, a idéia de bem-estar comum e de “segurança com os outros” sede espaço à mentalidade de “segurança apesar dos outros” (Fridman, *op cit.*: 53). Neste cenário de perturbações, temores e conflitos, ricos e pobres partilham de um mesmo valor: a idéia de que é preciso eliminar a criminalidade violenta. Assim, livrar a sociedade desta terrível ameaça significa, no mais das vezes, conceder a “permissão para matar” (Fridman, *op cit.*: 49).

“Eu acho que piorou no tipo de violência. Piorou muito. Agora recentemente, que não foi de muito tempo, tá melhorando um pouco, eu tô achando que tá melhorando porque tá havendo um combate, mas... é, a violência existia de uma maneira que a gente daqui via passar ali garotos com fuzil ali nas costas, de motocicleta, tava acontecendo isso aqui, agora não tá acontecendo mais”.

(...)

“Eu acho que pra combater tem que dar as coisas, eu acho. No meu entendimento, pra combater, tem que dar emprego, tem que dar educação, aí tem de combater... [interroga-se o morador] Pra combater só com arma... ele tá combatendo, eu sei que “nêgo” tá com medo, né?” (Rui)

“Graças a Deus, a polícia invadiu [a favela da Metral] e limpou. Agora as crianças brincam na rua, as pessoas ficam no portão...” (Inês)

“Hoje melhorou muito lá [Metral] porque a polícia entrou lá dentro e eles ficam rodando o dia inteiro e então agora o pessoal tá mais devagar. Eu culpo mais autoridades, porque não dão a segurança devida pros moradores. Aqui mesmo, é difícil você ver um policial rodando. Se tivesse a polícia rodando, não acontecia nada disso. No caso deles, a polícia entrou e diminuiu a violência. Tinha que ter em todo o canto...” (Jorge)

Nesse quase “vale tudo” para “limpar” a região, os moradores demonstram apoiar a ação realizada na favela da Metral pela milícia associada à polícia. Interessante destacar que para os informantes, poucas vezes a palavra “milícia” foi pronunciada. Em boa parte dos casos, ao se referirem à ocupação da favela, os moradores a entendiam como uma ação realizada pela polícia, e não por grupos de milicianos. Dadas as circunstâncias das entrevistas, não parecia haver a necessidade de camuflar informações diante do receio de represálias por se tratar de alguma espécie de tabu.

Diante deste cenário de “segurança apesar dos outros”, os favelados são tratados com a desconfiança de que estão a um passo de cometerem um delito. Este lugar de um “outro” do qual se desconfia e que se quer afastar foi conferido às favelas e a população ali presente “tornou-se “matável” por

agentes de segurança, sob o olhar complacente daqueles que se sentem “aliviados” ou “vingados” pelo uso da força nas localidades onde prolifera a organização dos bandos armados que operam a economia da droga. “Tornaram-se uma ‘gente sacrificável’ sem que isso seja percebido ou repudiado como delito inaceitável” (Fridman, *op cit*: 55).

Embora muitos moradores de faixa etária mais elevada tenham se referido à ocupação da favela da Metral como uma ação realizada por policiais, as jovens moradoras (nascidas e criadas em Vila Kennedy) se referiram ao episódio como promovido pela milícia.

“O baile da Metral, o baile mais famoso que tem..., mas parou porque a milícia tomou...” (Nara)

A polícia ou a milícia?

“A milícia tomou a favela até hoje”. (Nara)

(...)

E a milícia tomou?

“A favela. Eu fico pensando, vai chegar o tempo que eles vão querer descer. Enquanto eles tão lá, tá ótimo; eles trouxeram paz, e a gente tá livre deles.” (Laís)

Tá mais tranqüilo porque a milícia tomou a Metral? E quando os caras quiserem voltar?

“É aquilo o que eu falei, a Metral é um ponto de vendas fortíssimo”.

(Laís)

Eu tinha pensado que quem havia tomado era a polícia.

“Não. Quando trocou o comandante do batalhão, ele deu uma acalmada muito grande, ele entrou com tudo, mas quem deu jeito mesmo foi a milícia. E aí o lado de lá ficou super, não sei... super-perigoso, porque os daqui foram todos pra Progresso. Aí juntou os de lá, da Progresso, e os que foram expulsos da Metral”. (Laís)

A sensação de paz e relativa tranqüilidade experimentada temporariamente pelos moradores mostra o quão efêmeras e pouco definidas são as correlações de força neste contexto. Se por um lado, a milícia conseguiu dar “uma acalmada”, expulsando os traficantes da Metral – o que tem produzido efeitos mais diretamente sentidos pelos moradores da 2ª gleba, que faz fronteira com a favela –, por outro, não se sabe ao certo até quando esta situação vai perdurar. Teme-se o retorno dos traficantes, que possivelmente estão tentando retornar aos seus antigos postos de venda de drogas.

Com a chegada da milícia para ocupar a favela da Metral (em fins de 2007), a população da segunda gleba temeu a possibilidade de uma intervenção mais direta na vida dos moradores. Chegou a pensar na adoção forçada de regras semelhantes às obedecidas em favelas de outras partes da cidade.

“Isso quando a milícia chegou, foi um momento muito complicado”. (Laís)

“A gente ficou morrendo de medo de não poder mais atravessar pra esse lado”. (Nara)

Então tinha essa história de comando diferente?

“A gente achou que ia ter. Mas acabou que a milícia acabou... Talvez tivesse até esse negócio de código pra poder entrar.” (Nara)

“Quando a milícia estava expulsando o pessoal da Metral, veio um outro comando... eram três forças”. (Laís)

“Aproveitando o que tava fraco. Era estratégia de guerra isso aqui”. (Nara)

Como era viver aqui nessa época?

“Foram semanas bem complicadas”. (Laís)

“Teve dia que eu não pude ir pra faculdade, porque eu não sabia como eu ia voltar. Aí teve um dia que eu me revolttei, eles não podem decidir se eu posso ou não posso entrar. Aí fui, eu não sabia nem se o ônibus ia descer aqui.” (Nara)

Embora o grupo de traficantes de facção rival não tenha conseguido tomar o ponto de drogas na Metral, que está controlada pela milícia até hoje, a sensação de insegurança sobre possíveis conflitos futuros continua a amedrontar os moradores. Mesmo não possuindo dados suficientes, é possível supor que esta seja uma preocupação preponderante para os moradores da segunda gleba, que está geograficamente mais próxima à Metral do que as demais glebas.

Vocês acham que os moradores de maneira geral, apóiam a ação da milícia?

“Uma coisa que eu guardo muito... Aqui é Vermelho, né? Do outro lado do morro é, desse morro aqui de frente, é Vila Aliança, lá é Terceiro, então o que a gente tem de perturbação nessa época. Acho que é um sonho deles, eles não desistem, vira-e-mexe eles sobem aquele morro e começam a guerrinha. São eles, cara, não são os daqui! São eles que vêm mexer com os daqui, os daqui tão super tranqüilos. Eles já fizeram estratégia de guerra, coisa de filme, e não conseguiram.

Então, foi nessa época que eles chegaram com um caminhão de bandido armado até os dentes e tudo... Eu consegui ver e saber, aí o pessoal do bairro começou a proteger e até lutar junto com o Vermelho. Não queriam outro comando de jeito nenhum, tem que ser o Vermelho. O bom é não ter ninguém, mas se é pra ter, que seja o Vermelho, por causa das regras” (Laís).

“É porque o Vermelho é liberal e o Terceiro não. Eles não admitem que andem de roupa vermelha, tem hora pra chegar em casa...” (Nara)

“O Terceiro tem regras muito rígidas” (Laís).

“Aqui é mais proteção. Tipo, roubaram a bicicleta de um ex-namorado meu, ele foi lá no chefe e falou “ó, roubaram minha bicicleta”; “como é tua bicicleta?”; “assim, assim, assim”. Duas horas depois, ele voltou com a bicicleta dele” (Nara).

“O povo sabe disso, então já que é pra ter comando, então que seja o Vermelho (...)” (Laís)

A opção involuntária pela facção criminosa conhecida como Comando Vermelho pelos moradores da segunda gleba, no caso de ser inevitável o domínio da Metral por uma quadrilha de traficantes de drogas, é, no mínimo, interessante e intrigante. Diante da mais total falta capacidade de assumir suas funções, porque orientada por uma estrutura repleta de falhas e corrompida

pelo sistema, a polícia – instituição através da qual operaria o monopólio da força pelo ao Estado – não consegue garantir a segurança pública. Nas suas brechas, criaram-se alternativas que impõem à população o estabelecimento de regras através da força dos armamentos. Reféns da situação e sem ter a quem recorrer, muitos moradores de áreas dominadas pelo tráfico de drogas se vêem diante de uma escolha impensável: qual o comando “melhor”? Não seria o menos pior entre os piores? A situação é dramática, pois estamos todos mergulhados numa espécie de “salve-se quem puder”, enquanto que nas áreas mais abastadas da cidade erguem-se muros e guaritas na tentativa de afastar a ameaça da violência urbana. Aos favelados, no entanto, resta tentar a sorte de sobreviver e meio a tantas adversidades e “nadar contra a maré”.

CONCLUSÃO

Com o auxílio da pesquisa empírica (observação direta e entrevistas) foi possível identificar alguns elementos-chave para a compreensão da atual imagem de Vila Kennedy como uma favela perigosa, tendo como foco as representações de antigos moradores da região. Vistos como os grandes elementos causadores desta imagem negativa, a violência, o tráfico de drogas e o aumento da criminalidade fazem de Vila Kennedy uma localidade mal vista por muitos moradores da cidade.

Construída para ser uma espécie de depósito para favelados, Vila Kennedy sempre conviveu com a favela: seja pela vinda de centenas de famílias de removidos para ocuparem as casas inicialmente construídas, seja pela formação de favelas em seu entorno ao longo das décadas. Mas a hipótese de que o passado de remoções havia deixado ainda hoje marcas simbólicas no território que ajudariam na construção desta imagem negativa sobre o local não foi evidenciada como um fator relevante para os moradores. Embora apontada algumas vezes como um elemento ainda presente, a marca de “área ocupada por favelados” é entendida por grande parte dos informantes como algo superado e que não exerce mais nenhuma influência nos dias atuais.

Embora as favelas não sejam diretamente apontadas pelos entrevistados como a causa dos problemas relacionados à violência enfrentados em Vila Kennedy na atualidade, esta relação se faz presente na grande maioria dos relatos. Isto porque as falas destacam que o tráfico de drogas e o aumento da criminalidade violenta são vistos pelos moradores como os principais elementos produtores da imagem negativa de Vila Kennedy. Assim, se a favela está diretamente relacionada à existência de traficantes e de episódios violentos (como mortes e tiroteios), a mesma contribui sobremaneira para a imagem de local violento e perigoso.

De acordo com Machado da Silva (2007), com sua carga de medo e sentimentos de insegurança, a violência urbana é objeto de preocupação da população das grandes cidades. Ela, por ser uma representação coletiva, uma categoria do entendimento comum que confere sentido à experiência vivida nas cidades, orienta instrumental e moralmente os cursos de ações que os

moradores consideram mais convenientes nas diversas situações em que atuam. E é justamente esta experiência atualmente vivida nas grandes cidades, um dos pontos mais levantados pelos moradores de Vila Kennedy. A afirmação de que os índices de violência e criminalidade aumentaram muito ao longo dos anos, no mais das vezes, vinha acompanhada de comparações com a cidade como um todo. Desta forma, para os entrevistados, Vila Kennedy não desfruta de uma situação restrita somente ao seu território, mas compartilha das sensações de medo e insegurança comuns à cidade como um todo. Vale ressaltar que esta pode ser uma forma encontrada pelos moradores para se contraporem ao estigma imposto ao território.

Ao acionarem suas memórias, sobre uma Vila Kennedy de outros tempos, a lembrança do passado foi comumente direcionada por questões caras no presente. Falar sobre como era a vida há quatro décadas atrás significou, muitas vezes, lembrar daquilo o que funcionava bem, a partir, sobretudo do que incomoda hoje. Neste sentido, aspectos como violência, criminalidade, desrespeito às regras de convivência e o próprio tráfico de drogas foram elementos muito reforçados como não existentes à época em que as primeiras famílias vieram para o conjunto.

Ao recorrer ao passado, busquei conhecer as representações daqueles removidos sobre a vida em um local distante e com uma estrutura bastante diferente da qual estavam acostumados. Mas este encontro com uma outra época me colocou em contato com interessantes aspectos revelados pela versão dos que ficaram. Para além das tão difundidas questões que levaram muitas famílias a abandonar conjuntos habitacionais como Vila Kennedy, foi possível identificar nas histórias daqueles que permaneceram: os diferentes significados que a remoção teve para famílias oriundas da zona sul e da zona norte; como os ex-moradores de favelas eram encarados pelos “de fora”; que valores estes moradores cultivaram e mantiveram ao longo dos anos; como a forma de chegada ajudou a construir o tipo de relação com o território.

A facilidade em falar sobre o passado, inclusive dos locais de moradia antes da remoção, revelou que não há nenhuma preocupação em esconder a origem favelada. Pelo contrário, essas memórias foram acionadas como forma de reforçar uma identidade comum: a de moradores pobres que aproveitaram a oportunidade de viver em moradias com melhor infra-estrutura. Nestes casos, a

relação com o território foi construída ao longo das décadas, reforçando os vínculos dos moradores com o local de residência. Estes “estabelecidos”, fazendo uma alusão à obra de Elias e Scotson (2000), vêm assistindo a mudanças de valores e comportamentos que fazem de Vila Kennedy hoje um local que ainda conserva algumas características positivas do passado – como o velho hábito de conversar com os vizinhos no portão –, mas que é obrigada a conviver com fatores negativos – como o aumento da violência e da criminalidade.

Até o tráfico de drogas, apontado como um dos principais elementos negativos do viver em Vila Kennedy hoje, foi apontado como um aspecto que sempre existiu, mas que mudou a olhos vistos. O tráfico de drogas na localidade passou de disfarçado, escondido, algo que quase não se via ou se sabia, para uma atividade conhecida e vista por todos a qualquer hora do dia e espalhado em várias regiões. O bandido de antigamente era tido como “protetor”, aquele que não oferecia drogas abertamente e nem cooptava os jovens para trabalhar em atividades ilícitas. Atualmente, encarna a figura da ameaça, do risco à integridade física e patrimonial, aquele que com o uso da força, pode ditar regras e influenciar o comportamento coletivo.

Mesmo com a afirmação de que a violência e o tráfico de drogas estão em todo o lugar (e não isolados nas favelas), o entendimento de que a vida não é diretamente afetada por estes fatores faz pensar que as próprias mudanças de comportamento já foram incorporadas sem que, fossem problematizadas. Um bom exemplo disso é o fato de não se transitar com a mesma tranquilidade em quaisquer localidades dependendo do horário. A presença de pontos de venda de drogas em diferentes regiões faz com que haja sempre o perigo iminente de troca de tiros entre policiais e traficantes. Com isso, muitos moradores restringem seus horários de saída e chegada e escolhem por onde passar ou não, diante do medo de serem atingidos por alguma bala perdida. Embora as experiências com tiroteios não sejam rotineiras, o medo do imprevisto muda a rotina dos moradores, sem que muitos se dêem conta disso verdadeiramente.

Questões como o aumento populacional, as mudanças de valores entre uma geração e outra e a própria diferença entre a postura dos “kennedyanos verdadeiros” e daqueles que não criaram laços com a localidade são

fortemente apontadas como elementos que ajudam a explicar as mudanças experimentadas no cotidiano. Desta forma, o verdadeiro morador de Vila Kennedy é aquele que se preocupa com a localidade, são as pessoas de bem que nada têm a ver com o tráfico de drogas. Salvo os vizinhos antigos, aos quais se conhece de longa data (pois se sabe quem são, de onde vêm, o que fazem e quem é sua família), os outros são os desconhecidos (aqueles sobre os quais nada se sabe e por isso são alvo de desconfiança).

A idéia de vidas diretamente afetadas pela violência e pela ação do tráfico de drogas é muito informada pelas realidades enfrentadas em diversas favelas cariocas. Comparativamente, os moradores de Vila Kennedy não se sentem diretamente afetados pela presença do tráfico de drogas porque na região não há imposição de regras como o uso de determinadas cores nas roupas ou mesmo a impossibilidade de passar de uma área para outra. A própria noção de que os bandidos estão “lá” (nos seus locais de venda ou mesmo nas favelas) e ninguém “mexe com os moradores” se contrasta com o medo de que alguma represália ocorra, pois não é bom “encarar” muito. Desta forma, aos moradores resta conviver com jovens fumando maconha nas suas portas, traficantes fazendo seu comércio nos locais que julgarem mais conveniente, bailes funk sendo realizados em área de grande circulação, como forma de manter viva a venda de drogas mesmo em tempos de atuação da milícia etc. Esta linha tênue entre a convivência sobressaltada e o risco de serem fisicamente atingidos faz com que os moradores refaçam suas rotinas e se acostumem a não se opor explicitamente às atuais regras de convivência impostas em Vila Kennedy.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Cecília. Essa Pobre Moça Indefesa – Estátua da Liberdade da Vila Kennedy. In: Knauss, Paulo (coord.). *Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1999.
- BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.
- BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira. “O que aconteceu com o antigo maior país católico do mundo?”. In: *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 325-348.
- BOURDIEU, Pierre. “Efeitos de lugar”. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (orgs). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp 25-60.
- CALDEIRA, Tereza Pires do R. *Cidade de Muros*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CAPELLÃO, Paula de Lima. *Vila Kennedy – um processo de racionalizado de remoção, edificação e modificação*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRJ, 1991.
- CARVALHO, José Murilo de. “O Rio de Janeiro e a República”. In: CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O rio de Janeiro e a Republico que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp 15-41.
- CORRÊA, Marcos Sá. *Feitiço da Vila. A Vila Kennedy no Rio de Janeiro contrariou todo mundo e provou que favela é cidade*. Revista Veja: 1995.
- CHALHOUB, Sidney. (1996) *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras. 250p.
- DUHRAN, Eunice. *A caminho da cidade – a vida rural e a migração para São Paulo*. São Apulo: Edusp, 1997.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol 1. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1994.
- FARIAS, Luiz Kleber Rodrigues. *Favela de Rio das Pedras: a imagem da paz como ensejo para crescer?* Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UERJ, Rio de Janeiro, 2007.
- FAUTO, Boris. “O Estado Getulista (1930-1945)”. In: FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001, pp. 139-184.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FRIDMAN, Luís Carlos. “Morte e Vida Favelada”. In: MACHADO DA SILVA (org.). *Rompendo o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em*

busca de reconhecimento. Relatório de pesquisa FAPERJ, mimeo. Rio de Janeiro, 2007, pp. 49-68.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GUIMARÃES, Alberto Passos. As favelas do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 14, n.55, p. 250-278, jul./set. 1953.

GOMES, Ângela Maria de Castro. “A Construção do Homem Novo: o trabalhador brasileiro”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, pp.151-166.

_____. “Ideologia e trabalho no Estado Novo.” In: PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, pp. 53-72.

GOMES, Regina. A política de remoção de favelas no governo de Carlos Lacerda e a construção de Vila Kennedy. Monografia (Pós-Graduação em História) – UFF, Rio de Janeiro, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HOBBSAWM, Eric. “Introdução: A Invenção das Tradições”. In: HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LAGO, Luciana Corrêa do. *Favela-loteamento: re-conceituando os termos de ilegalidade e da segregação urbana*. X Encontro Nacional da ANPUR, 2003.

LEEDS, Antony & LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LEITE, Márcia Pereira. “Grajaú, memórias e história: fronteiras fluidas e passagens”. In: *Cadernos Metrôpole / Grupo de Pesquisa PRONEX*. – n. 1 (1999). – São Paulo: EDUC, 1999.

_____. “Violência, sociabilidade e risco nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas” . In: MACHADO DA SILVA (org.). *Rompendo o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento*. Relatório de pesquisa FAPERJ, mimeo. Rio de Janeiro, 2007, pp. 49-68.

LESSA, Carlos. “A visibilidade da pobreza”. In: LESSA, Carlos. *O Rio de Janeiro de todos os brasis (uma reflexão em busca de auto-estima)*. Rio de Janeiro: Record, 2000, pp 291-343.

MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. “A política na favela”. In *Cadernos Brasileiros*, Ano IX, nº 41, maio/junho de 1967, pp. 35-47.

_____. “Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública”. In: MACHADO DA SILVA (org.). *Rompendo o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento*. Relatório de pesquisa FAPERJ, mimeo. Rio de Janeiro, 2007, pp. 11-22.

- MACHADO DA SILVA e LEITE, Márcia Pereira. “Violência, crime e polícia: o que dizem os moradores quando falam desses temas?” In: MACHADO DA SILVA (org.). *Rompendo o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento*. Relatório de pesquisa FAPERJ, mimeo. Rio de Janeiro, 2007, pp. 23-48.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço – cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MEDEIROS, Lídia Alice. *Atendimento à pobreza no Rio de Janeiro durante a era Vargas: do albergue da Boa Vontade aos parques proletários: a atuação do Dr. Vitor Tavares de Moura (1935-1945)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UERJ, Rio de Janeiro, 2002.
- MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- _____. *O Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- MOTTA, Marly Silva da; FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- PASSOS, Mauro; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Paisagem da fé: Dom José Maria Pires – um pastor em movimento”. In: VISCARDI, Cláudia M. R.; DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.). *História Oral: teoria, educação e sociedade*. Juiz de Fora: Ed. EFJF, 2006, pp. 119-136.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1999.
- PEREIRA, Amílcar Araújo. *Paulo Silva e as relações raciais no Brasil: uma experiência sobre identidades construídas no espaço escolar*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UERJ, Rio de Janeiro, 2005.
- POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & LAGO, Luciana Corrêa do. *A Divisão Favela-Bairro no Espaço Social do Rio de Janeiro*. XXIV Encontro Anual da ANPOCS, 2000.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.
- _____. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1993.
- SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SEYFERTH, Giralda. “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.
- SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- SOUZA, Marcos Alvito Pereira de. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, pp. 51-74.
- VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- _____. *Passa-se uma Casa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1978.
- VELHO, O. G. (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba – 4.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.:Ed. UFRJ, 2002*.
- WACQUANT, Loïc J. D. “Três premissas perniciosas no estudo do gueto norte-americano”. In: *Revista Mana*. PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.
- _____. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro, Revan, FASE, 2001.
- ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos. “Introdução”. In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (orgs). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ANEXO 1

Detalhamento das entrevistas

Realizadas entre abril e junho de 2008, as entrevistas a seguir detalhadas chegaram a um total de treze e foram realizadas nos seguintes locais: residência dos entrevistados (sete entrevistas), o centro comunitário Obra Kolping (três entrevistas) e a Paróquia Santo Cristo Operário (três entrevistas). Contudo, em período anterior (setembro e outubro de 2008), realizei três entrevistas, na praça Dolomitas, que serviram também como estratégia de entrada inicial no campo.

A maior parte das entrevistas foram realizadas apenas com a presença de um entrevistado, enquanto que em outras duas situações, havia dois ou três entrevistados. A seguir, detalhamento dos entrevistados:

Paula – ex-moradora de Pavuna; quarenta e cinco anos de idade; dona-de-casa; mãe de duas filhas; e membro atuante na Paróquia Santo Cristo Operário, casou-se e há cerca de dezoito anos vive em Vila Kennedy, na primeira gleba;

Rui – ex-presidente do Conselho de Moradores de Vila Kennedy; viúvo; oitenta anos e idade; vive em Vila Kennedy há quarenta e quatro anos, em área da segunda gleba; e foi removido da Favela do Esqueleto;

Márcio – fortemente atuante em atividades comunitárias e com trajetória política conhecida em Vila Kennedy; tem cinqüenta anos; vive há mais de quarenta anos em Vila Kennedy e foi removido de Ramos;

Sérgio – de origem nordestina, fortemente atuante em atividades comunitárias e com intensa participação na Pastoral de Favelas; é casado; tem dois filhos; setenta anos; vive há mais de quarenta em Vila Kennedy e foi removido de Ramos;

Pedro – cinqüenta anos; duas filhas; vive em Vila Kennedy há mais de quarenta anos e foi removido do Morro da Babilônia;

Inês – aposentada; setenta anos; membro atuante na Paróquia Cristo Operário; vive em Vila Kennedy há quarenta anos e foi removida do Alto da Boa Vista;

Mariana – aposentada; sessenta e cinco anos; membro atuante da Paróquia Cristo Operário; vive em Vila Kennedy desde 1965 e foi removida da favela de Nova Holanda;

Eliana – de origem nordestina; sessenta anos; divorciada; fortemente envolvida em movimentos sociais até os dias atuais; mãe de dois filhos; veio do subúrbio de Marechal Hermes e vive em Vila Kennedy há quarenta anos;

Áurea – de origem nordestina; setenta anos; vive em Vila Kennedy há mais de quarenta anos e foi removida do conjunto do SERFHA, em Ramos;

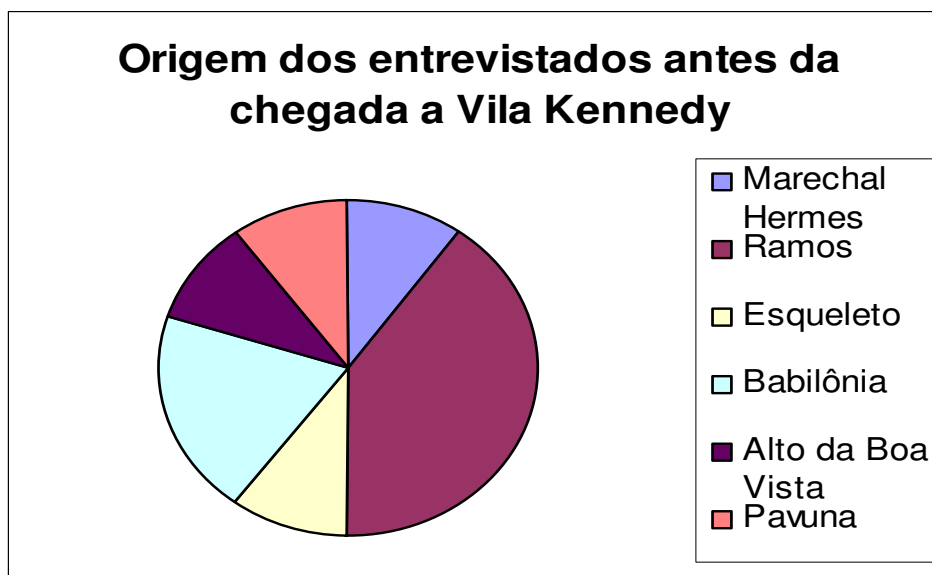
Ronaldo – cinqüenta anos; foi muito envolvido das atividades da Igreja Católica durante a juventude; vive em Vila Kennedy há cerca de quarenta anos e foi removido do morro da Babilônia;

Levi – professor de matemática; trinta anos, nasceu e cresceu em Vila Kennedy; inicialmente, viveu no conjunto do Quafá na casa dos pais;

Laís – contadora; trinta anos, nasceu e cresceu em Vila Kennedy;

Nara – estudante; vinte e cinco anos, nasceu e cresceu em Vila Kennedy; mora atualmente em área da primeira gleba.

A seguir, gráfico com os locais de origem dos moradores removidos:



ANEXO II

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPCIS

Roteiro de Campo

- 1- Há quanto tempo reside em Vila Kennedy?
- 2- Já morou em outros bairros/ áreas?
- 3- Por que / como veio morar em vila Kennedy?
- 4- Como é morar em Vila Kennedy?
- 5- Você tem vontade de continuar morando aqui?
- 6- Se por acaso você saísse, para onde iria? e por quê?
- 7- Você trabalha? Gosta do que faz?
- 8- E os vizinhos, como são? Conhece? frequenta? (em que circunstâncias?) São seus amigos ou vc os encontra ocasionalmente? Quando e por quê?
- 9- Como você considera Vila Kennedy?
- 10- E as favelas? Há favelas em Vila Kennedy? Caso sim, elas mudaram alguma coisa por aqui? E em seu cotidiano?
- 11- Como você vê a associação de Vila Kennedy à favela/comunidade? Isso se deve a quê?

ANEXO III
Mapa das três glebas originais de Vila Kennedy

ANEXO IV
Mapa das favelas removidas para Vila Kennedy

ANEXO V Mapa dos Bairros

Bairros - 2004

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Escala: 1:275.000
Projeção Universal Transversa de Mercator
Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU - 2004
Elaboração: IPP - Diretoria de Informações Geográficas
Gerência de Cartografia - 2004

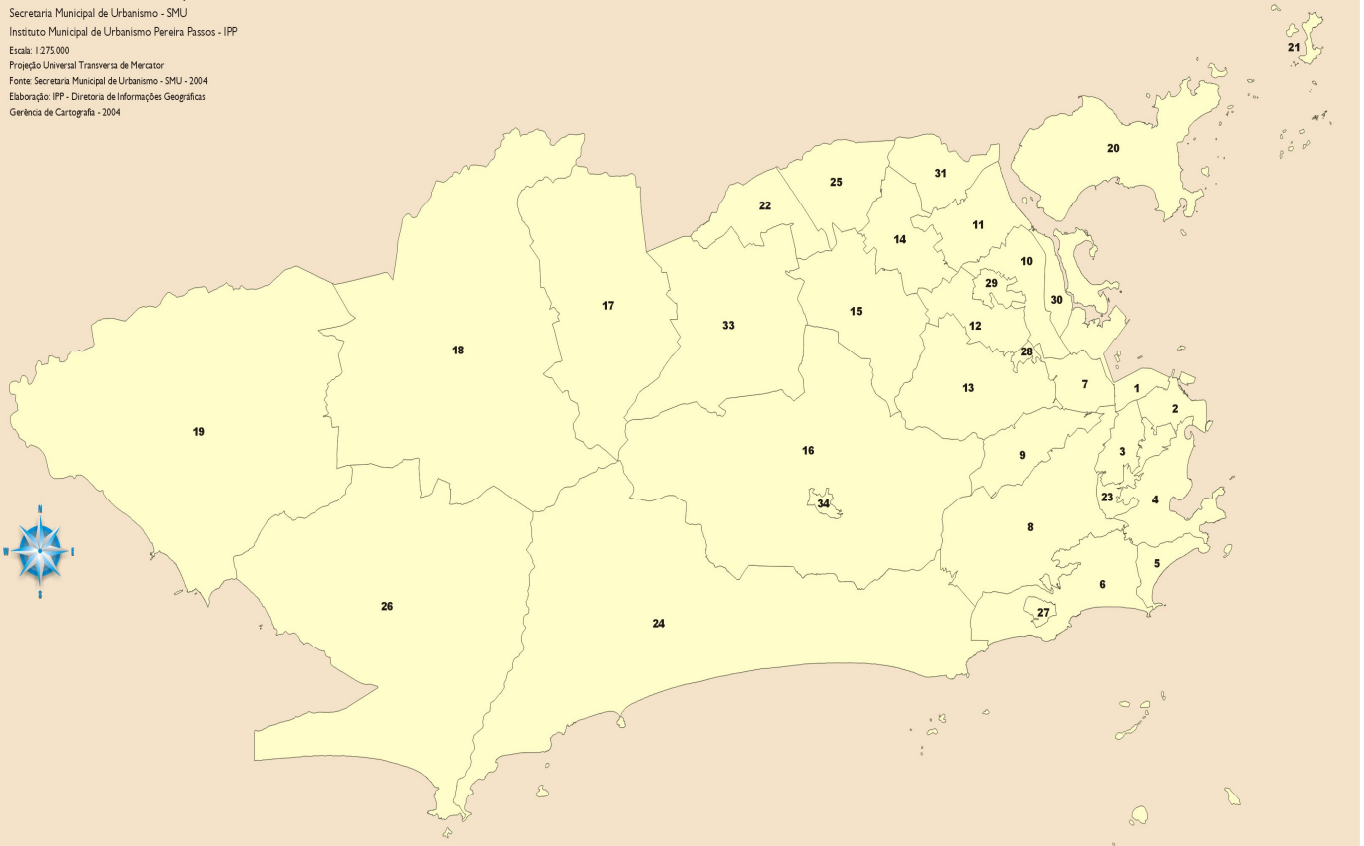


001 - Saúde	022 - Urca	043 - Penha	064 - Todos os Santos	005 - Turiçua	106 - Guadalupe	127 - Ilanhangá	148 - Paciência
002 - Gamboa	023 - Leme	044 - Penha Circular	065 - Cadambi	006 - Rocha Miranda	107 - Anchieta	128 - Barra da Tijuca	149 - Santa Cruz
003 - Santo Cristo	024 - Copacabana	045 - Brás de Pina	066 - Engenho de Dentro	007 - Honório Gurgel	108 - Parque Anchieta	129 - Camorim	150 - Sapêpolis
004 - Caju	025 - Ipanema	046 - Corcovel	067 - Água Santa	008 - Osvaldo Cruz	109 - Ricardo de Albuquerque	130 - Vargem Pequena	151 - Guaratiba
005 - Centro	026 - Leblon	047 - Parada de Lucas	068 - Encantado	009 - Bento Ribeiro	110 - Coelho Neto	131 - Vargem Grande	152 - Barra de Guaratiba
006 - Cantambi	027 - Lagoa	048 - Vigário Geral	069 - Piedade	009 - Marechal Hermes	111 - Acari	132 - Recreio dos Bandeirantes	153 - Pedra de Guaratiba
007 - Rio Comprido	028 - Jardim Botânico	049 - Jardim América	070 - Abolição	091 - Ribeira	112 - Barros Filho	133 - Grumari	154 - Rocinha
008 - Cidade Nova	029 - Gávea	050 - Higienópolis	071 - Pilares	092 - Zumbi	113 - Costa Barros	134 - Deodoro	155 - Jacarezinho
009 - Estácio	030 - Vidigal	051 - Jacaré	072 - Vila Kosmos	093 - Caxuca	114 - Pavuna	135 - Vila Militar	156 - Complexo do Alemão
010 - São Cristóvão	031 - São Conrado	052 - Maré de Graça	073 - Vicente de Carvalho	094 - Planqueiras	115 - Jacarepaguá	136 - Campo dos Afonsos	157 - Complexo da Maré
011 - Mangueira	032 - Praça de Bandeira	053 - Dal Castilho	074 - Vila da Penha	095 - Praia de Bandeira	116 - Anil	137 - Jardim Sulacap	158 - Parque Colúmbia
012 - Benfica	033 - Tijuca	054 - Inhaúma	075 - Vista Alegre	096 - Cocotá	117 - Gardênia Azul	138 - Magalhães Bastos	* - Vasso da Gama
013 - Paqueta	034 - Alto da Boa Vista	055 - Engenho da Rainha	076 - Irajá	097 - Bancários	118 - Cidade de Deus	139 - Realengo	** - Gerició
014 - Santa Teresa	035 - Maracanã	056 - Tomás Coelho	077 - Colégio	098 - Freguesia	119 - Curicica	140 - Padre Miguel	
015 - Flamengo	036 - Vila Isabel	057 - São Francisco Xavier	078 - Caminho	099 - Jardim Guanabara	120 - Freguesia	141 - Bangu	
016 - Glória	037 - Andaraí	058 - Rocha	079 - Quintino Bocaiuva	100 - Jardim Carioca	121 - Pedrinha	142 - Senador Camará	
017 - Laranjeiras	038 - Grajaú	059 - Riachuelo	080 - Cavalcanti	101 - Tauá	122 - Taquara	143 - Santíssimo	
018 - Catete	039 - Manguinhos	060 - Sampaio	081 - Engenheiro Leal	102 - Moneró	123 - Tanque	144 - Campo Grande	
019 - Cosme Velho	040 - Bonsucesso	061 - Engenho Novo	082 - Cascadura	103 - Portuguesa	124 - Praça Seca	145 - Senador Vasconcelos	
020 - Botafogo	041 - Ramos	062 - Lins de Vasconcelos	083 - Madureira	104 - Galvão	125 - Vila Valquiere	146 - Inhoaíba	
021 - Humaitá	042 - Otaria	063 - Meier	084 - Vaz Lobo	105 - Cidade Universitária	126 - Jai	147 - Cosmos	

ANEXO VI Mapa das RAs

Regiões Administrativas - 2004

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Escala: 1:275.000
Projeção Universal Transversa de Mercator
Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU - 2004
Elaboração: IPP - Diretoria de Informações Geográficas
Gerência de Cartografia - 2004



1. I - Portuária	12. XII - Inhaúma	23. XXIII - Santa Teresa
2. II - Centro	13. XIII - Méier	24. XXIV - Barra da Tijuca
3. III - Rio Comprido	14. XIV - Inajá	25. XXV - Pavuna
4. IV - Botafogo	15. XV - Madureira	26. XXVI - Guaratiba
5. V - Copacabana	16. XVI - Jacarepaguá	27. XXVII - Rocha
6. VI - Lagoa	17. XVII - Bangu	28. XXVIII - Jacarezinho
7. VII - São Cristóvão	18. XVIII - Campo Grande	29. XXIX - Complexo do Alemão
8. VIII - Tijuca	19. XIX - Santa Cruz	30. XXX - Maré
9. IX - Vila Isabel	20. XX - Ilha do Governador	31. XXXI - Vigário Geral
10. X - Ramos	21. XXI - Paqueta	33. XXXIII - Realengo
11. XI - Penha	22. XXII - Anchieta	34. XXXIV - Cidade de Deus

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)